

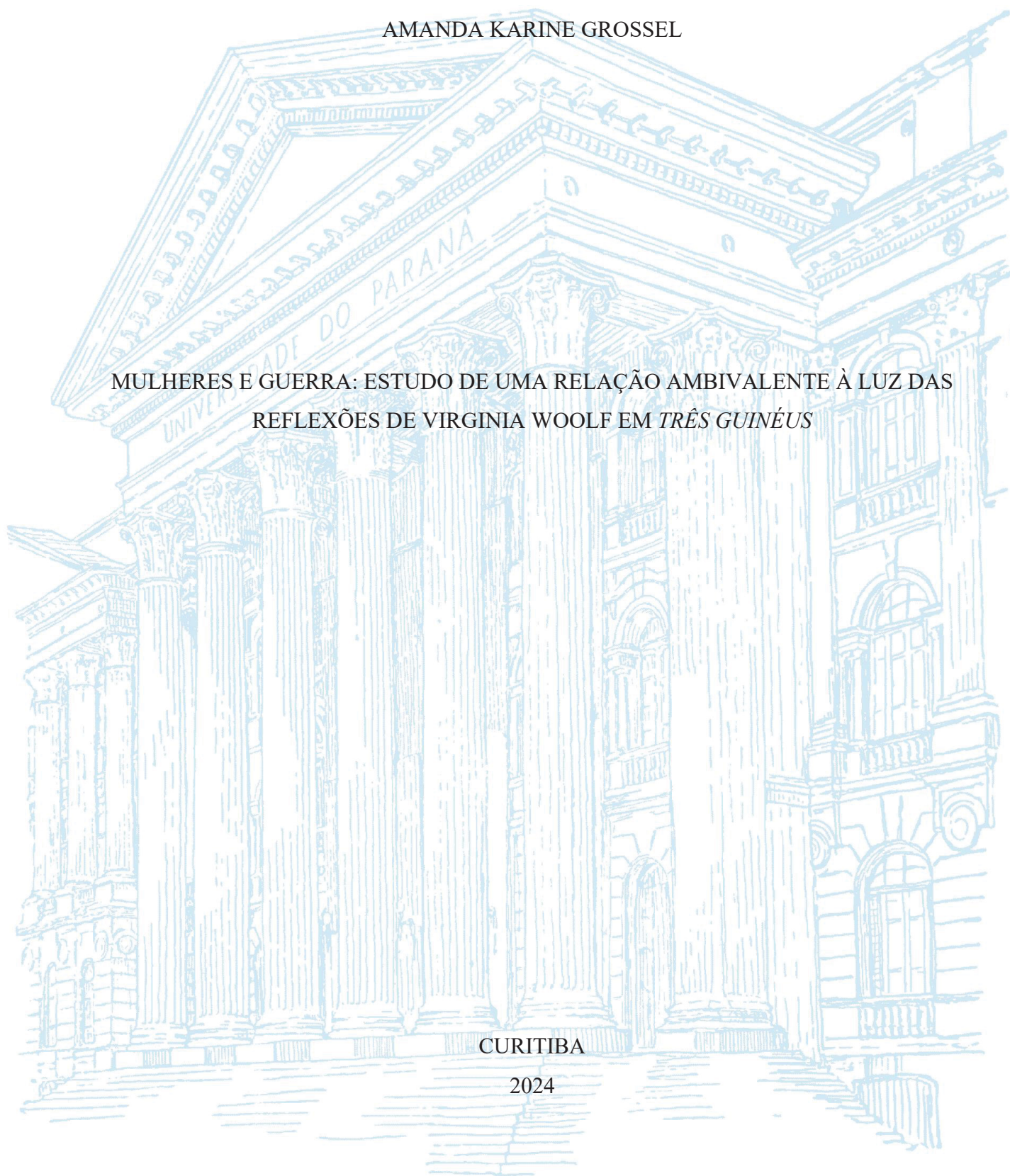
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA KARINE GROSSEL

MULHERES E GUERRA: ESTUDO DE UMA RELAÇÃO AMBIVALENTE À LUZ DAS  
REFLEXÕES DE VIRGINIA WOOLF EM *TRÊS GUINÉUS*

CURITIBA

2024



AMANDA KARINE GROSSEL

MULHERES E GUERRA: ESTUDO DE UMA RELAÇÃO AMBIVALENTE À LUZ DAS  
REFLEXÕES DE VIRGINIA WOOLF EM *TRÊS GUINÉUS*

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, na Linha de Pesquisa Alteridade, Mobilidade e Tradução, do Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Grossel, Amanda Karine

Mulheres e Guerra : estudo de uma relação ambivalente á luz das reflexões de Virginia Woolf em Três Guinéus. / Amanda Karine Grossel. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin.

1. Woolf, Virginia, 1882-1941. 2. Literatura feminista. 3. Mulheres e Guerra. 4. Mulheres – História. I. Cantarin, Márcio Matiassi. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **AMANDA KARINE GROSSEL** intitulada: **MULHERES E GUERRA: ESTUDO DE UMA RELAÇÃO AMBIVALENTE À LUZ DAS REFLEXÕES DE VIRGINIA WOOLF EM TRÊS GUINÉUS**, sob orientação do Prof. Dr. MÁRCIO MATIASSI CANTARIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Maio de 2024.

Assinatura Eletrônica

27/05/2024 17:33:59.0

MÁRCIO MATIASSI CANTARIN

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

06/06/2024 11:48:47.0

CLEIDE ANTONIA RAPUCCI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP)

Assinatura Eletrônica

28/05/2024 12:59:46.0

MAURINI DE SOUZA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

À Lúcia Regina Schelbauer Grossel: a mulher da minha vida e minha mãe.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir vivenciar este momento e esta conquista de forma saudável. Em outros períodos de minha vida, esse grande passo não seria possível.

À minha família, em especial meu pai Vigando e minha mãe Lúcia, companheiros em todas as minhas batalhas, pois sem eles eu não teria chegado até aqui.

Ao meu noivo e parceiro Bruno, por ser meu farol e incentivo em todos os momentos. Descobrir uma forma diferente de amar transformou minhas perspectivas sobre muitas instâncias da vida. De certa forma, foi o mestrado que me proporcionou esse presente.

À minha sogra Cleide, por me conceder, mais que um ombro amigo, um lar com muito amor e generosidade, quando tudo parecia ruir.

Às minhas amigas, que mesmo à distância, sempre estiveram presentes, ouvindo meus desassossegos, aconselhando-me e comemorando sinceramente cada conquista minha. Seguem sendo as melhores que eu poderia ter.

Aos colegas da pós-graduação, que compartilharam comigo suas aflições e receberam as minhas em troca e àqueles que acalmaram meu desespero prestando algum tipo de auxílio ou simplesmente falando algo gentil. Poucos, mas preciosos.

Às professoras Maurini e Cleide, que participaram das minhas bancas de qualificação e defesa e contribuíram de forma afável e sábia para o aprimoramento da minha pesquisa.

Ao meu orientador Márcio, por acreditar em mim e aceitar minha insistência em pesquisar Virginia Woolf propondo algo diferente e inovador na Academia. Sua orientação e calma foram essenciais para finalizar este trabalho.

A todas as mulheres que vieram antes de mim e lutaram, facilitando também minha luta nessa jornada. Espero poder honrá-las com este trabalho.

Grata ainda a todos que de mim duvidaram, pois – similarmente às mulheres retratadas neste trabalho que se tornaram inspiração para a Amanda pesquisadora – fizeram-me ainda mais forte, determinada e perseverante.

Por fim, sou grata a mim mesma por, apesar de todas as adversidades, persistir com o foco naquilo que era meu sonho e objetivo. Fazer essa pesquisa foi meu ato de resistência em muitos sentidos. “Pensar é a minha luta”, escreveu Virginia Woolf em seu diário, esse que virou meu lema.

A propósito, obrigada, Virginia Woolf. Por tudo.

*Inda dizem  
que a casa é nossa vida, livre de perigos,  
enquanto eles guerreiam. Tola afirmação!  
Melhor seria estar três vezes em combates,  
Com escudo e tudo, que parir uma só vez!*  
Medeia (Eurípedes, 2021, p. 36)

*Mas vejo um filme sobre guerra e penso: ‘mentira’, leio um livro: ‘mentira’. Não é...  
Não é assim... Eu mesma começo a falar, e também não é bem isso. Não é tão terrível, nem  
tão bonito. Sabe como é bonita a manhã na guerra? Antes da batalha... Você olha e sabe:  
pode ser a sua última. A terra é tão bonita... E o ar... O sol...*  
Olga Nikítitchna Zabélina, cirurgiã militar (Aleksiévitch, 2016, p. 260)

*Ocorreu-me esta ideia: o exército é o  
corpo: eu sou o cérebro. O pensamento é a  
minha luta.*  
(Virginia Woolf)

## RESUMO

As guerras, ao longo da história, foram observadas e narradas sob uma ótica masculina, segregacionista e sexista. Os relatos históricos disponíveis e registrados por historiadores, teóricos e filósofos priorizam a imagem do homem herói e suas características viris e violentas em contraposição à imagem da mulher frágil e delicada que, em contexto bélico, permanece segura no refúgio doméstico ou, no máximo, atua em profissões relativas aos cuidados. Urge a necessidade, portanto, de uma revisão e reinterpretação histórica que façam justiça à atuação das mulheres nesses conflitos. O objetivo deste trabalho é analisar a obra *Três Guinéus*, ensaio fictício de Virginia Woolf, e suas percepções acerca da relação ambivalente entre mulheres e guerra traçando um diálogo, primeiramente, com as teorias enraizadas acerca do determinismo biológico dos gêneros, perpassando o que já se propagou sobre a guerra como atividade masculina e chegando, por fim, ao debate de pesquisas e fatos desvelados recentemente que provam que a participação feminina em conflitos mundiais foi mais que uma simples espera. A Sociedade das *Outsiders*, imaginada e teorizada por Woolf, fez-se realidade por meio de grupos de mulheres em diferentes lugares do mundo atuando, a sua maneira e com as ferramentas ao seu alcance, em vários dos conflitos conhecidos apenas por seu rosto masculino.

Palavras-chave: Literatura feminista; Mulher e guerra; História das mulheres; Literatura woolfiana.



## ABSTRACT

Throughout history, wars have been observed and narrated from a masculine, segregationist and sexist perspective. The historical accounts available and recorded by historians, theorists, and philosophers prioritize the image of the male hero and his virile and violent characteristics, as opposed to the image of the fragile and delicate woman who, in times of war, remains safe in the domestic sanctuary or, at most, works in caring professions. There is an urgent need for a historical revision and reinterpretation that does justice to the role of women in these conflicts. The aim of this paper is to analyze Virginia Woolf's fictional literary essay "Three Guineas" and her perceptions of the ambivalent relationship between women and war, first by engaging in a dialogue with the entrenched theories of gender-biological determinism, then by examining the prevailing notion of war as a male activity, and finally by delving into recent research and revelations that prove that women's participation in global conflicts has been more than mere spectatorship. Woolf's imagined and theorized society of "Outsiders" became a reality as groups of women around the world acted in their own ways and with the tools at their disposal in various conflicts known only by their male faces.

Keywords: Feminist literature. Women and war. Women's history. Woolfian Fiction.

## LISTA DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| FIGURA 1– UM GENERAL .....                | 62  |
| FIGURA 2 - ARAUTOS .....                  | 62  |
| FIGURA 3 - UM CORTEJO UNIVERSITÁRIO ..... | 63  |
| FIGURA 4 – UM JUIZ.....                   | 63  |
| FIGURA 5 – UM ARCEBISPO .....             | 64  |
| FIGURA 6 - UMA OPERÁRIA.....              | 113 |
| FIGURA 7 - "ROSIES" .....                 | 113 |
| FIGURA 8 - UM GRUPO DE VOLUNTÁRIAS .....  | 114 |
| FIGURA 9 - UMA ENFERMEIRA .....           | 114 |
| FIGURA 10 - AVIADORAS BRUXAS .....        | 115 |

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>12</b>  |
| <b>2 GUERRA: LUGAR DE HOMEM .....</b>                               | <b>19</b>  |
| 2.1 AS ORIGENS DA DIVISÃO SEXUAL.....                               | 20         |
| 2.2 OS HOMENS NA HISTÓRIA DA GUERRA .....                           | 30         |
| <b>3 ONDE ESTAVAM AS MULHERES? – O QUE SE SABE .....</b>            | <b>40</b>  |
| 3.1 1º GUINÉU: EDUCAÇÃO .....                                       | 42         |
| 3.2 2º GUINÉU: PROFISSÕES .....                                     | 44         |
| 3.3 3º GUINÉU: UM FIM ÀS GUERRAS? .....                             | 49         |
| <b>4 A GUERRA PELAS MÃOS DAS MULHERES – O QUE FOI APAGADO .....</b> | <b>66</b>  |
| 4.1 INÍCIO DAS REVOLUÇÕES – REIVINDICAÇÕES.....                     | 69         |
| 4.2 RELAÇÃO COM A GUERRA.....                                       | 72         |
| 4.3 QUAIS MULHERES?.....  | 78         |
| 4.4 GUERRA NA PRÁTICA.....  | 83         |
| 4.4.1 “Mulheres, a nação precisa de vocês!” .....                   | 85         |
| 4.4.2 Bravas soviéticas .....                                       | 87         |
| 4.4.3 Bruxas da Noite .....   | 91         |
| 4.4.4 Mulheres na Resistência .....                                 | 94         |
| 4.4.5 Mulheres Livres e a Guerra Civil Espanhola.....               | 97         |
| 4.4.6 Nazistas temidas .....  | 100        |
| 4.5 PÓS-GUERRAS.....  | 105        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                    | <b>116</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>120</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o princípio do estudioso e oficial de guerra Carl von Clausewitz (2017), de 1832, a guerra seria a política continuada por outros meios. John Keegan, especialista no assunto, em seu livro *Uma história da guerra*, publicado em 1993, discorda em partes, afirmando que a guerra é quase tão antiga quanto o homem, e, portanto, envolve muito mais que simplesmente a vertente política. Por tratar-se de humanos, traz consigo também emoções, questões de ego, orgulho e instinto. (Keegan, 2006).

Para valer-se de uma conceituação, uma pesquisa rápida e *on-line* no dicionário *Oxford Languages* define a guerra em uma de suas acepções como “qualquer combate com ou sem armas; peleja, conflito.”

Ainda que já se tenha estudado acerca da história das guerras, a predominância do debate situa-se em torno do homem e de sua atuação, enquanto a participação feminina foi amplamente apagada e excluída dos documentos históricos, salvo alguns registros e fatos, parte deles a serem expostos e debatidos neste trabalho.

Seja na realidade ou na ficção, alguns nomes femininos ligados à guerra são conhecidos; entre eles, as revolucionárias Joana d’Arc e Anita Garibaldi e as mitológicas Helena de Tróia e Atena, sendo sua participação como pacificadoras, instigadoras, guerreiras ou mesmo vítimas. Lisístrata, personagem de Aristófanes em uma comédia restrita ao público masculino, lidera um grupo de mulheres gregas fartas da guerra e convoca uma greve sexual visando a paz (Aristófanes, 1996). Medeia declara que preferiria provocar três guerras a parir uma única vez (Eurípedes, 2021). Outras mulheres, nos papéis de rainhas e governadoras, como Cleópatra e Catarina de Medici, também se viram em meio a conflitos e guerras por conta da obrigação advinda do cargo e título herdados consanguineamente. Simone de Beauvoir (2016b, p. 189) comenta sobre as heroínas femininas conhecidas e confronta sua posição com a dos homens também em papel de heróis:

são de uma espécie barroca: aventureiras, originais, menos notáveis pela importância de suas ações do que pela singularidade de seus destinos; assim, se compararmos Joana d’Arc, Mme. Roland, Flora Tristan com Richelieu, Danton, Lenin, vemos que a grandeza delas é principalmente subjetiva: são figuras exemplares mais do que agentes históricos. O grande homem jorra da massa e é levado pelas circunstâncias: a massa das mulheres acha-se à margem da história e as circunstâncias são para cada uma delas um obstáculo, e não um trampolim.

Não são, no entanto, em relação às mulheres, apenas mitos e exceções que existiram na história das guerras. Uma legião de anônimas participou incessantemente dos conflitos,

mas permaneceu e permanece apagada da história, por estar em um território predominantemente masculino e excludente.

John Keegan, apesar de especialista no estudo, traça afirmações enfáticas e passíveis de engano quanto à participação feminina nos conflitos bélicos. Segundo ele, em seu estudo *Uma história da guerra* (2006), a atuação das mulheres foi irrelevante. Confirma que elas estiveram ativas em algumas funções, mas que, em suas palavras, de forma generalizante, “a guerra é uma atividade humana da qual as mulheres, com exceções insignificantes, sempre e em todos os lugares ficaram excluídas. [...] as mulheres [...] não lutam. Elas raramente lutam entre si e jamais, em qualquer sentido militar, lutam com os homens.” (Keegan, 2006, p.111). Para ele, a guerra é uma atividade inteiramente masculina. Ademais, o historiador caracteriza a mulher como pretexto de guerras, principalmente em sociedades primitivas e suas disputas masculinas. Enfatiza ainda a fragilidade feminina estereotipada ao afirmar que elas “procuram os homens para protegê-las do perigo.” (Keegan, 2006, p.111).

Apesar disso, como frisou Svetlana Aleksievitch (2016) no título de *A guerra não tem rosto de mulher*, a aparência e o imaginário da guerra são certamente masculinos, mas as mãos e corpos que dela participaram foram em grande quantidade de mulheres, que de forma imprescindível atuaram em ofícios envolvidos ou mesmo no campo de batalha. Assim, aceções enraizadas acerca da guerra como atividade exclusivamente masculina são refutadas por meio de testemunhos e estudos modernos que retratam desde os tempos primitivos até a contemporaneidade inserindo novos olhares e verdades até recentemente ignoradas.

A justificativa pelo tema escolhido, portanto, se dá pelo evidente apagamento da mulher na história, em especial na das guerras, as quais apresentam narrativas contadas pela voz do homem colonizador, branco e heterossexual. É necessário desconstruir e recontar a história a partir dos fatos e da perspectiva dos personagens marginalizados que também estiveram presentes, nesse caso, as mulheres.

A autora Virginia Woolf, em 1938, publica a obra *Três Guinéus*<sup>1</sup>, na qual discute a guerra e tópicos paralelos analisando a participação e influência de homens e principalmente mulheres nos conflitos. Tal obra conduz as discussões da presente dissertação, que tem como objetivos analisar e trazer à tona, a partir de revisão bibliográfica, a participação efetiva de mulheres na guerra, vítimas do apagamento, de modo a contrapor informações históricas conhecidas e propagadas, responsáveis pela construção de um imaginário masculino sobre a

---

<sup>1</sup> Foi utilizada nesta pesquisa a versão do texto traduzida por Tomaz Tadeu e publicada pela Editora Autêntica em 2019, a primeira tradução da obra para o português.

guerra, além de desconstruir muitas das máximas determinadas como naturais aos sexos. O estudo da obra pretende também aprofundar e debater a perspectiva de Woolf acerca da relação entre mulheres e guerra, explorando-a com o auxílio de outros estudiosos. As discussões de Woolf são consideráveis para pensarmos a situação vivenciada por mulheres em períodos de guerra em diferentes contextos e condições de vida, propiciando também uma reflexão interseccional sobre sua participação e a opressão a que cada uma foi vítima. Naturalmente, Woolf aborda na obra sua perspectiva das circunstâncias locais e temporais, do lugar de uma mulher intelectual em posição de prestígio. Entretanto, percebe-se não uma postura elitista, mas interpelações a respeito de indivíduos de todas as classes, principalmente no desfecho do ensaio, no qual a autora apela para a consciência e ação coletivas objetivando a transformação social, com igualdade, liberdade e justiça.

A obra, inicialmente denominada *Os Pargiters*, foi dividida em dois livros. A parte predominantemente fictícia tornou-se o romance *Os anos*, publicado em 1937, enquanto a parte teórica e de cunho ensaístico foi publicada como *Três Guinéus*, no ano subsequente. O texto contido em *Três Guinéus* foi também publicado como um ensaio menor e mais sucinto (Woolf, 2019e), o qual se divide em duas partes; a primeira intitulada: “As mulheres devem chorar” e a segunda, que retoma o título anterior e o completa: “As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra”, bastante significativo ao que se propõe.

Apesar da divisão da obra inicial em *Três Guinéus*, aliam-se o projeto estético de Woolf, conhecido em suas obras anteriores, ao político, já explorado em *Um teto todo seu* e outros ensaios de teor feminista. Trata-se, portanto, não obstante a separação, de um ensaio-fictício, pois, ainda que os acontecimentos e informações abordados sejam verídicos, a forma como a narrativa se dá é fictícia. Tal livro possui o conhecido tom sarcástico da autora na voz de uma narradora-personagem provocativa e sagaz. Na época de sua publicação, foi mal recebido por parte da crítica majoritariamente masculina, que reagiu a ele como um livro raivoso, histérico e exagerado. O feminismo de Woolf foi mal compreendido por muitos na época, assim como sua concepção crítica do termo. À autora desagradavam os significados e as reivindicações limitados do movimento vigente. Para ela, os problemas das mulheres não estavam resolvidos apenas com a conquista do voto (em 1928, na Inglaterra), como entendiam as mentes comuns. Suas reflexões abordam o papel da mulher na vida pública no geral antecipando muitas das pautas desenvolvidas posteriormente pelas vertentes do movimento feminista que segue progredindo com vistas a atender e representar as mulheres em todas suas condições e contextos. Naomi Black (2019), em seu artigo “A vida da felicidade natural: o feminismo de Virginia Woolf”, comenta a postura política da autora ainda que esta se

considerasse apolítica. Além dos livros, panfletos e ensaios publicados, Woolf teve também participação proeminente no movimento das mulheres e outros grupos sociais, trabalhando e contribuindo com suas causas. Participou, por exemplo, da Guilda das Mulheres e da National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS). Por isso e por suas convicções, Black classifica o feminismo de Woolf como social e político (Black, 2019).

Vale notar que Woolf perdeu seu sobrinho Julian Bell na Guerra Civil Espanhola, citada por ela na obra, além de outros conhecidos em guerras. O tema é tão presente na época por ela vivenciada que figura em quase todos seus romances e escritos, por vezes com maior destaque e pano de fundo das ações principais, em outras, com rápidas citações, mas sempre presente. Seus diários e ensaios não diferem, salientando seu ponto de vista acerca dos conflitos. O agrupamento de todas as citações referentes à guerra resulta nas convicções da autora que são esmiuçadas em seu *Três Guinéus*. Importante ainda é lembrar que a autora não viu o fim da Segunda Guerra Mundial, vindo a falecer em 28 de março de 1941, mas explicitou, em diversos de seus escritos sobre esse tema, que a literatura foi sua ferramenta e resposta à guerra.

O livro, por conta das críticas já levantadas, não ficou entre os mais famosos da autora (Black, 2019). Sua carga teórica, entretanto, complementa seus ensaios anteriores, as posturas da autora e é fértil para discutir a situação da mulher e da guerra, entre outros tópicos, no passado e ainda hoje, adaptada ao contexto atual, por isso escolhido como o foco desta dissertação. Informação relevante, a propósito, e que dá ainda mais peso ao livro e sua significação, é que seu manuscrito foi vendido para angariar fundos aos refugiados da Guerra Civil Espanhola. Esse fato é evocado por Michèle Barret no prefácio da edição do livro de 1993 e comentado pela professora Maria de Oliveira (2017, p. 101), que acertadamente ressalta: “de uma forma bem efetiva ele [o livro] responde à questão de Woolf no começo de seu ensaio – se ela não contribuiu para evitar a guerra, pelo menos pôde fazer algo efetivo para aliviar suas consequências.”

De forma significativa, quanto ao formato epistolar da obra, isto é, por se tratar de uma série de cartas, simulações e discussões sobre elas, à missivista é permitido falar livremente e sem interrupções, ao que seu remetente se torna apenas ouvinte e, de forma oposta, impedido de intervir, como seria comum em uma conversação presencial entre pessoas de gêneros opostos. O fato de uma mulher discursar à vontade sobre assuntos que não seriam sua especialidade, como guerras e política, seria alvo de escândalo; um dos fatos que possivelmente explique a repercussão negativa da obra. Ainda assim, Woolf situa-se dentro da linguagem masculina e de lógica patriarcal enquanto se constitui sujeito, subverte-a e a utiliza

como ferramenta para seus métodos retóricos. Unindo seu discurso plural a altos níveis de sarcasmo, pretende direcionar seu texto também ao público leitor masculino e denunciar as tiranias sociais camufladas nas instituições privadas e públicas. Além disso, a construção do texto em *Três Guinéus*, repleto de pausas, quebras, retomadas e utilização de reticências e outros elementos textuais, lembra a linguagem peculiar do anterior *Um teto todo seu*, notada por Noemi Jaffe (2014) e, da mesma forma material e densa, parece aludir ao processo carregado de adversidades, muros e desvios em busca de condições sociais dignas pelo qual passam as mulheres, objeto de seu discurso. Woolf concretiza e simboliza esse caminhar pedregoso em uma escrita corporificada e repleta de divagações que sugerem uma aparente fuga das questões que articula, mas que, ao fim, emaranhadas em um todo, resultam compreensivelmente no desfecho que a autora tenciona desde o início.

Susan Sontag (2003, p. 6), em um dos ensaios que compõem seu livro *Diante da dor dos outros*, comenta acerca da genialidade e excentricidade da obra:

O livro *Três guinéus*, de Woolf, que veio a público próximo ao desfecho de quase duas décadas de retumbantes denúncias contra a guerra, apresentava a originalidade (que o fez ser o mais mal recebido de todos os livros da escritora) de focalizar aquilo que era visto como demasiado óbvio ou impertinente para ser mencionado, e muito menos para ser objeto de longas ponderações: o fato de que a guerra é um jogo de homens — que a máquina de matar tem um gênero, e ele é masculino.

Utilizou-se, na construção da discussão e da fundamentação teórica deste trabalho, dados coletados através de fontes bibliográficas, entre livros e artigos que oferecem material adequado para o debate das questões propostas por Woolf, empregando também a espécie de estrutura intelectual de sua obra, que nas idas e vindas de suas discussões, à primeira vista confusas e redundantes em sua retórica, progridem em um emaranhado de ideias que ao fim, em uma teia de pensamentos conexos, chegam a um elucidado desfecho.

A fim de esclarecimento, foram adotadas várias formas para fazer menção à protagonista do livro, já que esta não possui identidade determinada. Logo, além de narradora e personagem do ensaio-ficção, podemos percebê-la também como a própria Woolf enquanto expressa seus ideais e denuncia as tiranias de seu tempo.

*Três Guinéus* convida a observar as raízes da opressão, sua progressão até os tempos atuais, as teorias que a explicam, o que pode ser concluído, o que deve ser revisto e o que precisa ser feito ainda para que, além de visibilidade, a mulher tenha o direito de pertencer aos lugares e posições que almeja.



Sendo assim, a discussão segue uma linha histórica e sucessiva de raciocínio. No primeiro capítulo, intitulado *Guerra: lugar de homem*, são abordadas as origens da divisão sexual, o que se conhece por guerra, a participação do homem e a dominação masculina, sua significação e como se desenvolveu no decorrer dos tempos.

No segundo capítulo, intitulado *Onde estavam as mulheres: o que se sabe*, a abordagem foca no que foi relatado sobre a mulher em tempos de guerra, a chamada vocação para a maternidade e a vida doméstica, além do início de sua inserção na educação e no mercado de trabalho em profissões selecionadas. Esse debate é acompanhado e permeado pelas discussões de Virginia Woolf em cada um dos capítulos da obra em foco, juntamente a outros teóricos, que esclarecem as divergências estabelecidas entre os gêneros.

O terceiro capítulo, intitulado *Onde estavam as mulheres: o que foi apagado*, é destinado a explorar aquilo que foi ignorado: a relação das mulheres com a guerra nos mais variados âmbitos, sua participação ativa, entre aquelas que ocuparam ofícios antes destinados aos homens e aquelas que lutaram de fato no campo de batalha, suas motivações e uma reflexão acerca das determinantes categorias de mulher e possibilidades de cada uma delas, sempre em diálogo com as perspectivas exploradas na literatura de Woolf.

Assim, a questão de pesquisa que se coloca para a análise que guia as discussões baseia-se na relação ambivalente entre mulheres e a guerra; a conexão, os ideais envolvidos, a influência positiva ou negativa e, por fim, a reflexão acerca da postura feminina, se contra ou a favor dos conflitos mundiais.

Não é um dos princípios deste trabalho focar em determinada guerra, mas explorar alguns desses conflitos em circunstâncias que provam a participação ativa de mulheres e suas condições. O recorte, portanto, para fins mais delimitados de pesquisa, é especialmente do século XX, levando em consideração sua magnitude em relação às grandes guerras em nível mundial e um maior acesso a informações e registros históricos a serem utilizados. A junção das teorias da autora e de outros teóricos acerca da conexão das mulheres com a guerra, sua influência direcionada aos maridos e à sociedade, e, sobretudo, os ideais escusos que as moviam são abordados e desenvolvidos a fim de refletir a questão proposta. Também não é objetivo deste esgotar o que se sabe sobre a temática, mas contribuir para a desconstrução da narrativa de apenas um lado da história, considerada universal, incitando outros pesquisadores a fazerem o mesmo.

A reflexão que a obra *Três Guinéus* fornece é essencial para uma análise da atualidade, que se constitui das duas temáticas principais do livro: a guerra e a opressão da mulher, que embora de formas renovadas e modernizadas, propiciam e convidam a uma

abordagem também adaptada aos nossos tempos e com o auxílio de teorias pertinentes que complementem a discussão.

## 2 GUERRA: LUGAR DE HOMEM

Em *Três Guinéus*, espécie de ensaio-ficção publicado em 1938 pela autora Virginia Woolf, uma mulher fictícia, filha de homem instruído, responde a carta de um homem também fictício depois de três anos de seu recebimento. Nessa carta, o homem pede ajuda para evitar a guerra. A partir desse apelo, a autora traça uma série de análises envolvendo a participação de homens e mulheres na guerra, utilizando, em sua retórica, relatos e dados jornalísticos e bibliográficos. O ensaio torna-se plural em vozes ao ser constituído por outras cartas, rascunhos e diálogos imaginados, bem como fotos e notas explicativas. A obra funciona como uma espécie de sequência de *Um teto todo seu*, publicado em 1929, também em tom de denúncia social, mas que aborda mais enfaticamente o papel da mulher em relação à literatura e sua independência financeira. No ensaio de 1938, Woolf amplia seus questionamentos em uma perspectiva social geral, na presença da mulher no âmbito público e seu direito à educação e ao mercado de trabalho. Segue, no entanto, empregando seu tom sarcástico usual para criticar e questionar as controvérsias e injustiças do período. Patriarcado, militarismo, cristianismo, patriotismo, fascismo, entre outros temas são abordados em sua análise e tentativa de resposta ao destinatário, importante ressaltar, de características estereotipadas: homem de meia idade instruído. Logo, a guerra é para a autora um artifício para argumentar em favor de outros pontos também urgentes, mas ignorados socialmente pelos homens que estão ocupados com a guerra.

Similarmente ao ensaio de Woolf, Sigmund Freud (2010), em uma carta-resposta real enviada a Einstein, datada de 1932, debate a guerra detalhando sua teoria dos instintos, que segundo ele, explica o que move os homens: seu senso de ódio e destruição. O prazer em agredir e destruir, ou seja, o instinto de agressão, seria uma de suas motivações. Esse, aliado a outros instintos, como os eróticos, propiciaria plena satisfação, em uma espécie de dinâmica opositora mas fundamental entre amor e ódio, atração e repulsa. Ou seja, enquanto incentivado pelo instinto de agressão a destruir e matar, os instintos eróticos do indivíduo agiriam em favor de seus esforços de vida. “O ser vivo como que conserva sua própria vida ao destruir vida alheia”, explica Freud (2010, p. 204) e complementa que não há forma de cessar esses instintos agressivos no homem.

A missivista de Woolf reflete sobre essa questão à procura da compreensão desse “hábito” histórica e majoritariamente pertencente aos homens e não às mulheres, colocando em dúvida a origem dessa diferenciação, se natural ou acidental. Ela procura analisar as

características masculinas em busca do entendimento dessa satisfação que eles tiram da luta e da violência. A partir dos dados coletados, conclui-se que são três as razões que levam os homens a guerrear: a guerra como profissão; como fonte de felicidade e finalmente como válvula de escape para sua virilidade. No entanto, a partir dos mesmos dados, ela percebe que essas opiniões e emoções não são partilhadas por todos os homens; há divergências entre eles sobre o tema, ainda que a maioria seja a favor da guerra (Woolf, 2019a). Esse fato coloca em xeque a máxima de que há um instinto nos homens em geral e que sua sede por luta e destruição é inata. O próprio Freud soa paradoxal ao afirmar a existência desse instinto nos homens, enquanto identifica-se enfaticamente como pacifista. A evolução cultural incentiva as mudanças comportamentais e psíquicas que consistiriam, segundo ele, na negação e restrição dos impulsos instintuais. Esta é sua explicação. Para ele,

a guerra contraria de forma gritante as atitudes psíquicas que o processo cultural nos impõe, e por isso temos de nos revoltar contra ela, simplesmente não mais a suportamos, não se trata apenas de uma rejeição intelectual e afetiva; para nós, pacifistas, é uma intolerância constitucional, como que uma idiosincrasia ampliada ao extremo. (Freud, 2010, p. 207).

Simone de Beauvoir, por outro lado, assim como outros autores<sup>2</sup>, desmistifica a ideia de instintos, conceituando-os como construções culturais e, portanto, negando a ideia de um instinto de feminilidade e de maternidade que seriam uma oposição ao instinto para a guerra presente nos homens. Essas características seriam, na realidade, inculcadas em meninos e meninas desde os primórdios em sua educação, de modo sexista. Assim, meninos são incentivados nos jogos violentos, esportes e utilização do corpo para lutas, enquanto às meninas, essas atividades são negadas com o argumento de que sua vocação é o lar e a maternidade, definindo precocemente seu futuro e incentivando-as em atividades que de certa forma as treinam para a posteridade, como brincar de boneca, casinha e ajudar a mãe nas tarefas da casa, enquanto o irmão está ocupado em outros afazeres (Beauvoir, 2016a). As características femininas nos meninos ou masculinas nas meninas são reprimidas desde cedo reforçando essa divisão dos sexos (Rubin, 2017), que será a seguir examinada.

## 2.1 AS ORIGENS DA DIVISÃO SEXUAL

---

<sup>2</sup> Lerner (2019); Stuart Mill (2019).

Para entender o que aqui se debate e tenta compreender, é necessário recorrer às origens; como se deu a divisão sexual e como surgiram e o que incentivou os primeiros conflitos de que se tem registro, analisando a disposição e comportamento dos indivíduos presentes. Para isso, evocaremos alguns teóricos e dialogaremos entre seus pensamentos.

Gerda Lerner (2019), em seu livro *A criação do patriarcado*, explora as raízes da opressão e os argumentos tradicionalistas empregados para explicar as diferenciações entre os gêneros, focados primeiramente em termos religiosos e na “assimetria sexual”, ou seja, nas diferenças biológicas existentes entre eles. Foram essas diferenças que propiciaram em parte a divisão sexual do trabalho, na qual ao homem é reservado o trabalho público, enquanto a mulher é destinada ao lar e à maternidade. Assim, os homens, mais fortes, rápidos e agressivos tornaram-se caçadores e provedores. Essas habilidades também propiciaram a eles tornarem-se guerreiros e defensores das mulheres, ditas vulneráveis e tendo a necessidade de permanecerem nos lares cuidando dos filhos. Dessa forma também ocorreu a criação e formação de meninos e meninas em tribos e sociedades primitivas. Enquanto as meninas estavam sendo preparadas para as atividades maternas e o trabalho diário, a divisão sexual unia meninos e homens através de ritos de iniciação e participação na caça, uma espécie de preparação física e psicológica para que os pequenos se tornassem guerreiros.

De acordo com Lerner (2019, p. 75),

A formação do ego do indivíduo masculino, que deve ter ocorrido em um contexto de medo, admiração e possivelmente pavor da mulher, pode ter levado os homens à criação de instituições sociais para incentivar o ego, aumentar a autoconfiança e validar sua noção de valor.

Em relação à propensão do homem a ser guerreiro, teorias já foram levantadas, algumas delas refletindo que a dominação e agressividade masculina seriam uma forma de compensar sua incapacidade de gerar e dar à luz<sup>3</sup>.

A autora argumenta que o determinismo biológico em um primeiro estágio do desenvolvimento humano pode explicar a situação e as diferenças entre os sexos, mas que a estrutura formada a partir disso foi fortalecida culturalmente e aceita historicamente como natural. Há, no entanto, segundo Lerner (2019), estudos de antropólogas feministas que descobriram que a relação de dominação *versus* submissão não é universal. Há registros de sociedades que consideravam os sexos como complementares, nas quais a caça não era a atividade principal e prestigiada. A participação de mulheres e crianças como coletoras e o

---

<sup>3</sup> Bourdieu (2020); Lerner (2019); Patou-Mathis (2022).

desenvolvimento da horticultura eram igualmente necessários para o progresso e sustento da comunidade. Além disso, existiu, anteriormente à veneração de deuses masculinos, o culto a divindades femininas, representantes da maternidade, da fertilidade e da criação. Estudos científicos atestam a existência de sociedades matriarcais e matrilineares no passado, muitas governadas por um sistema ginococrático. Nessas, haveria o domínio feminino ou, ao menos, uma cultura mais igualitária e menos hierarquizada. Tal tese é refutada por outros estudiosos (Patou-Mathis, 2022).

Segundo Friedrich Engels (2019), em seu estudo *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado em 1884, a mulher foi derrotada com a criação da propriedade privada. Dessa forma, a partir do momento que o homem se apropria de terras, sente a necessidade de garanti-las para si e seus herdeiros, instituindo a família patriarcal. A mulher torna-se também propriedade a ser conquistada, através do casamento monogâmico, uma das primeiras formas de comércio, uma troca de produto entre homens: seu pai e marido. Passa assim a responder, obedecer e servir a outro macho com o qual constitui família, pertencendo ao serviço privado e tornando-se assim a primeira criada, vítima da escravidão doméstica. De acordo com o filósofo, os progressos que constituem a evolução da civilização e do convívio social envolvem sempre um retrocesso para um dos lados envolvidos, neste caso, as mulheres. Para o antropólogo Lévi-Strauss (1982), em *As estruturas elementares do parentesco*, de modo inverso, essa utilização da mulher como objeto de troca das relações sociais entre tribos e comunidades foi decisiva para o começo de sua subordinação e para a criação da propriedade privada. O casamento seria assim uma troca de presentes, garantido pelo tabu do incesto, que impede relações entre integrantes de uma mesma família ou grupo e incentiva as trocas matrimoniais entre grupos diferentes, o que favorece a sociabilidade e alianças entre comunidades.

Gayle Rubin (2017) chama esse processo de troca de “tráfico de mulheres”, no qual se dá a domesticação da mulher. Ela, nesse caso, não figura como membro de um grupo, mas como um produto que é dado e recebido entre membros homens parceiros de troca. Não curiosamente, esse costume segue simbolicamente intacto até os dias atuais em cerimônias tradicionais de casamento, nas quais o pai entrega sua filha como objeto ao noivo.

Assim comenta Rubin (2017, p. 23),

As mulheres são dadas em casamento, tomadas durante os combates, trocadas com o objetivo de conseguir favores, enviadas como tributo, trocadas, compradas e vendidas. Longe de se limitarem ao mundo “primitivo”, essas práticas parecem inclusive ter se tornado mais pronunciadas e comercializadas na maioria das sociedades “civilizadas”.

Rubin (2017) denomina ainda de sistema sexo-gênero o processo no qual as características biológicas dos seres humanos são moldadas cultural e socialmente e discute, paralelamente a teorias de estudiosos sobre o assunto: Freud, Lacan, Lévi-Strauss, Engels e algumas acepções de Marx, ainda que este se abstraia às questões de sexo e gênero. A denominação de sistema sexo-gênero, segundo a autora, evidencia que a opressão é um produto social, e, portanto, não irrevogável, mas sujeito a mudanças através de ações políticas.

Com o desenvolvimento de atividades pastoris e o domínio de novas técnicas na agricultura, o que reforçou o controle dos homens, as mulheres deixam de ser necessárias no trabalho produtivo com a agricultura e como coletoras e seu papel reprodutivo é enfatizado, juntamente com regras de comportamento e controle do corpo. Patou-Mathis (2022) reforça o quanto essas mudanças na organização social favoreceram o surgimento de castas e elites.

O desenvolvimento do militarismo e da necessidade de força de trabalho foi o que deu origem à escravização de prisioneiros. Seria essa a primeira forma de dominância hierárquica na história, de acordo com Gerda Lerner (2019). Surgem assim “os outros”, aqueles que são diferentes do considerado padrão e, por isso, dominados, marginalizados e inferiorizados. As mulheres tornam-se também escravas por conta de sua sexualidade e reprodutividade, produtos a serem utilizados e comercializados. Esse processo as impele a abdicar de sua autonomia e dignidade ao se tornarem posse do dominador. De acordo com Lerner (2019, p. 138),

O precedente de considerar mulheres um grupo inferior permite a transferência desse estigma a qualquer outro grupo que seja escravizável. A subordinação doméstica de mulheres criou o modelo com base no qual a escravidão se desenvolveu como instituição social.

Simone de Beauvoir (2016a) enfatiza como o casamento era a única possibilidade de jovens pertencerem à coletividade, constituindo uma família e cumprindo seu papel de servas domésticas e reprodutoras. Aquelas que não arrandassem casamento pertenciam à parcela excluída e esquecida de mulheres que permaneciam confinadas na casa privada familiar, incapazes de ingressar no mundo público, além de serem uma carga aos pais.

A escravização de mulheres precedeu a formação e a opressão de classes, que não é, para Lerner, um marcador separado do gênero. São constructos que se relacionam, assim como raça. A importância de uma perspectiva interseccional se dá por isso.

Além da escravização, uma das formas de dominância utilizadas era e é, até hoje, o estupro, prática de guerra adotada, na qual o corpo da mulher torna-se território a ser tomado e conquistado, similar ao modo como se tomam as terras do lado inimigo e aos processos coloniais. Para Beauvoir (2016a), em relações sexuais heterossexuais, a carne feminina se torna presa para o homem, que encarna o predador. O ato sexual, mesmo consentido, principalmente em sua iniciação constitui um ato de violação. Metaforicamente falando, em termos de guerra, o homem, com sua espada, perfura e penetra o interior do inimigo. Beauvoir (2016a) destaca também as simbologias e analogias do coito com a guerra, inclusive no vocabulário utilizado pelos homens. Ele é “soldado”, “herói”, “conquistador”, mas também violento em sua ânsia pela posse. O ato amoroso é, para ele, uma luta. Satisfaz sua sede de dominância e “vence” a mulher, por baixo dele e por isso inferior e em posição de derrota, em seus momentos finais de êxtase do ato, que tem sua duração, não surpreendentemente, de acordo com o prazer masculino, derivado do contato com o “instrumento” do outro, o corpo feminino que lhe é entregue. Logo, a sexualidade feminina virou assunto público e interesse do Estado e passou assim a ser controlada e comercializada pelos homens próximos a cada mulher, sua virgindade e conduta reguladas e assim classificadas como respeitáveis ou não.

Michel Foucault, em seu afamado estudo *História da sexualidade* (1988), comenta as formas de poder que se definem pela sexualidade como fator determinante das relações. Segundo ele:

Estamos em uma sociedade do "sexo", ou melhor, "de sexualidade": os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo. (Foucault, 1988, p. 141).

O autor conceitua também, como lembra Teresa de Lauretis (2019), o que chama de “tecnologia sexual”, técnicas desenvolvidas pelos grupos hegemônicos para manter sua dominância ao discursar sobre a sexualização das crianças, dos corpos femininos, o controle da procriação e a psiquiatrização dos comportamentos diferentes do padrão como perversão. Tais declarações foram postas em prática por áreas sociais e de estudo e apoiadas por instituições do Estado, este que passou a dispor de ainda mais controle sobre sexo e corpos.

Foucault (1988) destaca ainda os esforços de Freud e sua psicanálise em reforçar a sexualidade como princípio e conseqüentemente fonte da dominação e do poder. O psicanalista, por exemplo, cita em seu texto “O tabu da virgindade”, que a sujeição feminina é



garantida pela obrigação das mulheres permanecerem virgens até o casamento, momento em que se tornam posse do homem através do ato sexual (Freud, 2018), além de outros conceitos cunhados, como a “inveja do pênis” e o “complexo de castração” para explicar a feminilidade, que pressupõem a mulher como indivíduo incompleto, questões abordadas nas análises woolfianas em *Três Guinéus*. Essa definição da mulher como um macho mutilado é anterior a Freud. Aristóteles e outros filósofos da Antiguidade já pregavam essa ideologia misógina para justificar o poder e a superioridade do sexo masculino. Tais concepções são alvos de críticas da antropóloga Gayle Rubin (2017), que, em teoria paralela a de Foucault, também percebe a politização da sexualidade e do sexo como determinante para as desigualdades. Aqui entram em jogo a heterossexualidade compulsória e outros assuntos controlados pela moral instituída como regra por um grupo seletivo, como as condutas de pessoas de grupos LGBTQIAP+, aborto, métodos contraceptivos, educação sexual e a prática sexual em si, geralmente vista sob uma perspectiva negativa. Logo, a sexualidade enquanto um produto de atividade humana requer análise e compreensão histórica e políticas do sexo realistas.

Marylène Patou-Mathis (2022), estudiosa da mulher nos períodos pré-históricos, pautada em teorias de antropólogos, lembra de outra característica feminina que se tornou tabu e objeto de crenças populares: o sangue menstrual, já utilizado, inclusive, como justificativa para a diferença entre os sexos e a alegação da impureza feminina. Seria ele uma das razões para o afastamento das mulheres em atividades como caça e guerra. “Os homens perdem sangue por razões conhecidas, durante a caça ou a guerra, mas o sangue menstrual é incontrolável. As mulheres teriam sido afastadas de certas práticas para que a sociedade fosse protegida desse ‘poder incontrolável’.” (Patou-Mathis, 2022, p. 60).

A moral religiosa e bíblica também contribuiu para uma visão estereotipada da mulher que menstrua e outras características que reforçaram a divisão sexual e a reprodução dos papéis designados a ela como procriadora e mãe. As concepções de casamento, castidade e família patriarcal também foram reforçadas pela religião, grande influenciadora do povo pela fé. Apesar disso, muitas contradições e passagens curiosas são encontradas nos escritos ditos sagrados, que, como escritos por mãos humanas, apresentam visões estereotipadas da mulher, além de sua inferiorização, segregação e papel secundário, este na maioria das vezes negativo. Não é à toa que a visão de deus judaico-cristã adotada há mais de 2.500 anos é masculina e patriarcal, fato que influencia como as escrituras foram interpretadas ao longo da história e os significados que carregam ainda hoje. O homem é, segundo a bíblia, o ser que age na história e traz a salvação, enquanto a mulher e sua natureza sexual, importante destacar, é a semente do mal e do pecado, vide Eva, a origem dos males do mundo (Lerner,

2019). A aliança feita entre Deus e os homens, na cultura judaica, é exclusivamente masculina, já que apresenta como símbolo a circuncisão. Essa espécie de contrato é perceptível ainda hoje, por exemplo, com o fato de que os postos importantes e de autoridade dentro da Igreja são ocupados inerentemente por homens, enquanto as mulheres permanecem em funções secundárias e voluntárias. Além disso, vários santos da Igreja, como São Paulo, São Tomás de Aquino e Santo Agostinho teceram comentários acerca da mulher, sua essência inferior e o ideal de castidade, enraizado historicamente. Woolf (2019a, p. 176) comenta em nota, inclusive, como a castidade foi utilizada como justificativa “para impedi-la [a mulher] de estudar medicina; de pintar a partir de modelos nus; de ler Shakespeare; de tocar em orquestras; de caminhar pela Bond Street sozinha.” Como destacou Beauvoir (2016a, p. 433, grifo da autora), “a passividade a que a mulher é destinada é santificada. [...] Não é preciso *fazer* nada para salvar a alma, basta *viver* sem desobedecer.” Assim, a instituição religiosa e as regras que impõe, muitas delas à conduta feminina, sua sexualidade e seu corpo, são controladas em sua quase totalidade por homens. Essa questão será mais detalhada no próximo capítulo, que acompanha as discussões de Woolf.

Vale lembrar que muitas guerras e conflitos, como exemplo as Cruzadas, entre os séculos XI e XIII, foram travados em nome da religião, que acatou a morte de inocentes que lutavam por seu Deus, enquanto condenou e até hoje condena, em um tabu que segue em discussão, a prática do aborto, o que fornece questionamentos e reflexões acerca dos conceitos de vida e paz que a Igreja prega. Essa reflexão é uma das pautas na obra de Simone de Beauvoir (2016a).

John Stuart Mill (2019), em seu estudo *A sujeição das mulheres*, publicado em 1869, destaca como o cristianismo contribui para o domínio patriarcal, porque, ainda que se baseie em ensinamentos que pressupõem a igualdade entre os seres humanos, adere a instituições e práticas em que uma parte da humanidade possui domínio e poder sobre a outra, sem indagar ou lutar pela transformação desses princípios que as dividem. A historiadora Joan Scott (2019), por sua vez, chama a atenção para outras duas grandes estruturas de poder que regem a sociedade: o patriarcado e o capitalismo, ambos sistemas independentes, mas que se relacionam, alimentam-se e contribuem para a opressão de certos grupos minorizados, aqui em destaque, as mulheres.

A este cenário chamamos androcentrismo, no qual a ideia de cidadão ideal passou a ser a de um homem, branco, hétero, trabalhador, moralista e pai de família. O trabalho da mulher, não assalariado, chamado reprodutivo, foi apagado e desvalorizado, contribuindo para

a divisão e as injustiças entre os gêneros, ao mesmo tempo em que foi enraizado em profundas estruturas sociais e históricas.

A própria Lerner (2019) analisa as possibilidades existentes para homens e mulheres e seus níveis de liberdade e sugere, para isso, uma comparação de cada mulher com seu irmão, atentando-se às possibilidades de cada um no âmbito social. Assim também faz Virginia Woolf (2014) em *Um teto todo seu* ao criar Judith Shakespeare, uma hipotética irmã de Shakespeare, com talentos a sua altura, mas oportunidades praticamente nulas, apenas por conta de seu gênero. A história prova, como vem sendo resgatado, que essas mulheres existiram e atuaram significativamente cada qual em seu contexto, apesar dos infortúnios por elas vivenciados e de seu apagamento histórico. Criaram-se barreiras para elas na educação, no mercado de trabalho e na vida pública em geral. Woolf as analisa detalhadamente em *Três Guinéus* comparando as condições dos filhos e filhas de homens instruídos.

Stuart Mill (2019) explica essa espécie de obrigação que as mulheres têm de acatar a vocação natural de esposa e mãe determinada pela outra metade da humanidade. De forma simples, para os homens, “se elas estiverem livres para fazer qualquer outra coisa ou se desejarem ter qualquer outro meio de vida ou ocupação de seu tempo e de suas aptidões, haverá poucas mulheres que irão aceitar a condição considerada como natural para elas.” (Stuart Mill, 2019, p. 38-39). Logo, segundo o autor, não é uma opinião inocente a de que as mulheres seriam inclinadas naturalmente para o trabalho reprodutivo. Ela funciona como um artifício para a opressão. A consciência contrária a essa ideia é clara, mas permanece encoberta, porque, uma vez admitida, conseqüentemente descartaria os argumentos empregados em todo o processo dominador e restritivo a que as mulheres são subjugadas. A filósofa Susana de Castro (2020, p. 149) salienta essa percepção ao afirmar que “o uso das categorias ‘natural’ e ‘natureza’ é fundamental para a empresa moderna-colonial-capitalista-global. [...] Classificar algo como ‘natural’ equivale [...] a autorizar sua exploração.”

Uma das questões recorrentes entre pensadores é o fato de as mulheres cooperarem com o sistema opressor, aceitando sua subordinação, ainda que, por vezes, de forma inconsciente. A narrativa masculina e colonizadora é aceita como verdadeira sem questionamentos, suas falácias convencendo o mundo para uma suposta verdade, ocultando a participação feminina da história e reforçando a ideologia patriarcal. A mulher jovem, de acordo com Simone de Beauvoir (2016a), vê um futuro frustrante pela frente ao conhecer o mundo e sua estrutura e por isso não faz nada para mudar um destino que já sabe não ser sua escolha, aceitando seu lugar de inferioridade e derrota.

Para Lerner (2019, p. 268),

Há milênios, as mulheres participam do processo da própria subordinação por serem psicologicamente moldadas de modo a internalizar a ideia da própria inferioridade. A falta da consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas.

Woolf, em *Três Guinéus*, explica essa aparente aceitabilidade nomeando-a como “o poder hipnótico da dominação”, assim como Simone de Beauvoir (2016a) caracteriza o famigerado instinto feminino e materno como “misterioso” ao refletir a influência do ambiente e da educação nos comportamentos assumidos pela mulher e pela mãe. Pierre Bourdieu (2020), em seu estudo *A dominação masculina*, corrobora e comenta esse pensamento, detalhando que esse poder hipnótico e misterioso agiria através de uma espécie de misticismo e magia, já que não é natural, mas curiosamente considerado regra e obedecido cegamente pelos indivíduos, que incorporam e naturalizam inconscientemente suas estruturas de opressão e sujeição. Assim, as mulheres são levadas ao que chama de submissão encantada, que seria um dos efeitos da violência simbólica e seus corpos dominados pelo que ele nomeia de força simbólica. Além disso, o teórico ainda cita o “confinamento simbólico” e o “cerco invisível” nos quais elas são cerceadas e as “linhas de demarcação mística”, desenhadas pelo mundo social para dividir os gêneros e limitar a ação das mulheres, de modo similar às marcas de giz traçadas no chão dos terrenos universitários encontradas pela personagem de Woolf (2014) em *Um teto todo seu*, limitando também até que ponto a mulher poderia ir sem “invadir” o território masculino. A insistência, por exemplo, de teorias acerca da mulher como um indivíduo incompleto pela falta de um pênis levaria a mulher a um reconhecimento de sua castração, inferioridade e conseqüente submissão e aceitação da heterossexualidade compulsória e outras normas ditadas pelo sistema. Daí decorreria o que Bourdieu (2020) nomeia de “dependência simbólica”: a insegurança permanente em relação a própria existência, ao corpo e às características que se espera da feminilidade; as mulheres se tornam, dessa forma, objetos simbólicos, “existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.” (Bourdieu, 2020, p. 111). Essa dependência, segundo o autor, como resultado, passa a constituir a mulher como indivíduo. A teoria de uma “vertente mística de dominação” também pode ser aplicada aos homens em relação às estruturas de poder a que são subalternos e pelas quais submetem-se a “ritos místicos”, como denomina Woolf (2019a, p. 115), espécies de ritos de passagem para ingressarem, como trata o tema do livro, no serviço militar, por exemplo. Essa suposta aura de misticismo que envolve os gêneros é nomeada de forma mais concreta como “patriarcado

psicológico”, por Patou-Mathis (2022, p. 278) e, de acordo com ela, serve como alimento para o patriarcado político e seu sistema manipulador.

Assim, Bourdieu (2020) explica que as estruturas de poder controladas por esse sistema são as responsáveis pela tendência “à submissão” a que mulheres são por vezes acusadas. Ainda que, segundo ele, “o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder” (Bourdieu, 2020, p. 72); a construção deste é resultado de um poder inscrito persistentemente de forma coletiva nos corpos dominados e, por isso, passível de um complexo processo de tomada de consciência, reconhecimento, desnaturalização e desconstrução.

É o desenvolvimento do que o antropólogo chama de “luta cognitiva”, ou seja, uma resistência às imposições do grupo hegemônico que propiciaria uma consciência de grupo determinante, portanto, para transgredir e determinar seus próprios caminhos tecendo uma revolução simbólica. Assim se deram as reivindicações e revoluções até hoje conhecidas, que resultaram em importantes conquistas dos movimentos feministas e de outras vertentes. Na segunda onda feminista, a politização das vivências pessoais, um ponto em comum entre as mulheres, incentivou-as na busca por justiça e luta contra o androcentrismo e a separação do mundo entre esferas pública e privada. Foi dessa forma que mulheres se rebelaram contra o sistema, questionando e preenchendo lugares que, segundo a tradição, não eram destinados a elas, como diversas profissões majoritariamente masculinas e outras funções ocupadas durante a guerra e em meio a ela, foco dos próximos capítulos. Importante lembrar, porém, que os diferentes contextos e marcadores sociais determinavam as reivindicações de cada mulher/grupo. Logo, as feministas de cor<sup>4</sup>, por exemplo, reclamavam direitos já alcançados pelas feministas brancas, na busca por direitos avançados. Foi desse modo, com um feminismo dito universal mas branco, hétero, burguês e europeu, que se sentiu a necessidade de criação de grupos específicos, cada um com suas lutas e reivindicações.

Apesar de todo o histórico de inferiorização, Lerner destaca como houve sempre uma minoria de mulheres, de classe dominante e por isso melhores condições, que teve mais

---

<sup>4</sup> Optou-se pela utilização do termo “feministas/mulheres de cor” com base em teóricas como Glória Anzaldúa (2019) e María Lugones (2020). Em seu artigo “Colonialidade e gênero”, Lugones (2020, p. 80) justifica: “(...) uso o termo ‘mulheres de cor’, cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, como um termo de coalizão contra múltiplas opressões. Não se trata apenas de um marcador racial ou de reação à dominação racial, ele é também um movimento solidário horizontal. (...) ‘Mulheres de cor’ não propõe uma identidade que separa, e sim aponta para uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblo – toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial.”

acesso que qualquer outra de classe menos abastada. Assim surgiram as estudiosas e filósofas que, embora também com dificuldades, iniciaram estudos e questionamentos e ofereceram alternativas de releitura e interpretação do mundo, desconstruindo a única narrativa até o momento aceita. Simone de Beauvoir e Virginia Woolf, nomes do pensamento feminista, são exemplos delas. A própria Woolf cita mulheres que foram de alguma forma influentes aos maridos poderosos politicamente, em contrapartida ao resto da população feminina ignorada neste âmbito pertencente aos homens. Além disso, a escassez de biografias de mulheres incomodava a autora, que insistia para que suas colegas escrevessem sobre si, suas histórias e suas sexualidades. O registro de suas vivências para a posteridade era mais importante do que aparentava, como apreendemos na contemporaneidade.

## 2.2 OS HOMENS NA HISTÓRIA DA GUERRA

Thomas Hobbes (2005), já em 1651, na obra *Leviatã*, disserta acerca da “natureza do homem” e as causas que o levariam à discórdia e, frequentemente, às guerras: competição, desconfiança e glória. Assim incentivados e ambicionando lucros, reputação e poder sobre os outros, alcançariam um estado permanente de guerra na qual todos estariam contra todos.

Ainda segundo a visão de John Keegan, o homem teria uma propensão natural para disputas e violência. Ao mesmo tempo, porém, de forma ambígua, ele admite que não há provas suficientes por parte da ciência de que o homem seja agressivo e propenso para a guerra por natureza, além de ter consciência de que o plano cultural tem influência sobre cada nação. Assim disserta: “Todos nós achamos difícil tomar distância suficiente de nossa própria cultura para perceber como ela faz de nós, como indivíduos, o que somos.” (Keegan, 2006, p. 28). É com isso que o estudioso contradiz a máxima de Clausewitz, citada nas considerações iniciais deste trabalho, de que a guerra seria uma continuação da política por outros meios. Keegan afirma que a guerra é muito mais que política, envolve culturas e indivíduos por elas moldados, com diferentes razões e formas, portanto, de agir e guerrear. Não há fórmula ou métodos pré-definidos.

Para Clausewitz, que fora um oficial de regimento em guerras da Revolução Francesa, os deveres máximos de um soldado em meio à guerra seriam a “obediência total, coragem pura, autossacrifício e honra” (Keegan, 2006, p. 36), atributos pregados frequentemente como essenciais aos patriotas que representam sua nação na guerra.

Os primeiros soldados utilizados em atividades de guerra eram prisioneiros escravizados anteriormente capturados em conflitos e disputas de terra com outras tribos e comunidades. Prisioneiros homens e mulheres eram alvos de formas diferentes de escravização. Enquanto aos homens eram direcionados serviços forçados e o trabalho militar, as mulheres eram exploradas sexualmente e destinadas a serem concubinas. Tais origens culturais conduziram historicamente a mulher ao lar, frágil e em desvantagem em relação à capacidade física, enquanto os homens, fortes, corajosos e “naturalmente” propensos à violência foram para os campos de batalha.

Retornemos a Freud (2010) e suas reflexões sobre a guerra. Segundo ele, quaisquer conflitos entre indivíduos do sexo masculino resolvem-se por meio de violência, em todo o reino animal, empregando-se força muscular, e, no caso dos humanos, ferramentas materiais. O resultado do conflito implica a determinação das duas partes: a vencedora torna-se dominante, enquanto a perdedora abre mão de suas reivindicações e assume seu lugar de sujeição à primeira.

O psicanalista propôs também a teoria da agressão, que resultaria da frustração dos impulsos sexuais pelo ego. A agressão individual, um “impulso natural”, tornaria-se grupal, propiciando cooperação na caça e em conflitos com outros grupos, por disputas de terras e mulheres em tempos primitivos. A liderança dos homens foi assim tradicionalmente aceita como forma de organização das sociedades, segundo teólogos e antropólogos (Keegan, 2006).

Em contextos políticos historicamente, portanto, a força, o poder e a autoridade são vistos como atributos masculinos, enquanto a fraqueza, a fragilidade e a obediência são identificadas como femininos. Essas ideologias tornaram-se leis, relegando as mulheres aos “seus lugares” e impondo barreiras em sua evolução social (Scott, 2019).

A guerra foi legitimada em suas várias características sexistas: a virilidade como arma, o dever dos homens ao servir suas nações e a destacada exclusão feminina. Há registros de guerras de povos primitivos até a evolução das chamadas guerras modernas. John Keegan (2006) tece um estudo desses povos, suas estruturas e características, entre eles os zulus, que destacavam os valores guerreiros no Sul da África, os mamelucos, espécies de soldados escravos muçulmanos e os samurais, os tradicionais espadachins japoneses. Em todos esses grupos, majoritariamente masculinos em relação à guerra, a cultura, repara ele, é fator determinante na escolha dos meios militares e culminantemente, na vitória dos conflitos. A narradora de Woolf comenta no início de sua abordagem, como já observado, que o hábito de guerrear foi, desde muito tempo, um ato masculino, mas coloca em dúvida se esse fato seria definido natural ou acidentalmente.

As teorias de Beauvoir, que conversam com a questão cultural destacada por Keegan, iniciam falando sobre a incitação a características consideradas tradicionalmente masculinas na infância e seu processo educacional pela família e instituições tradicionais. Esse condicionamento leva o menino a desenvolver frieza, virilidade e orgulho desses seus atributos e da superioridade que é pregada a quem os detém. Deixam-no livre para brincar, jogar e descobrir o mundo e seu corpo. Ensinam-lhe sobre violência, competição, domínio, liderança, a usar sua virilidade e reprimir suas emoções. Criam-se, assim, os padrões de masculinidade consagrados socialmente. A menina, por outro lado, é barrada das atividades masculinas e incentivada nas tarefas de casa e em uma feminilidade também condicionada. Tais práticas seguem firmes até a atualidade, determinadas por uma divisão sexual enraizada em tempos primordiais. Essa educação forma homens e mulheres oprimidos pelo sistema, ainda que os mais privilegiados não se atentem para sua forma de opressão.

Woolf (2019c), em “Pensamentos de paz durante um ataque aéreo”, ensaio que dialoga com *Três Guinéus*, depara-se com as palavras de um jovem que lutou na guerra declarando que combater, matar pessoas estranhas e voltar para casa em meio a glórias e honrarias eram seu sonho durante toda a vida até ali. A esse respeito, a autora reflete: “O jovem aviador lá no alto do céu é movido não apenas pelas vozes dos alto-falantes; ele é movido pelas vozes dentro dele mesmo – por instintos antigos, instintos nutridos e valorizados pela educação e pela tradição.”, e completa com um questionamento: “Deve-se culpá-lo por esses instintos?” (Woolf, 2019c, p. 118).

Naomi Black (2019) também comenta o processo que constitui e forma homens para as práticas bélicas, obedecendo a preceitos impostos pela vida pública, e as consequências decorrentes disso. De acordo com ela:

À medida que os rapazes progridem, passando da educação para a aprendizagem de uma profissão, habituam-se à competição, à hierarquia e à agressividade. Tornam-se comprometidos com a motivação do lucro, a ponto de até mesmo as potencialmente valiosas noções de ambição e patriotismo acabarem por se corromper. Em âmbito nacional, o resultado é uma vida pública desumana, voltada à exploração e nada criativa. Em âmbito internacional, o resultado são as guerras frequentes. E os homens levam essas atitudes e práticas da vida pública para casa, tiranizando e desprezando as mulheres que não possuem nem as vantagens, nem a formação, nem os mesmos valores que eles. (Black, 2019, p. 245).

O universo é dos homens, o poder por eles partilhado e disputado, a cultura determinada por eles; dominam o trabalho público, são os heróis e protagonistas na literatura, no cinema e na história, em uma narrativa contada majoritariamente por eles. A mulher é vista como passiva, inclusive em sua própria história, reservada ao mundo privado e protegida pela



comumente chamada “segurança do lar.” Entretanto, a ironia é que a casa, para a mulher, tem significação oposta, uma vez que a maioria dos casos de violência e feminicídio, no Brasil, ocorre no próprio lar.<sup>5</sup>

A violência é, para o sexo masculino, uma ferramenta disponível em diversos contextos, método não inculcado nas mulheres. A força física, a agressividade, o recurso de bater e golpear encontra-se no âmago de seu ser e subjetividade, porque lá foi plantado. O orgulho de seus músculos e corpo como objeto de luta e força constitui o que eles consideram sua superioridade (Beauvoir, 2016a). Para Beauvoir (2016a, p. 248), “nas mãos de um homem, a lógica é muitas vezes violência”, já que não detém a razão sempre, mas os métodos violentos, sim.

Ainda que um dos grandes motivadores da guerra seja a detenção do poder, e vista por muitos como dominação, para Hannah Arendt, ela é resultado de ações tomadas em conjunto, mas sua relação com a violência é oposta, ou seja, a existência de um implica a ausência do outro. Logo, a violência destrói o poder. Assim Arendt (2022, p. 41) detalha sua visão: “A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos.” Também Freud (2010) reforça essa concepção ao citar o poder da união de uma comunidade contra a violência de um indivíduo. A fraqueza reunida de vários prevalece sobre a força de apenas um. Esses vários, em busca de seu direito, fazem da violência também uma ferramenta, mas como ato legítimo, como lembra Frantz Fanon (2022) ao validar a violência do colonizado e oprimido, que, por ser linguagem descolonizadora e reivindicatória, constitui-se como ato ético e justificado. Freud objeta, porém, que essa união integral na comunidade se dá apenas teoricamente, uma vez que é constituída em seu próprio interior por relações de poder desigual entre seus membros, como homens e mulheres e pais e filhos. Assim, as relações entre dominadores e dominados estabelecem também a dinâmica central de cada comunidade, na qual há “tentativas de alguns senhores se colocarem acima das restrições vigentes para todos, ou seja, retrocederem do domínio do direito para o domínio da violência” (Freud, 2010, p. 200), neste caso, na teoria de Fanon, não mais caracterizada como “legítima” e incitadora de novos conflitos. Freud argumenta, pois, que uma forma de evitar a guerra seria a união total dos homens na instauração de um poder supremo ao qual se reservariam todas as

---

<sup>5</sup> A pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de Mulheres no Brasil” teve sua 4ª edição divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Datafolha em 2023 e comprova que “o espaço menos seguro para as mulheres continua sendo dentro de casa”, uma vez que 53,8% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o episódio ocorreu na própria residência, sendo o autor das agressões, na maioria dos casos (72,7%), conhecido das vítimas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf> Acesso em 15 nov. 2023.

decisões em relação aos conflitos de interesses. Solução um tanto inexecutável e incongruente, já que, como observado ao longo da história, a disputa por poder e superioridade impera entre os homens, além de sua negação à submissão, fatos que acarretam, como visto, em conflitos e guerras.

Em termos de guerra, ao citar a violência coletiva, Arendt (2022) repara, assim como o faz também Fanon (2022), no sentimento de irmandade existente nos campos de batalha. O individualismo se desvanece e um vínculo coletivo é fortalecido, em muito pela formação de uma “comunidade da violência”, como ela nomeia, na qual cada um se submete a uma espécie de encantamento, e aqui, novamente, percebe-se a linguagem em seus termos místicos empregada para explicar os fenômenos relacionados à dominação masculina.

Woolf (2014), em *Um teto todo seu*, repara na raiva e violência direcionadas às mulheres pelos homens em seus discursos e registros em livros e questiona qual seria a natureza dessa fúria aparentemente gratuita e o que isso diz sobre eles, que já detêm o poder. Declara enfaticamente, portanto, que não há dúvidas de que a Inglaterra, e pode-se acrescentar, praticamente todo o restante do mundo, estão sob as regras do patriarcado, evidenciado pelos lugares de poder e prestígio ocupados por indivíduos do sexo masculino, e que a raiva por eles demonstrada seria na verdade uma forma de proteger sua “superioridade”. Essa superioridade sentida pelos homens alimenta-se, segundo Woolf e sua analogia do espelho, ao inferiorizar a mulher. Assim, ele se vê refletido com o dobro de seu tamanho e reafirma seu poder sobre metade da raça humana. A autora completa: “É por isso que tanto Napoleão quanto Mussolini insistiam tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer.” (Woolf, 2014, p. 55). É o que explica a existência de super-heróis, guerreiros e seus ideais de poder, sustentados pelos significados de fraqueza e inferioridade atribuídos às mulheres ao longo dos tempos e também a raiva quando de alguma forma a ordem estabelecida é contrariada e questionada, pois assim seu poder é colocado em risco. Sem esse processo de engrandecimento e nutrição da virilidade e vitalidade, segundo a autora, sarcasticamente, o homem morreria. Da mesma forma, em *Três Guinéus*, ela sugere a extinção dele se também a guerra, que alimenta os mesmos valores, fosse extinta em nome da paz mundial.

Em um relacionamento conjugal, essa relação é percebida enquanto o homem e marido detendo todos os meios econômicos e de sobrevivência torna-se o tirano a quem a esposa deve servir, inclusive sexualmente, para, em troca, ser “digna” de sustento por ele. Ainda que seu trabalho reprodutivo, doméstico e materno esteja em dia, ele é desconsiderado enquanto produto econômico e por isso, para os detentores do poder, indigno de remuneração.

Woolf (2019a, p. 63) inclui em seu discurso a questão do trabalho privado não remunerado ao questionar a não existência de um “departamento da mãe” ou salário de mãe: “O trabalho de uma mãe, de uma esposa, de uma filha não vale nada para a nação em moeda sonante?” A filósofa contemporânea Silvia Federici explora esse problema em suas pesquisas de forma paralela. De acordo com ela, a diferença entre o trabalho público, tradicionalmente ocupado por homens, e o trabalho doméstico reside no fato de que este

não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. (Federici, 2019, p. 42-43).

Além disso, como lembra a filósofa, a atuação doméstica é resumida comumente no discurso capitalista como um “ato de amor”; a mulher, quando se torna esposa e mãe, adquire um novo e exclusivo papel: servir amorosa e incondicionalmente ao marido e aos filhos. Woolf recorre, em seu ensaio fictício, a ideias relacionadas ao fascismo e à ditadura para explicar a forma como se dão as relações matrimoniais, nas quais a mulher responde e obedece a um senhor, que determina o que ela pode e deve ou não fazer (Woolf, 2019a). Alguns desses aspectos podem gerar revolta nas mulheres, esta que é recebida com o que hoje se denomina de violência doméstica. A necessidade dos homens de se mostrarem machos, agressivos e hostis se daria, de acordo com Beauvoir (2016a), porque eles têm medo das mulheres. Outra razão, também pensada por Beauvoir (2016b, p.22), é que “ninguém é mais arrogante em relação às mulheres, mais agressivo ou desdenhoso do que o homem que duvida de sua virilidade.” Mas há, especialmente, a necessidade de exibir a própria masculinidade para seus companheiros homens. Por conta disso, como comenta a filósofa, os homens não respeitam as mulheres, “eles se respeitam mutuamente através de suas mulheres.” (Beauvoir, 2016a, p. 180). É entre eles que existem relações de valores e a necessidade de demonstrar suas virilidades.

Pierre Bourdieu (2020) pormenoriza a questão da virilidade, característica de homens que são “verdadeiros homens”, em seus aspectos ético e físico, demonstrada em grande parte a partir de provas de potência sexual e fecundidade, como deflorar a mulher e ter filhos. A honra, outra forma de se provar viril e chegar à glória, governa o homem e suas ações, e é comprovada em conflitos que ele se dispõe a lutar em seu nome, como por exemplo as guerras travadas para defender poderosos e nações. Logo, também o homem e sua imagem são

produtos de uma construção cultural. Enquanto a mulher é escrava das regras da feminilidade, o homem possui como carga o fantasma da virilidade. Para não cair na armadilha contrária, a vulnerabilidade e a vergonha, investe-se em esportes e jogos violentos para que as características viris sejam treinadas. No entanto, para que esses atributos sejam validados, necessita-se da aprovação de outros homens, para que assim se constitua um “grupo de verdadeiros homens.” O medo de ser excluído desse grupo é o que provoca atitudes violentas para se provar forte, viril e não “mulherzinha”, termo que simboliza fraqueza e humilhação. Daí surgem crimes como estupros coletivos, homicídios brutais e torturas. É perceptível, assim, que a virilidade é construção e objeto de homens para homens. Dialogando com o que tempos antes Beauvoir de forma mais simplista constatou, Bourdieu completa:

A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (Bourdieu, 2020, p. 92, grifo do autor).

John Keegan traduz essa ideia para os acontecimentos dentro do campo de batalha. Para ele, o herói guerreiro, no que chama de sociedade militar, rejubila-se com a admiração de outros soldados acerca de suas façanhas, por isso se esforça em conquistá-las. A companhia de outros como ele estimula-o nas tarefas da batalha e na futura volta para casa e para as mulheres que os esperam na expectativa de os exaltarem pela vitória ou consolá-los na derrota.

No conto “Uma sociedade”, escrito por Virginia Woolf e publicado em 1922, as personagens femininas em conjunto perguntam-se o que será, posteriormente, a discussão em que a autora se debruçará em *Três Guinéus*:

“Por que”, gritamos, “os homens vão à guerra?”  
 “Algumas vezes por uma razão, outras vezes por outra”, respondeu ela calmamente.  
 “Em 1760, por exemplo...” Os gritos vindos de fora abafavam suas palavras. “De novo em 1797... em 1804... foram os austríacos em 1866, em 1870 os franco-prussianos... em 1900, por outro lado...”  
 “Mas agora é 1914!”, atalhamos.  
 “Ah, não sei por que vão à guerra agora”, admitiu. (Woolf, 2019b, p. 20).

Esse conto questiona as atividades sociais reservadas a homens e mulheres a partir das mentes de um grupo de curiosas e instigadas mulheres. Esse clube de mulheres, ou sociedade, como o título diz e brinca com o que Woolf com frequência chamará de “Sociedade das *Outsiders*”, é referência em *Três Guinéus* e as discussões no conto antecipam seus ensaios maduros e sociais. Em sua autobiografia *Um esboço do passado*, Woolf (2020, p.

148) descreve uma espécie de “sentimento do marginal”, que antecipa o termo *outsider*, utilizado repetidas vezes por ela. “Eu senti o que sente um cigano ou uma criança de pé junto à entrada de uma tenda de circo, vendo que o espetáculo está acontecendo lá dentro.” É essa ideia central que constitui a posterior Sociedade das *Outsiders*, mulheres fora do centro e, por isso, marginais.

Em *Três Guinéus*, ao analisar a situação masculina, Woolf enfatiza, como outros teóricos, o quanto a educação é determinante para a situação do homem, que em seu desenvolvimento, dispõe de investimento em sua educação formal, possui liberdade para brincar, jogar, viajar, descobrir o mundo, decidir seu futuro, para então preparar-se para ganhar a vida por conta própria a partir de um trabalho em sua área de preferência. Foi dessa forma que, aparentemente, os homens, proprietários do mundo, usurparam as rédeas da sociedade e passaram a tomar as decisões por ambos os gêneros, inclusive no que concernia à guerra.

A missivista de Woolf alega serem três as razões que levariam os homens à guerra: profissão, objeto de felicidade e um escape para suas características viris que são, em grande parte, construídas culturalmente. Essa satisfação em lutar parece ser um fruto do sentimento de patriotismo incentivado nos homens, o que fornece uma questão para Woolf: quais razões despertariam esse patriotismo e o que ele significa para homens e mulheres, uma vez que, evidentemente, as visões diferem e influenciam fortemente também a perspectiva que cada um tem sobre a guerra.

A visão que o homem tem da guerra envolve valores como honra, bravura, coragem e devoção à pátria, percebidos com destaque em muitos hinos nacionais. Não é à toa. Segundo a narradora, os homens têm muito a agradecer a sua nação, e essa seria sua forma de recompensá-la por lhe dar abrigo, oportunidades, trabalho, em suma, um lar. Além disso, essa suposta posição de poder e heroísmo é enfatizada como alvo da admiração, valorização e afirmação das mulheres, aspecto que amplia o incentivo para que jovens rapazes adentrem no mundo bélico.

Apesar disso, muitos homens são contrários à guerra, incluindo o destinatário da personagem. Esta apela a fotografias da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) contendo corpos mutilados, crianças mortas e destruição a perder de vista. As imagens inevitavelmente nos remetem ao quadro *Guernica* do espanhol Pablo Picasso (1937) e seu propósito político semelhante ao de Woolf ao retratar também a barbárie da Guerra Civil Espanhola. O objetivo da narradora é incitar os sentimentos e emoções de seu interlocutor em relação às fotos e explorar a comum visão da guerra em sua desumanidade.

As soluções apresentadas pelo homem para a missivista seriam: 1. A assinatura de uma carta que seria enviada aos jornais; 2. A filiação a alguma sociedade; e 3. Contribuir para seus fundos. Não é o suficiente para ela, que segue articulando suas discussões na busca por uma solução cabível e por entender onde residem as diferenças entre os gêneros.

As figuras de autoridade da Inglaterra, ou seja, os homens instruídos em importantes cargos públicos, repara ela, possuem aparência majestosa e vestimentas ornamentadas. Joias, chapéus, perucas, togas, fitas e botões ofuscam os olhos, muitos desses elementos com forte carga simbólica. As grandiosas cerimônias nas quais são usadas as curiosas indumentárias carregam também muitos significados, mas pressupõem aos olhos que assistem, antes de mais nada, a importância dada ao seu sexo e à posição que ocupam, além da rotulação como homens instruídos e poderosos. As roupas usadas por soldados, da mesma forma, são as mais preparadas e requintadas, de modo a impressionar e convencer jovens meninos espectadores para o esplendor do ofício militar e instigá-los a entrar para o serviço. A ideia de superioridade ligada à guerra, às roupas e aos títulos favorece altos níveis de competição, que incita, por consequência, jovens rapazes com ideais de grandeza. Se encontrarem a morte, segundo as tradições enraizadas, será consagrando-se como mártires, ainda que esquecidos rapidamente.

Mary Wollstonecraft, já em 1792, comenta suas percepções sobre o que levaria os homens à guerra, que, incentivados por ideais ilusórios de honra, glória e patriotismo são levados à submissão por um sistema déspota e tirano. De acordo com ela,

Apenas alguns oficiais podem sentir o espírito inspirado pelas noções românticas de honra, uma espécie de moralidade fundada na moda dos tempos, enquanto o grosso do exército deve ser movido por ordens, como as ondas do mar; pois o forte vento da autoridade empurra a multidão de subalternos adiante com fúria impetuosa, e estes mal sabem ou se importam com o porquê. (Wollstonecraft, 2016, p. 35).

Logo, é importante lembrar que os homens que lutam nas guerras não são os mesmos que as declaram. Aqueles que detêm o poder e pelo qual disputam geralmente não figuram no campo de batalha, mas em seus assentos de poder, assistem de longe a aniquilação e destruição do outro e também dos seus.

Woolf relaciona a questão dos direitos das mulheres com o fascismo iminente na década de 1930. Assim, para ela, as famílias estruturadas de acordo com o sistema patriarcal e por suas leis regidas são essencialmente fascistas e contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade ditatorial e bélica. A autora deixa clara sua percepção de que militarismo e guerra são resultados da sociedade patriarcal.

Ao receber a resposta de uma viscondessa a *Três Guinéus* afirmando que a capacidade da violência não é latente apenas nos homens, Woolf concorda afirmando que também se sente inflamada frequentemente por esses sentimentos que existem em cada indivíduo, mas que, como esperado, eles não são incitados nelas, de modo a deixar claro aquilo que elas não devem ser. Por tal razão, esses sentimentos são abrandados antes que tomem domínio sobre elas (Black, 2019).

Assim sendo, a relação aparentemente superficial entre mulheres e guerra têm raízes mais profundas do que os olhos e mentes comuns veem e imaginam, a serem detalhadas no próximo capítulo.

### 3 ONDE ESTAVAM AS MULHERES? – O QUE SE SABE

Segundo Oliveira (2017), *Três Guinéus* foi influenciado por dois trabalhos essenciais para o feminismo na Inglaterra, a saber: *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicado em 1792 por Mary Wollstonecraft e *A Sujeição das Mulheres*, de John Stuart Mill, datado de 1869. Vários dos pontos abordados por esses autores retornam e são desenvolvidos e aperfeiçoados em Woolf no século XX, como a importância da educação e da independência financeira para o início da libertação da mulher.

Wollstonecraft precede o tom de Woolf ao reagir, por meio de seu livro, às contradições presentes na Constituição Francesa de 1791, que excluía as mulheres como cidadãs. Percebe-se, assim, quão longo foi o período de reivindicações, que perpassa os séculos XIX, XX e segue na atualidade, com antigas e novas pautas. A escritora tece críticas às teorias de Jean-Jacques Rousseau e outros filósofos, que contribuíram para uma visão da mulher como um indivíduo fraco, passivo, artificial, infantil e fútil, incapaz de ser útil na sociedade, a não ser por suas funções domésticas e reprodutivas. Desse modo, sua inserção na educação, nas profissões e em outras atividades consideradas masculinas era desencorajada. A autora afirma:

Fortaleça a mente feminina, expandindo-a, e haverá um fim à obediência cega; mas, como o poder busca a obediência cega, os tiranos e os homens sensuais estão certos quando se esforçam por conservar a mulher no escuro, pois os primeiros querem somente escravas, e os últimos, um brinquedo. (Wollstonecraft, 2016, p. 45).

Muitos anos depois, a narradora em *Três Guinéus*, que se coloca logo no início na posição de *outsider*, analisa detalhadamente os papéis sociais reservados a cada um dos gêneros e que influência teria a mulher para ajudar a evitar a guerra. Segundo Woolf, é de conhecimento geral que a mulher não dispõe de força física, de dinheiro próprio e possui pouco conhecimento, já que sua educação não recebe investimentos como a do irmão. Também não lhe é conferido espaço no trabalho público, nem no Exército e na Marinha, exclusivamente masculinos, e menos ainda na Igreja. Logo, a mulher não possui ferramentas para agir nem para fazer valer sua opinião. María Lugones (2020) comenta como todas essas questões estão ligadas. De acordo com ela, a ficção construída socialmente a respeito da fraqueza mental e corporal de mulheres funciona como justificativa para sua participação reduzida ou exclusão nos domínios públicos da vida humana.



A fraqueza das mulheres filhas de homens instruídos é destacada por Woolf em relação ao trabalho de mulheres operárias, essencial na indústria em períodos de guerra. Essa mulher de classe mais elevada é também discutida por Stuart Mill (2019, p. 78), que compara sua criação à de uma planta na estufa, protegida de tudo e inexperiente em quaisquer âmbitos por não desenvolver suas capacidades mentais, físicas e emocionais, fato que não acontece com as mulheres de classes menos favorecidas que se obrigam a trabalhar por sustento e, por consequência, progridem em tais capacidades. Esse aspecto descrito por Stuart Mill não é norma, visto que a própria Woolf e outras mulheres de classe elevada desenvolveram consistentemente suas capacidades no mundo público. No entanto, a outra parcela de mulheres, por conta das circunstâncias de sua criação, não teve o mesmo progresso, e é a esse grupo que Woolf e Stuart Mill se referem.

Logo, é importante definir essa categoria de mulher que a voz em *Três Guinéus* focaliza na maior parte do tempo. O termo frequentemente utilizado no texto: “filhas de homens instruídos” pressupõe uma classe burguesa, que, ainda que seja chamada mais à frente de *outsider*, por ser mulher, encontra-se inscrita em uma categoria dita universal, pois é branca, rica e europeia. Ainda assim, é possível perceber em Woolf uma postura que compreende a mulher em diversas categorias. Um exemplo disso é o ensaio “Memórias de uma União das Trabalhadoras” (2018b), publicado em 1930, que direciona o olhar às condições de mulheres operárias. As discussões em *Três Guinéus* em muito se aplicam a mulheres em uma perspectiva geral. A relação com a guerra, como veremos adiante, não será só das mulheres filhas de homens instruídos, mas de outras, em condições menos prestigiadas e com pontos de vista e funções opostos, e por isso relevantes para a discussão levantada.

Na parte inicial da obra já é possível perceber a pluralidade de vozes e discursos que se embaralham e fragmentam na voz narrativa. As reflexões da narradora são interrompidas por cartas rascunhadas, citações de discursos alheios e estas interrompidas por novas divagações. Sua fala, que não deixa escapar um ar de comicidade em certos trechos, pretende ser radical mas controlada, sarcástica no ponto certo para não desestimular a leitura do público masculino, que ela se esforça para persuadir em seu discurso que, a propósito, é desenvolvido através de uma ferramenta do Outro hegemônico de modo a subvertê-la e questioná-la, utilizando-a a seu favor.

Os três subcapítulos a seguir acompanharão os três capítulos da obra, cada um destinado a um dos três guinéus<sup>6</sup> e sua sequência de discussões, tecendo as reflexões julgadas pertinentes para a proposta deste trabalho.

### 3.1 1º GUINÉU: EDUCAÇÃO

No ensaio aqui retratado, além da carta central, a de um homem instruído pedindo ajuda, também outras duas escritas por mulheres e solicitando auxílio são descritas, a primeira delas com foco no desenvolvimento educacional feminino.

Mulheres comuns, antes mesmo de Virginia Woolf e Mary Wollstonecraft, perceberam suas condições de sujeição e reivindicaram seu direito à educação e ao mundo público. O grande problema, segundo Lerner (2022), em sua obra *A criação da consciência feminista*, é que o fato dos estudos e teorias dessas mulheres terem sido escondidos ou apagados negou para suas sucessoras o conhecimento deles e resultou em várias delas tendo que elaborar sozinhas aquilo que já havia sido pensado antes, causando assim um retardamento em suas reivindicações. Além disso, a ignorância da existência de antecessoras na busca pelos mesmos ideais deixava muitas mulheres na dúvida se suas ações seriam certas e receosas por estarem adentrando em um terreno selvagem que na verdade já havia sido desbravado por destemidas e inconformadas mulheres. Dessa forma, estudiosas acabavam por dialogar com os estudiosos homens antecessores apenas porque não conheciam as estudiosas mulheres antepassadas, que certamente proporcionariam produtivas reflexões e maiores avanços em suas pretensões comuns. É por essa razão que Lerner defende a criação e reinterpretação de uma História da Mulher, em letras maiúsculas, já que a história do mundo retratada até o momento, como evidenciado pelos livros e documentos, é aquela escrita pelo homem sobre ele mesmo.

A desvantagem educacional de mulheres e seu desejo pela instrução já era alvo de contestações e comentários femininos na Europa a partir do século XVI. Destacam-se no incentivo da educação feminina, à título de informação, a pioneira Cristina de Pisano, a estudiosa Anna Maria von Shurman e Marie Le Jars de Gournay, mentoreada por Michel de Montaigne (Lerner, 2022).

---

<sup>6</sup> Segundo Tomaz Tadeu, tradutor de *Três Guinéus* (2019, p. 201), em nota no livro: “O ‘guinéu’ do título é o nome de uma moeda de ouro, cunhada pela última vez em 1813, que valia 21 xelins ou uma libra. Na época em que Virginia escreveu *Três Guinéus*, embora não existisse mais como moeda, ele ainda era utilizado para pagar certas contas com cheque.”

Na Inglaterra, as primeiras mulheres a defender a causa foram Bathsua Makin, Hannan Woolley e Mary Astell, esta última bastante citada por Woolf. Em um de seus escritos, Astell associa a falta de educação formal das mulheres com sua consequente falta de poder na sociedade. Ainda que as revolucionárias citadas, entre outras tantas, tivessem divergências em muitos de seus pensamentos, um deles era unânime: a educação concederia autonomia, participação pública e mais liberdade às mulheres. A barreira encontrada adiante foi a material: a falta de instituições educacionais para meninas, que seriam criadas e desenvolvidas de forma gradual, assunto que interessa em demasia à Woolf, principalmente em relação às instituições de ensino superior reservadas às mulheres e o que tudo isso teria a ver com a guerra.

Que influência a mulher teria sobre a guerra? Uma profissão reservada a ela é a do casamento e da vida doméstica. Necessita fazer dela, portanto, sua única arma. Sua influência só pode recair então sobre o marido. Mas sem estudo e opinião formada, que influência poderia ter?

Woolf destaca as percepções diferentes do mundo e da guerra que homens e mulheres possuem. Questiona assim, ironicamente, o que seria “essa educação universitária”, tão popular entre eles e misteriosa e interdita para elas, e que parece ser tão valorizada. Não obstante, a autora destaca que esse desejo natural por educação, com todas as barreiras, existia também nas mulheres, obviamente não incentivado pelas convenções familiares e religiosas.

Em *Um teto todo seu*, Woolf (2014) registra que, por volta de 1866, as faculdades de Oxford e Cambridge abriram as portas para as irmãs de homens instruídos. Repete-se o destaque para a classe burguesa. Apenas mulheres selecionadas e com condições financeiras possuíam tamanho privilégio. Ainda assim, viram-se essas mulheres nas faculdades em circunstâncias deploráveis, materiais e econômicas. Corroborando a máxima de que a união faz a força e contribuindo, cada uma dentro de suas condições e inspiradas pelo mesmo ideal, tornaram a si mesmas possível o sonho de estudar e posteriormente desbravar novos caminhos.

Ironicamente, quantias significativas são investidas na educação de homens, além do exército e da marinha, pelo risco da guerra iminente. Woolf incentiva metaforicamente que se destruam as faculdades hipócritas do período e reconstituam-se novas faculdades para mulheres com valores renovados e adaptados às reivindicações femininas.

Um dos pontos abordados por Lerner (2022) é justamente o investimento de mulheres, aquelas em situações financeiras favoráveis e com algum prestígio, em instituições para meninas e outras mulheres e essa noção de irmandade que foi progressivamente sendo

construída. Se mulheres comuns eram proibidas de ingressar em instituições acadêmicas ditas masculinas, então se fez a necessidade de fundar instituições próprias a seu gênero. A coletividade de vivências e partilha de ideias e experiências nesses locais foi essencial para a criação de uma consciência feminista e de teorias com fins práticos, processo que não foi acessível às suas antepassadas.

Woolf conclui o primeiro capítulo de seu ensaio determinando que seu primeiro simbólico guinéu seja destinado a mulher que lhe escreve para a manutenção das faculdades femininas, simbolizando esse senso de coletividade entre mulheres que ela reforçava principalmente ao solicitar a consciência daquelas de classe mais alta e seu papel por vezes intensificador das injustiças sociais ao apoiar o sistema opressor. “Escravas que tentam escravizar” (Woolf, 2019c, p. 117); é assim que, em outro de seus ensaios, ela denomina mulheres reféns de um sistema capitalista e tirano que contribuem para sua própria situação e a de outras mulheres em condições menos favorecidas, e completa: “Os hitlers são gerados por escravos.” (Woolf, 2019c, p. 117). Em outra versão do mesmo trecho e ensaio, traduzida por Ana Carolina Mesquita, lê-se: “Os Hitlers são gerados por *escravas*.” (Woolf, 2021b, p. 11, grifo meu). O trabalho e a interpretação da tradutora em relação ao contexto anterior do texto explicitam acertadamente a responsabilidade também das mulheres ao engendrar homens que priorizam a honra, o poder e a guerra. Essa reflexão se apresenta também em bell hooks (2019, p. 188), a qual comenta que a descrição de mulheres “como observadoras passivas que nunca foram responsáveis pela manutenção do sistema de valores dessa sociedade” dificulta a compreensão do próprio sistema e do papel politicamente ativo que a mulher pode ter.

Com o direito de estudar as mulheres podem, conseqüentemente, ganhar a própria vida. De modo contrário, afirma Woolf, quando restrita ao ambiente doméstico e privada de quaisquer atividades públicas, a mulher estará por certo, ainda que inconscientemente, a favor da guerra. Essa reflexão é desenvolvida à frente e reaparece nas argumentações da narradora-personagem.

### 3.2 2º GUINÉU: PROFISSÕES

O próximo ponto abordado pela missivista é o direito da mulher de adentrar o campo profissional. Uma mulher com renda independente, de acordo com ela, é mais eficiente e influente em sua opinião.

Incômodo, entretanto, é o fato de que ainda que homens e mulheres tenham a mesma capacidade mental, tal fato não influencia sua conquista em cargos públicos. Woolf denuncia os casos de nepotismo, ou seja, homens em cargos importantes empregando filhos ou outros familiares do sexo masculino. Cria-se uma corrente de nomeações masculinas onde as mulheres não têm vez e aos homens o sucesso é facilitado, independente de competência e outros valores associados às profissões, que se tornam distorcidas.

Woolf ironiza acerca de um poderoso inimigo, a existência de um certo odor, uma atmosfera impalpável que cerca o título “srta”, pois é evidente o incômodo causado nos indivíduos do sexo oposto. A mulher que é bem quista no ambiente privado causa repulsa e intimidação no público e profissional. Esse odor seria o responsável por seu posto nas esferas inferiores, salários menores em relação aos dos homens e às regras que elas são condicionadas a cumprir. Woolf chama de “a criatura, o Ditador”; em suas palavras (2019a, p. 62): aquele “que acredita que tem o direito, seja dado por Deus, seja pela natureza, pelo sexo ou pela raça, de ditar a outros seres humanos como eles devem viver; o que eles devem fazer.”

Logo, as questões concernentes à ditadura, como propõe Woolf, levam a uma visão dos indivíduos comuns do sexo masculino também como ditadores que impõem suas regras e limites à outra metade da população e do sexo oposto, traçando uma guerra à sua maneira através dos tempos, incentivada pela ânsia de poder e domínio. Ela compara essa postura à de ditadores como Hitler e outros discursos opressivos, e lembra que as mulheres precisam, antes de ajudar os homens em relação às guerras mundiais, lutar contra essa criatura monstruosa que se coloca no seu caminho em seu próprio país. A autora, em sua atitude pacifista e antifascista, opõe-se fortemente à ditadura em todas as suas formas e prega em favor dos princípios democráticos que concederiam igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Outro ponto destacado são os muros existentes entre privado e público, dois mundos completamente diferentes; o primeiro ocupado por homens em funções importantes e assalariadas e o segundo onde se encontram mulheres que trabalham como esposas e mães, mas sem remuneração. Ofícios esses últimos, obviamente sem valor para a nação, ainda que se tratem da função praticada durante mais horas do dia do que qualquer outra e aquela que ironicamente prepara e forma humanos adultos para atuarem na vida pública. Mesmo na esfera pública, na qual poucas mulheres adentram, seu salário é inferior ao do homem. A resposta evasiva de que o homem recebe mais porque teria uma mulher para sustentar, esta com direito à metade de seu salário, não é válida. Em primeiro lugar, esse rendimento não é posto de forma legal nas mãos da esposa, porque está sob total controle masculino. Logo, o

direito da esposa é comicamente adjetivado pela autora como espiritual, sua parte sendo resumida à moradia e comida, que parecem gentilmente concedidas pelo marido. O restante do valor que seria seu por direito é gasto em prol de associações e causas que ele apoia e de seus próprios prazeres. Além disso, há algo de curioso no fato de que homens solteiros sigam recebendo mais que mulheres solteiras, mesmo sem esposas (hoje, esse fato ainda se comprova em muitas funções, diferenças de salários<sup>7</sup> e trabalho materno e doméstico não remunerado<sup>8</sup>). A conclusão desse ponto, portanto, é de que as filhas de homens instruídos são mal remuneradas, não recebem pelos serviços privados e menos ainda pela parte do marido que seria sua por direito. Por conseguinte, não possuem fundos para apoiar causas e instituições que ajudam no ingresso da mulher nas profissões, o foco do segundo capítulo.

O segundo guinéu da missivista é então destinado, já que percebido como necessário, à segunda mulher que lhe escreve, e, por consequência, às sociedades que auxiliam as mulheres nas profissões, mas desde que as profissões conquistadas por elas sejam exercidas de modo a evitar a guerra. No entanto, uma vez que as profissões parecem tornar as pessoas que as ocupam possessivas, agressivas e combativas, efeitos notados nos homens que até o momento preenchiam a maior parte das funções e a totalidade daquelas mais prestigiadas, sofreriam também as mulheres das mesmas consequências se sujeitas ao mercado profissional?, satiriza a autora.

Um destaque é feito para o ano de 1919, em que as mulheres recebem o direito de ganhar a vida em profissões selecionadas, como no campo educacional, no qual deveriam agir em prol do pacifismo, educando jovens a odiar a guerra. Mas que tipo de educação ensinaria isso?, questiona a autora. Não foi a educação mesma que incentivou o uso da força, da competitividade, do ódio e o ímpeto da guerra em jovens meninos que agora estão na frente das batalhas? Tais indagações produzem reflexões acerca de que tipo de sociedade e seres humanos foram e são, ainda hoje, construídos por intermédio da educação e da cultura e em que parcela esse sistema e seus valores estariam formando indivíduos inclinados a defender e louvar conflitos bélicos.

---

<sup>7</sup> Segundo o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2022, as mulheres ganham salários 20% menores em média do que os homens em nível mundial. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_849209.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_849209.pdf) Acesso em 25 ago. 2023.

<sup>8</sup> De acordo com o Relatório “Tempo de Cuidar”, produzido pela Oxfam, em 2020, “o valor monetário do trabalho de cuidado não remunerado prestado por mulheres a partir da faixa etária de 15 anos é de US\$10,8 trilhões por ano – três vezes maior do que o estimado para todo o Setor de Tecnologia do mundo.” Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo-1.pdf](https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf) Acesso em: 25 ago. 2023.

Woolf reúne diversas fontes, incluindo uma declaração de Winston Churchill, que parecem concordar com o fato de que, mesmo com todos os avanços científicos, o poder e o conhecimento conquistados, o homem, de modo paradoxal, aparenta não evoluir em mentalidade e ações.

Como exemplo claro e literal do que foi chamado “Patriarcado”, Woolf aprofunda-se na barreira formada pelos pais instruídos das filhas que, com o intuito de inserir-se em profissões para conquistar a própria renda, foram proibidas com o argumento de que o trabalho era desnecessário e estaria abaixo de seu nível. Assim se configura a problemática situação da mulher quase sem solução, segundo a autora, pois, de um lado há as hipocrisias e opressões do sistema patriarcal que a limita e do outro, o sistema profissional tirano, possessivo e autoritário que, a seu modo, segue reprimindo-a. Qual seria a melhor escolha entre esses dois males? Essa perspectiva volta a aparecer em *Um esboço do passado* (2020), parte da autobiografia que Woolf escreveu, delatando que sua experiência serviu em parte como objeto para suas análises e representante de tantas outras experiências semelhantes apagadas. No trecho em questão, ela rememora alguns episódios em sua formação e da irmã Vanessa, em que descreve esse entre-lugar reservado a elas por sua família tradicional que, segundo ela, ainda era vitoriana, principalmente em relação ao pai e aos irmãos:

Exploradoras e revolucionárias que éramos por natureza, vivíamos sob a marcha de uma sociedade que era uns 50 anos demasiado velha para nós. Era esse fato curioso que tornava nosso embate tão amargo e tão violento. Pois a sociedade em que vivíamos ainda era a sociedade vitoriana. Papai em si era um típico vitoriano. George e Gerald eram vitorianos que consentiam e aprovavam aquele modo de viver. De modo que tínhamos duas batalhas para travar; duas lutas para lutar; uma com eles enquanto indivíduos; e outra com eles como representantes da sociedade. Vivíamos, digamos, em 1910; eles viviam em 1860. (Woolf, 2020, p. 140).

Woolf enfatiza que a série de regras e convenções desse jogo que era a sociedade vitoriana para elas foi aprendido e jamais esquecido. O questionamento e a transgressão dessas em certa altura da vida, no entanto, ainda que não total, foram decisivos pelo bem da vida e obra da autora.

Em seu ensaio político, Woolf ainda se pergunta de que forma, pois, as mulheres poderiam adentrar nas profissões e, contudo, continuar sendo seres humanos com seus valores intactos e que lutam pelo fim das guerras. Outra vez mais, a missivista busca recorrer a biografias e dados históricos para encontrar respostas para essas questões.

Seu olhar então se direciona às mulheres profissionais do século XIX, mas, similarmente à biblioteca visitada pela outra personagem fictícia de Woolf em *Um teto todo*

*seu*, aqui também não se encontram registros dessas mulheres profissionais, com exceção das preceptoras, único ofício disponível para que mulheres solteiras pudessem ganhar a própria vida na época, e essas dificilmente teriam suas vidas registradas em biografias. Woolf faz menção ainda ao ofício das criadas, evidentemente ocupado por mulheres de classes menos prestigiadas, as quais dedicavam todo seu dia em função dos cuidados e auxílio às suas senhoras e lamenta que não haja nenhuma biografia sobre suas vidas para debruçar-se.

Essa escassez de registros biográficos de mulheres do século XIX trabalhando obriga a autora então a observar as entrelinhas de outras biografias, essas sim numerosas: a de seus maridos e irmãos. E ali estão elas, ainda que escondidas, mas exercendo aquela função que não tem nome nem pagamento e parece irrelevante e esquecida por aqueles que não a praticam. A profissão de parir filhos, cuidar deles, da casa e de pais e mães inválidos.

Woolf repara então que a maior parte das mulheres que se têm conhecimento no período teve uma educação não-paga, isto é, foram educadas e ensinadas sob os limites da casa (assim como a própria autora também foi) e tiveram em comum as mesmas mestras: a pobreza, – apenas o suficiente para viver – a castidade, – recusa em vender o cérebro – a irrisão – recusa a reconhecimento e louvores – e o que ela chama de “libertação das lealdades irreais” (2019a, p. 88), – negação de qualquer orgulho e privilégios provenientes do pertencimento a alguma instituição – orientando-as e preparando-as para essas profissões não-remuneradas com que se deparariam na vida adulta.

A missivista, ao concluir o segundo capítulo concordando em enviar seu segundo guinéu à tesoureira honorária da sociedade que auxilia as mulheres no ingresso em profissões, explica ao seu interlocutor masculino:

A menos que elas recebam ajuda, primeiro, para educar as filhas dos homens instruídos e, depois, para ganhar a própria vida nas profissões, essas filhas não poderão desfrutar de uma influência independente e desinteressada que lhes permita ajudá-lo a evitar a guerra. (Woolf, 2019a, p. 94).

Chama a atenção, neste ponto da argumentação, a troca do termo “filhas de homens instruídos” por “filhas de mulheres não instruídas”, na proposta da autora de subversão e estímulo à luta por conquistas, dali em diante, de lugares que as mães dessas mulheres foram impedidas de chegar.



### 3.3 3º GUINÉU: UM FIM ÀS GUERRAS?

No terceiro capítulo de seu ensaio-ficção, Woolf concentra-se na carta que deu origem a todo seu discurso, aquela enviada por um homem instruído na qual pede ajuda para evitar a guerra. O curioso é que, em meio à sua solicitação, o homem pede auxílio também para “proteger a cultura e a liberdade intelectual” (Woolf, 2019a, p. 95), que, por conseguinte, contribuiria para a causa principal. Tal pedido surpreende a narradora, a qual novamente recorrendo a análises, precisa esclarecer ao mesmo tempo em que questiona o óbvio fato: de que forma as mulheres, sem acesso à cultura e liberdade intelectual, poderiam proteger a cultura e a liberdade intelectual?

Ela expõe como as mulheres enquanto irmãs de homens instruídos já contribuíram para sua educação, uma vez que a quantia que deveria ser investida na própria educação foi direcionada à formação deles. Foi delas, pois, a maior contribuição a favor da cultura e da liberdade intelectual, explorada em sua quase totalidade pelos homens.

É dessa forma que a narradora defende que, como mulheres, é necessário proteger, antes de qualquer outra coisa, sua própria cultura e liberdade intelectual, aspectos para elas um tanto abstratos e bastante limitados. Ela destaca as mulheres escritoras, que tiveram a profissão da literatura facilitada no século XIX, mas questiona se seus esforços para proteger a cultura seriam de fato desinteressados, posto que muitas delas escreviam para ganhar a vida e isso seria uma forma de prostituir a cultura e escravizar a liberdade intelectual, não as proteger. Logo, o apelo deveria ser feito às mulheres escritoras com condições privilegiadas de vida; porém a narradora hesita mais uma vez ao refletir sobre as poucas mulheres existentes nessas conjunturas. Mesmo assim, ela ironiza que essas mulheres devem, em qualquer circunstância, negar propostas para escrever e falar por dinheiro o que não se quer escrever ou falar, pois isso resultaria no adultério do cérebro. Necessário, portanto, abdicar de oportunidades oferecidas por editores, diretores de jornais e organizadores de eventos que as tentam persuadir. Em outras palavras, negar o trabalho a elas disponível. Além do mais, é fundamental que não exponham suas figuras publicamente e não utilizem de artifícios que as coloquem em destaque e lhe concedam honras e diplomas, pois tais ações seriam provas de uma cultura prostituída, o que aqui se quer evitar. Assim, estariam elas apenas em contato com as velhas professoras que as educaram, segundo a autora: a castidade, a recusa da publicidade e a pobreza a que já estariam acostumadas e seriam, portanto, mais eficazes na proteção da cultura e da liberdade que os próprios irmãos.

A narradora chega então ao último pedido de seu remetente: a contribuição de fundos para sua sociedade que teria como intuito evitar a guerra, traçando, a partir disso, novas discussões. Ela passa a debater e questionar as significações do feminismo no contexto vigente sem poupar críticas. As opiniões de Woolf são incorporadas às de sua personagem narradora, que ocupa o lugar de *alter ego* da autora. É possível perceber a postura da escritora em relação ao feminismo e a questões políticas observando outros ensaios e registros de seus diários.

Para a missivista, “feminista” seria uma palavra antiquada e corrompida que havia causado prejuízos em sua época<sup>9</sup>. Uma vez que o direito de ganhar a vida havia sido conquistado, a palavra teria se tornado inútil na concepção corrente, necessitando ser substituída para a adequação do que se reivindica. Depreende-se, portanto, que a autora detinha uma visão do movimento feminista como limitado e restrito a algumas reivindicações específicas que deveriam ser expandidas em relação a aspectos menores e menos evidentes, mas igualmente problemáticos e encorajava por isso uma reivindicação coletiva e ampla, que compreendesse os direitos de todos os indivíduos com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária. Evidencia assim a pertinência de uma luta comum também no que aqui se propõe, pois ambos, mulheres e homens, combatem a tirania, as primeiras do Estado patriarcal, os últimos do Estado fascista. Quão forte seriam juntos, lutando lado a lado? As perspectivas da autora aproximam-se das teorias atuais e do movimento feminista visto hoje em suas múltiplas vertentes.

A ênfase em outras formas de discriminação ganha corpo na terceira parte do livro, em que a autora se direciona ao seu destinatário, representante dos homens em geral, explicitando que a opressão não ocorre apenas por diferenças de gênero, mas também por outros marcadores sociais, como raça e classe, encetadas com frequência por um ditador, aspecto que ela retoma em sua crítica ao fascismo, denominando-o como um “monstro”, que

está interferindo na liberdade de vocês; está ditando como devem viver; está fazendo distinções não apenas entre os sexos, mas também entre as raças. Vocês sentem na carne o que nossas mães sentiram quando foram excluídas, quando foram caladas, porque eram mulheres. Agora vocês estão sendo excluídos, estão sendo calados, porque são judeus, porque são democratas, por causa da raça, por causa da religião. (Woolf, 2019a, p. 112).

---

<sup>9</sup> Virginia Woolf criticava algumas das concepções e reivindicações que tornavam o movimento feminista limitado e fechado, mas não era contra o movimento. O feminismo adotado por ela e nomeado como “político e social” por Naomi Black (2019), abordava questões mais abrangentes, indo além da luta pela conquista do voto e queixas comuns da época. O raciocínio de suas argumentações se aproxima das reivindicações amplamente difundidas pelos feminismos atuais.

É assim, segundo Woolf, que as perversidades da ditadura em um significado amplo, infligidas a mulheres e outros grupos minoritários e divergentes dos padrões, tornam-se visíveis aos homens: apenas quando também eles são vitimados por opressões similares. Aparentemente, em vista disso, a luta travada contra a tirania é agora comum, de acordo com a afirmação da missivista ao homem da carta.

Outras adversativas, no entanto, apresentam-se à análise e contrapõem essa apenas aparente união. A narradora reflete sobre as relações amigáveis e colaborativas no ambiente privado entre irmãs e irmãos que se tornam nocivas e competitivas no âmbito público. Seria a sociedade conspiradora a responsável pela conversão dos amáveis irmãos em “machos monstruosos”, que através de espécies de ritos de passagem passam a experienciar o poder e a autoridade enquanto as irmãs permanecem em casa excluídas de tais atividades. Em *Um esboço do passado*, essa ideia de Woolf (2020) reaparece ao citar a “máquina patriarcal”, responsável pela transformação homogeneizante dos parentes masculinos. Ela ainda nomeia uma “máquina intelectual” disponível aos homens e, quando estes não hábeis o suficiente para entrar nela, a existência da “máquina social”, aberta a eles independentemente de condições intelectuais ou meritórias. A autora (2020, p. 149) exemplifica com o caso de seu irmão George e sua lealdade cega (ou não?) ao sistema: “George jamais questionou sua crença na velha melodia tocada pela alta sociedade. Punha-se de pé e tirava o chapéu. Não apenas jamais questionava seu próprio comportamento como também o aplaudia, o impunha.”

Desse modo, a recusa a aderir à sociedade do homem instruído que lhe escreve faz-se necessária, e mais ainda: é premente, para a missivista, a criação de uma sociedade específica e secreta para as mulheres, a qual ela chama Sociedade das *Outsiders*, nome adequado para sua significação, pois trataria delas trabalhando em sua própria classe, com seus meios disponíveis, buscando liberdade, igualdade e, obviamente, evitar a guerra. A sociedade descrita por Woolf também pode ser pensada como os vários movimentos e reivindicações que constituem o feminismo no corrente século XXI.

O primeiro dever delas, segundo ironiza a autora, seria não pegar em armas, algo facilitado, já que o Estado Maior do Exército, como publicado em 1937 no *The Times*, não tinha nenhum intuito de recrutar mulheres para as unidades militares (fato mais tarde modificado pelas circunstâncias). Com isso a autora justifica que “o pacifismo é imposto às mulheres”, uma vez que elas teriam acesso nulo às armas ou aos campos de batalha, enquanto aos homens era dada a liberdade de escolher ou não a paz (Woolf, 2019a, p. 184). Outro dever delas seria a recusa em trabalhar fabricando munições ou como enfermeiras enquanto

houvesse guerra, funções atribuídas sobretudo às filhas de homens operários, ou seja, advindas de classes mais baixas.

Por fim, seria imprescindível uma postura de indiferença em relação à guerra frente a seus irmãos e maridos, sem incentivar ou desaconselhar a atividade. A autora recorda e satiriza que, ao que tudo indica, lutar é uma característica sexual do gênero oposto e, por se tratar de instinto, deve ser livre de julgamentos, aceita e respeitada por aquelas que não compreendem e nas quais o instinto não foi plantado pela educação e pela tradição no decorrer da história. Não obstante, Woolf destaca em uma nota que o instinto bélico, onde quer que seja firmado, desenvolve-se prontamente, citando como exemplo o caso das amazonas, a ser refletido no próximo capítulo.

Ainda, em relação à postura indiferente, Woolf afirma ser necessário recorrer à razão quando o argumento utilizado por eles é a luta apaixonada pelo país e o patriotismo, termo recorrente em todo o ensaio. Várias reflexões são então apresentadas:

“O que ‘nosso país’ significa para mim, uma *outsider*?”. Para dar uma solução a isso, ela analisará o significado de patriotismo no seu próprio caso. Ela se informará sobre a posição de seu sexo e de sua classe no passado. Ela se informará sobre a quantidade de terras, riqueza e prosperidade em posse de seu próprio sexo e de sua própria classe no presente – o quanto da “Inglaterra” de fato lhe pertence. Ela se informará, nas mesmas fontes, sobre a proteção legal que a lei lhe deu no passado e que lhe dá agora. (...) E se ele disser que está lutando para proteger a Inglaterra do domínio estrangeiro, ela refletirá que para ela não há nenhum “estrangeiro”, uma vez que, por lei, ela se tornará uma estrangeira ao se casar com um estrangeiro. (Woolf, 2019a, p. 117).

Estrangeira em seu próprio país, vista como uma cidadã de segunda classe, escravizada, subjugada e sem posse dos direitos exaustivamente reivindicados, o que teria a *outsider* a agradecer ao país, não apenas a inglesa, mas todas aquelas que, pertencentes a seus países, não verdadeiramente pertencem? No ápice de seu discurso, Woolf (2019a, p. 118) conclama:

‘Portanto, se vocês insistem em lutar para me proteger ou proteger ‘nosso país’, que fique entendido entre nós, discreta e racionalmente, que vocês estão lutando para gratificar um instinto próprio de seu sexo, de que eu não partilho; para obter benefícios de que não tenho partilhado e provavelmente não partilharei; mas não para gratificar meus instintos ou para me proteger ou proteger meu país. Pois’, dirá a *outsider*, ‘na verdade, como mulher, não tenho nenhum país. Como mulher, não quero nenhum país. Como mulher, meu país é o mundo inteiro.’

Esse excerto ressoa o que Wollstonecraft (2016, p. 238) há tanto já havia questionado: “como podem as mulheres ser justas ou generosas quando são escravas da injustiça?” Seria também uma conveniente e breve resposta ao homem que lhe escreve.

Enfatiza-se aqui a participação especificamente masculina em lutas que são incitadas por homens poderosos e lutadas por outros que, ainda que incentivados pela glória e pelos louvores da guerra enraizados no imaginário comum, funcionam como fantoches nas mãos tirânicas dos que detêm o poder. A realidade, em grande parte não registrada historicamente, mostraria, como veremos adiante, que também mulheres estariam presentes neste meio, ainda que com inclinações e propósitos diferentes.

A responsabilidade das *outsiders* enquanto indiferentes e sem acesso a ferramentas e métodos efetivos seria, então, não participar de atividades patrióticas, não estimular a guerra de nenhuma forma, ausentar-se de celebrações que incentivem os jovens a atividades violentas. Tais ações, explicadas pela psicologia, teriam resultados efetivos, pois, explica didaticamente a narradora: “o menininho se exhibe e alardeia lá fora: implore-lhe que pare; ele continua: não diga nada; ele para.” (Woolf, 2019a, p. 119) A melhor forma de influenciar pela indiferença, portanto, seria simples: fechar os olhos para as atividades masculinas relacionadas à guerra. Essa indiferença, no entanto, levaria em consideração o fato do lugar de estrangeira que ela ocupa no próprio país e sua postura de apatia e desinteresse em relação aos seus assuntos; a mesma postura com que o país a tratou ao longo dos tempos. Não tem motivos, portanto, para sentir patriotismo e sequer amor pelo país.

Ainda assim, a autora enfatiza que cada sexo (leia-se gênero), em sua sociedade organizada, agindo pelas mesmas causas, utilizaria os meios ao seu alcance, isto é, os homens com o uso dos recursos de suas posições privilegiadas e as mulheres com os artifícios e as “experiências” do ambiente privado até então vivenciadas. Seria essa a única diferença.

Se as mulheres integrantes da hipotética Sociedade das *Outsiders* se comprometessem a ganhar a própria vida por meio das profissões exigindo um salário digno e assim conquistando independência econômica e a arma da opinião independente para si e suas companheiras, inclusive aquelas não-remuneradas por seu trabalho materno e doméstico<sup>10</sup>, poderiam, só então, adquirir uma postura não indiferente e passiva, mas ativa e resistente perante a realidade da guerra.

---

<sup>10</sup> Woolf antecipa a discussão sobre o trabalho materno e doméstico não-remunerados, pauta atual dos movimentos feministas em diversos países e bastante enfatizada pelas teorias da filósofa contemporânea Silvia Federici em suas obras *Calibã e a Bruxa* (2017) e *O ponto zero da revolução* (2019).

Além disso, as mulheres deveriam dispensar ostentações, adornos, cerimônias e simbologias que as tornariam objetos e seres estereotipados e controlados pela ilusão da detenção de poder, como acontece com o gênero oposto. A autora utiliza como exemplo os Estados fascistas, que parecem hipnotizados pelas honrarias e determina que seja exatamente o oposto o que as mulheres devem visar. De forma metafórica, exemplifica: “Devemos extinguir o aparato vulgar do anúncio e da publicidade, não simplesmente porque as luzes da ribalta tendem a ser regidas por mãos incompetentes, mas por causa do efeito psicológico dessa iluminação sobre os que a recebem.” (Woolf, 2019a, p. 124) Essas “luzes”, segundo Woolf, seriam responsáveis por comandar compulsória e psicologicamente as ações de parte da raça humana que a elas se submetem, tirando-lhes o poder de pensar e agir livremente. A narradora compara os humanos sujeitos a elas como coelhos assustados e paralisados quando deparados, na estrada, com a luminosidade de um farol. Essa imagem do homem servindo militarmente é ilustrada no romance *Mrs. Dalloway*, (2018a) enquanto o personagem Peter Walsh observa e reflete acerca de um grupo de jovens a marchar e exhibir, com orgulho, sua virilidade, fidelidade e devoção à pátria. O pensamento de Peter na ficção publicada em 1925 ressoa as percepções de Woolf no posterior ensaio de 1938:

com o seu passo decidido, como se uma única vontade lhes movesse uniformemente as pernas e os braços, como se a vida, com a sua variedade, com a inconstância, houvesse sido dominada pela disciplina e depositada, cadáver rígido de olhos fixos, entre coroas e movimentos. (Woolf, 2018a, p. 46).

A contraposição é instaurada pela figura em declínio de Septimus, que sofre e guarda as feridas internas cultivadas pela guerra, da qual já retornou, dando-se conta da crueldade humana (Woolf, 2018a). Seria a solução, voltando ao raciocínio simbólico e às suposições de Woolf, fugir de todos os holofotes e seus efeitos apelando para a obscuridade da mente? (Woolf, 2019a). Pois as mulheres, como já observado, íntimas dessa obscuridade, não apresentam os mesmos traços de servidão de seus irmãos, embora apresentem outros. Fica clara, a partir dessa analogia, a opinião da autora de que a opressão exercida sobre os homens, ainda que por razões diferentes, pode ser tão nociva e tirana como a que atormenta as mulheres e a justificativa dela para uma ação conjunta, com vistas a libertar ambos os gêneros. A grande diferença entre mulheres e homens seria que elas são conscientes de sua condição de sujeição, enquanto eles, aficionados por alguns poderes e privilégios, ocupam uma posição de ignorância quanto à opressão que também os atinge. Beauvoir (2016a, p. 545) sugere que o homem “seria libertado [de suas opressões] libertando-as [as mulheres]”. Woolf

modifica a essência desse pensamento ao tirar da carga do homem parte da responsabilidade pelo sistema opressor e clama às mulheres por uma atuação efetiva no processo: “Se pudermos nos libertar da escravidão, libertaremos os homens da tirania”, esclarece a autora. (Woolf, 2021b, p. 11). Nesse mundo liberto do qual fala Woolf, segundo Naomi Black (2019, p. 248) “não haveria distinção de status social baseada em características atribuídas, como o gênero. Não haveria senhores nem escravos. Uma das principais consequências disso é que não haveria guerra.”, seria, em suma, “a vida da felicidade natural”.

Woolf comprova, pela história, a existência e atividade de mulheres que ela classificaria como *outsiders* de acordo com os termos anteriormente detalhados de sua sociedade. As desafiadoras “experiências” desenvolvidas por essas mulheres seriam, forçosamente, com “o valor psicológico da pobreza”, ao trabalharem sem remuneração, com “o valor físico da subnutrição”, ao trabalharem sem comer adequadamente, por falta de dinheiro, e “com as virtudes da obscuridade”, ao negar honrarias. (Woolf, 2019a, p. 125). Há também o experimento da passividade, executado no ato de ausentar-se, por exemplo, da igreja.

Segundo a autora, a ideia de passividade em um campo regularmente frequentado em sua maioria por mulheres, como o religioso, parece ter um resultado ativo, segundo registros em jornais. “Ao fazer com que sua ausência seja sentida, sua presença se torna desejável”. (Woolf, 2019a, p. 129). O ato de ausentar-se das igrejas não inferiria, portanto, que estariam elas insatisfeitas com a forma como a esfera religiosa guia os seus assuntos e os concernentes a homens e mulheres? Seria esse um dos poderes das *outsiders* em relação às instituições que lhes desagradam?

Woolf direciona sua reflexão, então, àquela que ela chama de “a profissão mais elevada e modelo de todas”: a da religião, e adentra nas perspectivas referentes a ela. Segundo a escritora, a partir do ano de 1935, as mulheres mostraram interesse na profissão religiosa. Com base nas escrituras bíblicas, consideradas sagradas pela Igreja, homens e mulheres são igualmente filhos e filhas de Deus, criados à sua imagem e semelhança. O próprio Jesus Cristo teve entre seus amigos próximos e discípulos não apenas homens simples da classe operária, mas também mulheres. Além disso, há registro de profetizas em atividade na época, ou seja, as mulheres tinham aprovação para pregar. Esse argumento foi empregado por mulheres pouco conhecidas do passado. Antes de 1935, já no século XII, segundo relata Lerner (2022), houve a existência de mulheres chamadas místicas, aquelas que tinham forte relação com Deus e a religião, principalmente por meio de visões e vidas dedicadas a ajudar ao próximo e fazer da missão religiosa seu destino. A maioria delas, não escolarizada, foi

excluída dos cargos e atividades clericais. Não obstante, tais mulheres, assumindo papéis de pregadoras autônomas, criaram comunidades e mobilizaram seguidores. A concepção de um deus andrógino com características masculinas e femininas era defendida por várias, assim como reinterpretações bíblicas que colocavam a mulher como centro nas questões em que comumente era considerada secundária. Esse foi um dos incentivos para que essas mulheres místicas falassem a favor dos direitos das mulheres de pregar e assumir funções religiosas, contrariando as normas impostas pelo clero. Por essa razão foram julgadas, atacadas e queimadas na fogueira como hereges ou bruxas. Outras, que de alguma forma transgrediam regras ou reivindicavam algo proibido ao seu sexo eram acusadas de feitiçaria. Patou-Mathis (2022) relata que as famosas caças às bruxas que deixaram inúmeras vítimas, em sua maioria mulheres, foram registradas com parcialidade por historiadores homens ao relatarem a perspectiva dos perseguidores e exaltarem seus feitos, enquanto condenavam as “transgressoras” e banalizavam suas mortes.

Logo, uma estranha transformação parece ter se dado nos tempos posteriores àqueles registrados nas escrituras, remanejando a posição feminina na religião e relegando-a a um papel secundário. É o que a narradora de Woolf questiona a seguir: “Como podem elas, então, serem excluídas do sacerdócio, uma vez que são consideradas aptas, pelo fundador da religião, a pregar?” (Woolf, 2019a, p. 133). A questão é explicada ao se perceber que a “mente da Igreja”, como chama a autora, difere da mente de seu fundador, já que a primeira é constituída de várias doutrinas, criadas e partilhadas por homens. Ainda que estes afirmem seguir os princípios ditados pelo Cristo, uma curiosa contradição se faz evidente, já que as máximas estabelecidas por Ele, segundo os registros bíblicos, sugerem o contrário. Ademais, várias das menções às mulheres na Bíblia, parte delas atribuídas a São Paulo, citado por Woolf e outras estudiosas, foram, segundo estudos bíblicos modernos, na verdade, declarações de escritores pós-apostólicos em busca de autoridade para seus textos (Lerner, 2022). Esse fato provoca indagações acerca da veracidade daquilo que está registrado na Bíblia e utilizado como norma para a religião, visto que foi escrita por mentes e mãos humanas, majoritariamente masculinas, os já conhecidos narradores da História. Os escritos de Woolf e Lerner, além disso, estimulam reflexões sobre quanto dos ditames bíblicos seriam utilizados como ferramenta de manipulação de mulheres.

Woolf segue seu raciocínio discutindo a evolução da função dos profetas ou profetizas voluntários que resultou na criação de três postos na Igreja: bispos, padres e diáconos, a partir de então remunerados e reservados aos homens. Em outras palavras, quando a Igreja formalizou tais funções como profissões, exigiu-se conhecimento da área, e as



mulheres, barradas na educação e em outras possibilidades, foram assim excluídas. A função de diaconisa foi a única possibilitada entre elas, sem possibilidade de ascensão e com mísera remuneração. Logo, conclui a missivista, a profissão da religião tem traços em comum com todas as outras.

Essa perspectiva sexista em relação às mulheres na religião e também num sentido geral pode ser explicada, como prova a autora, pela psicologia e estudiosos da área utilizados como base. Revisitam-se, portanto, perspectivas freudianas e psicanalíticas, como a fixação infantil, que explica como as ideias de dominação masculina e submissão feminina são inculcadas e perpetuadas em níveis inconscientes do pensamento na fase infantil e perduram até a fase adulta. O mesmo efeito se daria na percepção da mulher como “homem imperfeito”: tabus sexuais irracionais. Woolf analisa a informação de um especialista: “*Um sentimento exacerbado* é provocado por qualquer sugestão de que as mulheres sejam admitidas” e conclui sarcasticamente: “não importa a qual sacerdócio; o sacerdócio da medicina ou o sacerdócio da ciência ou o sacerdócio da Igreja.” (Woolf, 2019a, p. 138, grifo meu). Bourdieu (2020, p. 157) dialoga com essa percepção ao discutir “a violência de certas reações emocionais” contra a entrada das mulheres nas profissões. Levando em consideração tais explicações psicológicas, infere-se que não haveria explicação lógica para a proibição das mulheres em funções religiosas, assim como não há para a proibição em ofícios de outras áreas. Qual seria o motivo então? O fato de que conferir cargos religiosos remunerados às mulheres significaria pagar menos aos homens? Ou a antiquada alegação de que aos homens são reservadas essas funções, pois podem a elas dedicar-se exclusivamente já que os assuntos domésticos e familiares são resolvidos pelas mulheres e é assim que deve continuar? A insistência em mundos divididos em razão do gênero, conclui a autora, seria apenas mais um e fundamental método de manter seu domínio, seja de padres ou ditadores, figuras representantes de um sistema masculino e opressor (Woolf, 2019a).

A reiteração constante dos chamados “sentimentos exacerbados” serve como uma alternativa desdenhosa da autora para termos como discriminação, preconceito, sexismo e machismo direcionados às mulheres quando estas se tornam ameaça aos olhos masculinos e suas posições sociais. Esses sentimentos adquirem até mesmo indícios físicos, como nervos eriçados e temperaturas emocionais ampliadas.

Woolf (2019a, p. 140) retorna a um questionamento que por toda a obra se faz presente e se aplica a todos os contextos de dominação: “que possível satisfação pode a dominação dar ao dominador?” e repara, em nota, que os prazeres que envolvem o domínio estão frequentemente ligados a riqueza, prestígio social e profissional.

Ela menciona o medo, causado em grande parte pela fixação infantil, como um dos instigadores do silêncio daqueles que se calam quando expostos a injustiças, como as mulheres frente a sua preocupante situação e lembra que sem liberdade privada para expressar-se, não há liberdade pública. O medo, junto da raiva e da falta de liberdade, teria, nessas circunstâncias, e contrariando aquilo que se objetiva, papel decisivo em suscitar guerras.

A narradora, baseada em evidências selecionadas, parte delas recolhidas de biografias, as quais a própria Virginia Woolf prezava, apresenta exemplos de casos de fixação infantil na era vitoriana, como os pais das escritoras Elizabeth Barrett Browning e Charlotte Brontë e suas posturas contrárias ao casamento das filhas. Outro caso, como o pai de Sophia Jex-Blake, denota também uma postura contrária, mas em relação ao fato de a filha desejar se tornar independente através do trabalho público, como professora. O fato de se tornar remunerada em uma profissão seria, segundo o argumento paterno, rebaixar seu nível. A alternativa ofertada em troca seria trabalhar voluntariamente e receber do próprio pai uma quantia em dinheiro. Isso posto, o motivo do desgosto de cada pai aqui citado não era o casamento ou o emprego remunerado em si, mas o fato de suas filhas receberem dinheiro de outros homens que não ele. Uma vez independentes dele, seu domínio sobre elas também se desvaneceria. Outra consequência da independência financeira da filha seria o poder que ela teria de se casar com quem bem entendesse, sem a necessidade da intervenção paterna.

A visão arraigada da mulher, independentemente de sua idade, como um indivíduo infantilizado que carece de cuidados, proteção e tutela se evidencia nesses casos citados de fixação infantil, que não foram particularidades. Tratavam-se de homens comuns, como qualquer figura paterna da era vitoriana, apelando para uma condição fictícia do sexo oposto como justificativa de suas próprias ações e posturas (Woolf, 2019a).

Woolf retorna à sua ideia do “anjo do lar” ao explicar, de forma análoga, a cólera que tomou Sophia Jex-Blake em relação a feminilidade que determinava sua condição e a situava como lady. “Era a lady que não podia ganhar dinheiro; portanto, a lady devia ser morta.”, declara Woolf, ecoando seu ensaio e o anjo que ela mesma teve de matar. “Assim, o primeiro instinto de Sophia foi assassinar a lady; mas, embora a lady tivesse sido assassinada, a mulher sobrevivia.” (Woolf, 2019a, p. 144).

A grande questão é que a fixação infantil exposta nos casos anteriores era protegida e incentivada pela sociedade, pela religião, pela lei e pela propriedade. A conduta paterna e masculina nesses termos, assim sendo, era justificada e aceita, enquanto a feminina era condenada. Woolf (2019a, p. 145) arremata: “A sociedade, ao que parece, era um pai, e

também afligida pela fixação infantil.” Carole Pateman (2020) chama a atenção para o fato de que a opressão paterna é apenas uma das dimensões daquilo que se passou comumente a chamar “patriarcado”, mas que o sistema patriarcal não é mais paternal há muito tempo. Gayle Rubin (2017) também comenta que o patriarcado é apenas uma das muitas formas de dominação masculina. De acordo com essas autoras, a sociedade não está organizada segundo o poder dos pais, mas dos homens em geral enquanto fraternidade.

Os ditadores, como caracterizados por Woolf estão, pois, por todos os lados rodeando as filhas dos homens instruídos e, pode-se acrescentar, as dos não-instruídos: seus pais, maridos, irmãos e colegas de trabalho que insistem na divisão do mundo e dos sexos. Curioso, no entanto, como analisa Guacira Lopes Louro (2019), comentando essa perspectiva de Woolf, é que o repúdio normalmente direcionado aos tiranos do mundo público não se aplica da mesma forma àqueles do mundo doméstico, que inclusive têm seus poderes validados e reiterados pelo sistema. Stuart Mill (2019) já havia comentado acerca da tirania doméstica que se concretiza da mesma forma que a política: pelas mãos de “monstros absolutos”, afirma ele antecipando Virginia Woolf <sup>11</sup>. A própria Woolf registrou em seus diários as características tradicionais e limitantes de seu potencial advindas de sua família, principalmente de seu pai. Em uma entrada de seu diário de 1928, ela admite alívio por seu pai, Leslie Stephen, não mais estar vivo pois, do contrário, teria acabado com sua vida (Woolf, 2021a). Pode-se observar que parte das intempéries vivenciadas em contexto familiar pela autora são registradas e de certa forma descarregadas em seus romances; sua forma de lidar e livrar-se dos fantasmas do passado que a afligiam. Percebe-se, como exemplo, o personagem Sr. Ramsay do romance *Ao farol* (2022), que personifica as características do pai tirano que impera no lar e simboliza a tradição e a figura do pai da própria autora, que influenciaram sua vida. Além disso, essa vivência proporcionou também arcabouço para a escrita de seus ensaios de cunho mais político e social, enquanto um indivíduo *outsider*, como percebe-se em *Três Guinéus* e na ênfase que faz do papel paterno para a situação da mulher.

Woolf chama a atenção para uma força poderosa que passou a enfrentar a postura desses pais e dessa sociedade acometidos pela fixação infantil. Para a autora, as palavras

---

<sup>11</sup> A tirania doméstica comentada por esses teóricos, incluindo Woolf, pôde ser observada no Brasil a partir do ano de 2018, com a ascensão do bolsonarismo e grupos conservadores de extrema direita, que encorajou e validou, através de seu líder, posturas preconceituosas, ideologias fascistas e comportamentos violentos aliados ao fanatismo religioso. O tirano doméstico encontrou apoio no tirano público e, sem receios, revelou-se. Os casos de racismo, homofobia, transfobia e violência doméstica, numerosos nos últimos anos, podem ter sido impactados por essa política e seu discurso de ódio, como aponta o Atlas da Violência de 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf> Acesso em 15 nov. 2023.

“feminismo” assim como “emancipação” em seus significados fechados não mais davam conta de descrever essa força que tomou as emoções, desejos e atitudes das filhas desses homens e dessa sociedade. Não haveria palavra para escrever tal força. O que se pode dizer, segundo a narradora,

é que se tratava de uma força de poder extraordinário. Ela arrombou as portas da casa privada. Abriu a Bond Street e Piccadilly; abriu os campos de críquete e os campos de futebol; tornou obsoletos os babados e os espartilhos. [...] Os pais, que tinham triunfado sobre os mais fortes sentimentos dos homens fortes, tiveram que ceder. (Woolf, 2019a, p. 148).

Esse foi apenas o início da ação da força poderosa sem nome que a autora alude. Os percalços tornaram-se ainda mais complexos após a inserção gradual na vida pública, visto que na nova etapa, o confronto não mais se dava com os próprios pais, mas com todos os homens que compunham essa sociedade e sua masculinidade fundada nos princípios da fixação infantil e concepções arcaicas.

A masculinidade e a honra foram assim feridas, uma vez que os princípios de proteção às mulheres e necessidade de sustento foram contrariados e a ordem social, desafiada. A fixação infantil, nessas circunstâncias, evolui na forma dos tabus sexuais infundados, como argumentos pseudocientíficos que recorrem a teorias inatas mirabolantes ao afirmar, por exemplo, que as diferenças intelectuais que fazem de homens superiores e mulheres inferiores são determinadas por suas distinções anatômicas cerebrais. Neste ponto, outra máxima é decretada por Woolf: também a ciência é homem e igualmente influenciada pelas concepções tradicionalmente enraizadas. Desse modo, quando a ciência, a história, a religião e a sociedade alegaram a inferioridade e incapacidade feminina como justificativa para sua exclusão histórica, assim as filhas refutaram:

Mas não é verdade que o cérebro e o corpo são afetados pelo treinamento? Não é verdade que o coelho selvagem é diferente do coelho preso na coelheira? E não é verdade que devemos mudar e que mudamos essa inalterável natureza? Ao se acender um fósforo para fazer uma fogueira, a geada é desafiada. E o ovo da refeição matinal, insistiram elas, é obra apenas do galo? (Woolf, 2019a, p. 150).

A essa última alegação, o tradutor Tomaz Tadeu sábia e significativamente observa em nota que, quando não fertilizado, o ovo sequer conta com a participação do galo. A obra, na verdade, é apenas da galinha.

A autora, após tantas análises e digressões, retoma as fotografias anteriormente utilizadas como artifício para refletir a guerra, com destroços, cadáveres e extrema destruição.

Junto da progressão do raciocínio, no entanto, também as fotografias parecem ter se metamorfoseado. A destruição representada, agora em segundo plano, é desfocada pela nítida figura de um homem em primeiro plano, assim caracterizado no texto:

alguns afirmam, outros negam, que se trata do Homem em pessoa, a quintessência da virilidade, o tipo perfeito do qual todos os outros são esboços imperfeitos. Trata-se, certamente, de um homem. Os olhos estão vidrados; os olhos fuzilam. O corpo, que se sustenta numa posição pouco natural, está rigidamente envolto num uniforme. No peitilho do uniforme estão pregados diversos símbolos místicos e medalhas. A mão repousa sobre uma espada. É chamado de Führer em alemão e de Duce em italiano; em nossa própria língua, de Tirano ou Ditador. E atrás dele jazem casas destroçadas e cadáveres – homens, mulheres e crianças. (Woolf, 2019a, p. 152).

Woolf resume nesse parágrafo a figura representativa de todo um sistema responsável pelas agruras não apenas em tempos de guerra, mas em todas as relações sociais que são constituídas por hierarquias e formas de dominação. Relevante destacar que também no decorrer do livro notam-se fotografias aleatórias com títulos genéricos (FIGURAS 1, 2, 3,4 e 5) que reúnem, em comum, imagens de homens como figuras públicas em cargos elevados e aclamados que a autora cita e ridiculariza. Suas características coincidem, não curiosamente, com as descrições traçadas por Woolf do Homem que parece posar para a foto fictícia. Em “Pensamentos sobre a paz durante um ataque aéreo”, a escritora (2019c) chama essa inclinação para o poder em forma de um sistema opressor como “hitlerismo subconsciente”, o qual é preciso combater pois, como destaca em um de seus ensaios, “a degradação de ser escravo só se equipara à degradação de ser senhor.” (Woolf, 2018b, p. 51).

FIGURA 1- UM GENERAL



Fonte: Woolf (2019)

FIGURA 2 - ARAUTOS



Fonte: Woolf (2019)

FIGURA 3 - UM CORTEJO UNIVERSITÁRIO



Fonte: Woolf (2019)

FIGURA 4 – UM JUIZ



Fonte: Woolf (2019)

FIGURA 5 – UM ARCEBISPO



Fonte: Woolf (2019)

Ao prosseguir com sua peroração, a narradora afirma que a responsabilidade, portanto, não é senão do ser humano, e a figura disposta na foto não é ninguém senão todos nós. Logo, uma vez causadores agentes da situação vigente, também a nós cabe a tarefa de, através de ações, unidos com um objetivo comum, mundos público e privado que não podem ser apartados, modificá-la. Do contrário, a mesma ruína registrada nas fotos observadas seria, futuramente, também a de todos pois, como constatou Beauvoir (2016a, p. 542), “toda opressão cria um estado de guerra.” Ao evidenciar a relação entre patriarcado, fascismo e capitalismo, estruturas que se alimentam e influenciam negativamente a família e o Estado, Virginia Woolf busca refletir quão fundamental é a batalha conjunta contra tais estruturas e a recriação da civilização, seus valores e os papéis atribuídos a homens e mulheres. Muitas das elucidações da autora indicam a influência de seu projeto andrógino, anteriormente pensado. Nele, as conceituações de masculino e feminino são esfumadas com o objetivo de liberar os indivíduos das cargas de cada gênero, mulheres e homens, estes que também estão inclusos nas propostas emancipatórias de Woolf. Logo, é necessário que a binariedade existente e suas condições sejam dissipadas. Se o processo de libertação não é coletivo, isto é, de ambos os gêneros, tampouco é exequível.



De tal modo, tão importante quanto para as mulheres matar o anjo do lar ou a lady, seria para os homens matar a figura do tirano que lhe impõe um instinto guerreiro, o que deve fazer e como deve se portar. A libertação desses fantasmas opressores e o reconhecimento da autonomia, em ambos os casos, resultaria em uma civilização mais livre, unida e justa.

Uma nova menção à carta do homem, que deu início a sua longa resposta, é feita enquanto a narradora constata que a consciência coletiva está presente em seu tom, uma vez que ele reconhece a conexão existente entre eles ao lhe pedir ajuda. A missivista de Virginia Woolf chega à conclusão, no entanto, de que a forma de ajudar a evitar a guerra, pelas mãos das mulheres, não seria seguindo os mesmos métodos até então empregados pelos homens, mas criando novos métodos que se provem efetivos. Portanto, decide ficar de fora da sociedade do homem que lhe escreve, mas agindo em concordância com seu objetivo. Por fim, doa-lhe seu terceiro e último guinéu, como prova de seu compromisso com a causa e conclui que, todos os três guinéus, ainda que direcionados a três diferentes pessoas e instituições são reservados, direta ou indiretamente, à mesma causa: evitar a guerra. Ao fim da carta, percebe-se que o destinatário não é mais somente o homem que lhe escreveu, mas as mulheres e os homens que também buscam a paz e uma sociedade renovada (Louro, 2019). Essa estratégia retórica é percebida também por Oliveira (2012) que, apoiada em outras estudiosas, detalha as formas que a narradora utiliza como persuasão. Se, por um lado, é direta e ríspida, por outro, é controlada e irônica; seu método é equilibrado de modo a atingir todos os públicos, simpatizantes ou não.

Como apreendeu Freud (2010, p. 208) na conclusão de sua carta a Einstein, “tudo o que promove a evolução cultural também trabalha contra a guerra.” Essa máxima do psicanalista condensa a ideia principal que Woolf propõe em sua polêmica obra. Mulheres instruídas em todas as esferas sociais e livres para as ocuparem não teriam motivos conscientes ou inconscientes para se posicionar a favor da guerra, agindo então com as mesmas condições que seus companheiros homens, irmãos, filhos ou maridos para evitá-la. Para a autora, essa seria, como ela chamava, a tão esperada “vida da felicidade natural”.

#### 4 A GUERRA PELAS MÃOS DAS MULHERES – O QUE FOI APAGADO

Finalmente, neste capítulo, o olhar será dirigido à participação efetiva das mulheres na guerra, aos dados coletados e à análise deles, de modo a compreender a relação dos gêneros com a guerra e entre si.

São raros nos estudos de teóricos sobre a guerra menções a participação de mulheres. Quando muito, são citadas em uma concepção universal como as mães e donas do lar que permanecem em segurança sob seu teto e que aguardam ansiosamente a volta do corajoso marido da batalha e outras atuando em profissões de cuidados. Tal afirmação não pode ser desmentida, mas está longe de ser uma unanimidade.

A historiadora Marylène Patou-Mathis (2022), em seu estudo de 2020, *O homem pré-histórico também é mulher*, compila diversas pesquisas históricas e antropológicas de pesquisadores precursores e modernos, a fim de reconstruir a perspectiva que se tem acerca da mulher pré-histórica e suas características. Estudos comprovam a existência de mulheres guerreiras, chamadas historicamente de “amazonas”, através de análises de esqueletos, DNA e itens da cultura material dos povos primitivos encontrados. Logo, os conhecidos guerreiros vikings não foram somente homens. Contudo, a rejeição acerca da convicção de mulheres guerreiras advém da Antiguidade e foi absorvida por pesquisadores e historiadores subsequentes, que seguem colocando em dúvida sua existência. Uma imagem mitológica e fantasiosa acerca das amazonas foi tema para Heródoto, Isócrates, Aristófanos, Virgílio e Homero. Também autoras escreveram acerca dessa imaginada comunidade dominada por mulheres em textos de vertente feminista, como Charlotte Perkins Gilman (2018) em sua famosa obra publicada em 1915, *Terra das mulheres* e Monique Wittig (2019), em seu livro *As Guerrilheiras*, publicado em 1969. Assim, a imagem das guerreiras primitivas é vista, historicamente, a partir de uma perspectiva lendária, ainda que estudos venham provando sua concretude (Patou-Mathis, 2022). Desse modo, uma vez que o termo “amazonas”, que detém uma carga fantasiosa e mitológica, provoca dúvidas acerca da existência das mulheres assim chamadas, que ele seja extinto e tirado de debate, posto que se tornou obsoleto, similarmente aos termos também descredibilizados por Woolf. A adoção de “mulheres guerreiras”, no entanto, faz-se uma expressão apropriada e factual, dadas as evidências descobertas. Mulheres citas, celtas e de outros povos estão entre as averiguadas. Patou-Mathis finaliza lembrando que parte dos historiadores do século XIX contribuíram para o apagamento dos nomes femininos até então conhecidos na história e que os discursos médicos acerca dos temperamentos masculino e feminino disseminados influenciaram várias das concepções até

hoje difundidas. “Valorizando a capacidade supostamente própria ao homem de derramar o próprio sangue e o de outra pessoa, eles fazem da atividade guerreira o feito viril por excelência.”, conclui a autora (2022, p. 200) baseada em estudiosos. Assim se deu o afastamento progressivo das mulheres do campo de batalha e da história, ambos por manipulação do sistema sexista opressor.

Virginia Woolf (2014), em *Um teto todo seu*, ao discorrer sobre sua pesquisa em uma biblioteca do Museu Britânico, atenta para o fato de que a mulher e suas ações e conquistas são raramente mencionadas na história. “Como eu poderia encontrar os grãos de verdade enterrados em todo esse amontoado de papel?” (Woolf, 2014, p. 43), ela se pergunta e conclui, com exasperação, que nada se sabe sobre as mulheres antes do século XVIII.

A participação dos homens no mundo público influencia até mesmo na profissão da literatura, pela qual escritores são conhecidos. O vasto conhecimento construído a partir de sua experiência de mundo proporciona material suficiente para a criação de clássicos como *Guerra e paz* de Tolstói, que dificilmente poderia ter sido escrito por uma mulher com sua visão reduzida do mundo, limitada à sala de estar comum e à vida doméstica. Para ela sobra a escrita de romances nessa temática já vivenciada e julgados como sentimentais e superficiais. Observam-se como exemplo os clássicos *Orgulho e Preconceito* de Jane Austen (2021) e *Jane Eyre* de Charlotte Brontë (2018). Desse modo, os valores femininos são minimizados, enquanto os masculinos exaltados, na vida real e na ficção (Woolf, 2014). As mulheres, personagens ou reais, são excluídas das narrativas fictícias ou utilizadas como motivos secundários e geralmente amorosos em relação ao protagonista heroico. Assim também nos registros da História.

No texto que se originou a partir de palestras ministradas em 1928, Woolf antecipa, ainda que timidamente, o que detalhará no ensaio aqui focalizado. Algumas guerras são reconhecidas como determinantes para a situação da mulher e seu avanço. Destaca ela em sua conclusão:

É isso. A liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não só por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres gozam de menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, portanto, não tiveram a mais remota chance de escrever poesia. É por isso que dei tanta ênfase ao dinheiro e ao espaço próprio. No entanto, graças à labuta das mulheres obscuras do passado, de quem eu gostaria de saber mais, graças, curiosamente, a duas guerras – a da Crimeia, que permitiu que Florence Nightingale saísse de casa, e a Europeia, que abriu as portas para a mulher comum cerca de sessenta anos mais tarde -, esses males estão prestes a ser corrigidos. (Woolf, 2014, p. 151-152).

Desse modo, o que Lerner (2022) chama de uma “História das Mulheres” foi um curioso e desconhecido terreno para as mulheres que, não sabendo dos conhecimentos e conquistas de suas antecessoras, pensavam também serem incapazes para tais atividades que eram designadas apenas aos homens, indivíduos capazes. O resgate e reconhecimento da História das Mulheres predecessoras no processo de conquista da autonomia intelectual e independência proporciona o avanço de teorias e o incentivo adequado para a ação de suas sucessoras na manutenção dos direitos continuamente reivindicados.

Com a criação e a evolução do sistema de escrita deu-se início a produção de listas que registravam figuras importantes como reis e outros governantes, heróis e gerações de homens, sendo as mulheres omitidas, uma vez que tiveram sua participação no sistema de símbolos também suprimida. O registro predominantemente masculino da História é evidenciado primeiro na Bíblia, na qual em seu livro de abertura, o Gênesis, uma lista de gerações patriarcais é relatada e as participantes femininas do processo secundarizadas. Ao que parece, segundo Lerner (2022, p. 306), “o homem gerou o homem sem a intervenção das mulheres”.

O risco de não documentar e preservar por escrito os fatos da história é o esquecimento quase certo e a deslegitimação. Foi a partir do século VII d. C. que o esforço de mulheres deu início a uma tímida documentação também daquelas mais relevantes e heroínas do povo, ainda que de forma pouco incentivada e difundida e por isso não conhecida por muitas de suas sucessoras. A existência, ainda que escassa, de escritos de freiras, os chamados “livros de irmãs” e autobiografias e biografias, as quais Woolf tanto prezava<sup>12</sup>, escritas por mulheres sobre outras mulheres, marcam os momentos iniciais de uma História das Mulheres e abrem caminho para a continuidade do resgate e da documentação de trajetórias e legados femininos ignorados, a fim de recriar um passado coletivo, ainda que nebuloso, e incentivar a coletividade no presente e futuro não apenas de mulheres lendárias, mas da mulher comum (Lerner, 2022). Foi essa que, com espírito de coletividade juntou-se a outras mulheres, comuns como ela, a fim de reivindicar lugares e, posteriormente, atuar em guerras, em uma participação até pouco tempo menosprezada, uma vez que a História, em seu formato acadêmico convencional e produzida por historiadores homens, marginalizou o papel feminino.

Woolf expõe, no fim do primeiro capítulo de *Três Guinéus*, a vida da mulher filha de um homem instruído nos fins do século XIX. Restrita ao lar e dependente dos homens da

---

<sup>12</sup> Woolf demonstra apreciação pelo gênero biografia em ensaios como “Eu sou Christina Rosseti” (2019d), “Como se deve ler um livro” (2019d) e reiteradamente na própria narrativa de *Três Guinéus* (2019a).

família, a jovem se percebe em uma rotina cansativa na qual os dias passam, mas sua vida não evolui. Treinada em música, pintura e tarefas domésticas, seu objetivo final não poderia ser senão o casamento e a maternidade, únicas profissões disponíveis a ela no momento. A autora detalha a questão que trouxe anteriormente, declarando que essa mulher está a favor da guerra. Pois, de forma consciente, ela utiliza a pouca influência que tem para reforçar o sistema que lhe concede os artifícios como acessórios de embelezamento e carruagens, porque, afinal, precisa conquistar um marido. Em seguida, utiliza seus encantos juvenis para bajular homens importantes, concordando com suas opiniões, a fim de induzi-los ao casamento.

No século anterior (XIX), Stuart Mill (2019) já havia dissertado a respeito da influência das mulheres sobre os homens dentro de suas condições, diferente da influência desinteressada que Woolf salienta e que só seria desenvolvida através da educação e das profissões. O autor declara que as características principais da influência feminina seriam a aversão pela guerra e a filantropia. De forma paradoxal, ele afirma que a persuasão usada pela esposa, ignorante dos assuntos públicos e políticos dos quais o marido participa, seria sempre visando seus próprios interesses e benefícios seus e de seus filhos, independente daquilo considerado certo de uma perspectiva social. Uma vez que sua única ocupação era na casa e como esposa, suas prioridades naturalmente seriam dinheiro, títulos e posições privilegiadas para os seus.

Como esse modelo de mulher poderia influenciar beneficentemente a luta pelo fim da guerra e o amor à humanidade em circunstâncias tão contraditórias e insatisfatórias? Woolf dissecou esse aspecto, a ser desenvolvido adiante.

#### 4.1 INÍCIO DAS REVOLUÇÕES – REIVINDICAÇÕES

Alguns dos ensaios de Virginia Woolf comentam e incentivam a tomada de iniciativas a fim de transformar a situação limitante vigente da maioria das mulheres. São os primeiros passos e atitudes que influenciam outros e culminam em movimentos pela reivindicação de direitos, que evoluem em formas e conquistas no decorrer dos tempos.

A profissão da literatura, percebe ela, era uma das poucas permitidas livremente às mulheres, mas que não lhes conferia prestígio, principalmente no início, visto que era desenvolvida sob pseudônimos masculinos para que alcançasse aceitação. Também não havia muitos custos além de caneta e papel e não exigia que as mulheres precisassem deixar o lar.

Virginia Woolf (2018b) então insere em seu ensaio “Profissões para mulheres” a ideia do “Anjo do lar” e a necessidade de matá-lo para que a atividade profissional, literária ou não, possa ser praticada livremente e sem influências desse fantasma, constituído das características e valores femininos esperados socialmente: pureza, obediência, simpatia, meiguice e, é claro, nenhuma opinião própria. Além disso, ele estaria sempre presente para lembrar das responsabilidades da mulher como mãe, esposa e dona de casa, guiando-a nos caminhos da submissão. Logo, não há alternativa; um dos primeiros atos de coragem e renúncia seria matar esse anjo dominador que, em tese, está dentro da mente de cada uma, limitando-a em seus potenciais. Por fim, o que prevalece é a mulher em sua essência, mas que só descobrirá esses potenciais em totalidade depois que todas as profissões estiverem abertas a ela. Em *Três Guinéus*, da mesma forma, ela orienta a matar a “lady”, o conjunto de regras a serem seguidas imposto pela feminilidade. (Woolf, 2019a, p. 144).

Em outro ensaio, “Memórias de uma União das Trabalhadoras”, Woolf (2018b) disserta acerca das reivindicações coletivas de mulheres já trabalhadoras, mas em péssimas condições de vida, salário e carga horária. Operárias e pobres, em contextos completamente diferentes das mulheres abastadas da classe média, essas mulheres, cada qual vítima de sua conjuntura desde cedo, e por isso treinadas na tarefa de resistir e sobreviver, contavam com força de vontade para transformar sua situação. Foi assim que passaram a ler, instruir-se autonomamente e se reunir para compartilhar suas opressões em comum e definir estratégias e atitudes a serem tomadas. Assim, pautas como educação, condições de trabalho, sufrágio, divórcio e impostos tornaram-se, por essa União de Trabalhadoras, discutíveis e passíveis de debate público e reivindicações por elas despertadas. Mais tarde, com a ferramenta da opinião pública bem desenvolvida, muitas delas estariam reivindicando a paz, o desarmamento e discursando contra a guerra, como destacou Woolf em *Três Guinéus*. Desse modo, como Maria de Oliveira (2017) percebe, a proposta de Woolf em seu ensaio-ficção, assim como a de outros escritos da autora, estimula uma batalha conjunta e unificada, que assim teria mais potência que movimentos individuais para lutar contra a força maior e atingir resultados mais eficazes.

Woolf cita em *Três Guinéus* uma série de batalhas travadas na Inglaterra que demonstram o compromisso das mulheres com o que sabiam ser seus direitos. Conflitos e reivindicações foram encetados pelo direito ao voto, pelo ingresso nas universidades e contra os homens que se opuseram a isso, pela inserção no serviço público; por remunerações igualitárias aos mesmos cargos. A autora descreve essas batalhas como “tão sanguinárias quanto a própria profissão das armas.” (Woolf, 2019a, p. 74). Tais atos foram, na época,

criticados e condenados por sua natureza severa e enfurecida. Woolf (2019a, p. 172) ironiza, em uma nota: “Os atos de provocar incêndios, promover quebraadeiras e rasgar pinturas aparentemente só se tornariam heroicos quando praticados, em larga escala, por homens munidos de metralhadoras.”

Hannah Arendt discorre acerca da violência empregada como protesto e reivindicação:

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. [...] a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos a curto prazo. Ela não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública. (Arendt, 2022, p. 69).

Em sua perspectiva francesa da história, Michelle Perrot (2017) comenta acerca dos eventos de 5 e 6 de outubro de 1789 em Versalhes; motins do povo por alimentos, em geral orquestrados por mulheres, assim como outros ocorridos no século XIX. As ações coletivas dessas mulheres assustaram e aborreceram visivelmente aqueles em cargos de prestígio, que chegaram a declarar, de acordo com a historiadora, que isolar as mulheres em casa e dar-lhes trabalho preveniria suas reuniões e rebeliões, pois “as pessoas dessa categoria são como as plantas que fermentam quando amontoadas.” (Perrot, 2017, p. 181). Manter cada mulher excluída e alienada em cada casa parece ter sido, terminantemente e por muito tempo, artifício de pais e maridos para barrar a evolução da metade da população que se daria, em primeiro lugar, pela coletividade e conseqüente tomada de consciência, seguidas das primeiras reivindicações que não puderam mais ser evitadas.

Desse modo, as batalhas descritas por Woolf e percebidas em vários contextos mundiais partilham um traço comum: lutam, de um lado, homens profissionais, e do outro, suas irmãs, filhas e esposas. Woolf (2014, p. 81) ressalta, inclusive, que “a história da oposição dos homens à emancipação das mulheres é talvez mais interessante do que a própria história da emancipação.” Ela comenta, mais à frente, que a campanha pelo sufrágio, como exemplo:

deve ter despertado nos homens o desejo extraordinário de autoafirmação; deve tê-los feito enfatizar o próprio sexo e suas características, no que eles não precisariam pensar se não tivessem sido desafiados. E quando alguém é desafiado, mesmo que seja por poucas mulheres usando boinas pretas, há retaliação, e, se essa pessoa nunca tiver sido desafiada antes, das pesadas. (Woolf, 2014, p. 140).

Independentemente das reações, recusas e fixações infantis despertadas, tais reivindicações iniciais marcaram um brilhante momento na história das revoluções feministas.

#### 4.2 RELAÇÃO COM A GUERRA

A imagem que o imaginário comum possui da mulher em períodos de guerra é de uma dama, protegida sob um teto junto aos filhos, enquanto aguarda a volta do marido heroico da batalha; espécies de “Penélopes”, cada uma à espera de seu Ulysses. Essa espera existiu, mas o que parece ser esquecido é que, por conta dessa ausência, muitas mulheres tomaram o lugar de chefes da casa, a quem coube a tarefa de proporcionar o sustento dos seus. Assim, enquanto os homens estavam no campo de batalha, suas esposas também enfrentaram lutas diárias em busca de abastecimento e sobrevivência para si e para os filhos, além de lidar com a aflição da incerteza acerca do retorno dos homens, que, quando acontecia, acarretavam-lhe mais uma carga: a de cuidar de homens destruídos, física e mentalmente, pela guerra. É o que fornece o testemunho da escritora francesa Marguerite Duras (2023) em seu livro *A Dor*, publicado em 1985, que revela a experiência extenuante da espera pelo marido e do horror da realidade em tempos bélicos. Uma amostra daquilo experienciado por muitas das anônimas que vivenciaram seu próprio campo de batalha emocional. Entretanto, outras mulheres experimentaram novas formas de viver (ou suportar) os tempos de guerra.

Woolf, em sua análise, lembra que o século XX traz consigo a Primeira Guerra Mundial e, com ela, a influência inconsciente de mulheres ainda no espaço doméstico, muitas delas que, utilizando seus encantos, persuadiram os homens ao seu redor, pais, irmãos e maridos, a lutar bravamente, como um ato heroico em favor da nação, pregando que os feridos eram merecedores da glória e de cuidados. De forma paralela, Michelle Perrot cita, em seu livro *As mulheres ou os silêncios da história* que, entre vários cartazes do período de guerra, um chamava a atenção por representar “mulheres à sua janela, calmas, elegantes, dizendo aos homens que desfilam militarmente ‘Go!’, como se, perversas, elas os empurrassem para o *front*.” (Perrot, 2005, p. 441). Desse modo, com a maioria dos homens indo à guerra, viu-se a necessidade de mão-de-obra nas fábricas e na própria guerra, e tal oportunidade abriu-se a elas.

O motivo dessa postura favorável se encontra, repara Woolf, na mesma educação aqui já detalhada. Segundo ela:



Tão profundo era seu ódio pela educação da casa privada, com sua crueldade, sua pobreza, sua hipocrisia, sua imoralidade, sua futilidade, que ela faria qualquer tarefa, por mais humilde que fosse, faria uso de qualquer poder de fascinação, por mais fatal que fosse, que lhe permitisse fugir. (Woolf, 2019a, p. 48).

Logo, de forma consciente, ela estava a favor da nação e torcendo pela vitória, mas inconscientemente, seu desejo mais profundo era a guerra, que lhe abriu as portas para o mundo público. Nas palavras de Woolf, (2019a, p. 48), “Conscientemente, ela desejava ‘nossos esplêndido Império’; inconscientemente, ela desejava nossa esplêndida guerra”. Como enfermeiras, auxiliares, motoristas, operárias, entre outras funções, as mulheres sentiram a realização e emoção que, por anos dentro do espaço privado, nunca existiu. A sensação de realizar algo por si mesmas ao interromper uma rotina interminável de tarefas domésticas propiciou-lhes novas percepções e desafios a serem vencidos.

Ocorreu assim com Florence Nightingale, a inglesa fundadora da enfermagem moderna e “*a alegria natural* com que ela saudou a guerra da Crimeia” (Woolf, 2019a, p. 89, grifo meu) e com tantas outras mulheres. Enfatiza a autora acerca da educação não-paga:

a prova final de sua crueldade [da educação] sobre um dos sexos, pelo menos, pode ser encontrada nos anais de nossa ‘grande guerra’, quando os hospitais, a colheita do trigo e as fábricas de munições empregaram, em grande medida, a mão de obra das refugiadas que escapavam de seus horrores e procuravam o relativo *alívio* desses locais. (Woolf, 2019a, p. 89, grifo meu).

Virginia Woolf fala da guerra de uma perspectiva inglesa, mas essa visão é captada em outros pontos do mundo. Betty Friedan, estudiosa estadunidense, repara que muitas das lideranças feministas, mulheres de classe média, estavam dispostas a adentrar em novos campos e desafios, como a escritora Louisa May Alcott, também estadunidense.

O que as impelia? “Preciso extravasar minha energia acumulada de algum jeito novo”, escreveu Louisa May Alcott em seu diário quando decidiu se voluntariar como enfermeira na Guerra Civil. “Uma jornada muito interessante, em um mundo novo, cheio de imagens e sons excitantes, novas aventuras e uma percepção crescente da importante tarefa que eu havia assumido. Eu rezava enquanto atravessava o campo, pontuado de barracas brancas, todas repletas de patriotismo e manchadas de vermelho pelo sangue. Uma hora solene, mas *me sinto feliz* por viver nela.” (Friedan, 2020, p. 110, grifo meu).

Simone de Beauvoir, ao fazer menção, em *O Segundo Sexo*, às esposas ociosas limitadas ao lar, comenta as soluções que essas desenvolviam para fugir da rotina atordoante. Planejavam recepções, faziam visitas, reuniam-se em clubes com suas semelhantes e serviam-se das vivências alheias como distração, oferecendo seu serviço gratuitamente. Prezavam por

ser úteis ao auxiliar de quaisquer formas os desafortunados, pobres e famintos. Segundo a filósofa, essas senhoras “estão muito longe de desejar um regime que, suprimindo as injustiças e os abusos, tornaria inútil sua dedicação; abençoam as guerras, as fomes que as transformam em benfeitoras da humanidade.” (Beauvoir, 2016a, p. 403). Como bem frisou Woolf, ao detalhar esse cenário, mulheres em contextos limitantes, sem chances de atingir todas suas capacidades no mundo público, não poderiam utilizar uma influência desinteressada e agiriam, ainda que inconscientemente, de modo a favorecer aquilo que faria delas seres humanos úteis e realizados, neste caso, ações que não priorizariam a oposição à guerra e aos infortúnios da humanidade.

Importante ressaltar que a NUWSS (União Nacional das Sociedades de Sufrágio Feminino) apoiou a Primeira Guerra Mundial e contribuiu com a inclusão de mulheres na indústria desfalcada e em outras funções requisitadas, como médicas e enfermeiras. Após o período de guerra, a organização voltou ao pacifismo.

Também pertinente para a discussão é refletir sobre esta, que foi uma das funções mais ocupadas por mulheres durante os conflitos: o trabalho como enfermeira e seu significado. Pertencentes à área de cuidados, as enfermeiras eram vistas como mães em sua incumbência de zelar pelos soldados feridos. A concepção desse como um trabalho de ordem doméstica conferiu-lhe também a mesma desvalorização (Perrot, 2005).

Michelle Perrot (2005) lembra de outras profissões ocupadas por mulheres na Resistência, como secretárias, agentes de ligação e donas-de-casa que assumiram tarefas consideradas subalternas enquanto prosseguiram com suas atribuições rotineiras. Também a figura de *Rosie*, a rebitadora, ficou conhecida mundialmente como uma encarnação da operária americana. O aumento do número de mulheres em escala mundial atuando na indústria de guerra, como em fábricas de munição, foi expressivo. Outros âmbitos, como o ferroviário, rural, de metalurgia e transporte tiveram ocupação feminina expandida (Quétel, 2009a).

Assim, no ano de 1918, o voto foi concedido na Inglaterra às mulheres com mais de trinta anos. Somente em 1928 ele se tornaria um direito em condições igualitárias entre os gêneros. Foi a participação delas na guerra, ainda que apagada e desvalorizada, que determinou a garantia do seu direito ao voto, como uma recompensa, segundo lembra Perrot (2005), não como um fruto de suas reivindicações e lutas pelo sufrágio há tanto travadas, como se ansiava. Woolf (2019a, p. 20-21) ironiza a conquista do voto afirmando que “a ajuda que ela [mulher] deu a seus irmãos [na guerra], quando eles finalmente usaram a força, garantiu-lhe o direito de se chamar, se não de filha em toda a plenitude do nome, pelo menos

uma enteada da Inglaterra”. O termo “enteada” alude ao fato de que a mulher perde sua nacionalidade ao se casar com um homem de outro país, passando a pertencer a ele e a seu país de origem e a eles devendo sua nacionalidade e devoção.

Estudiosos comentam acerca da breve participação de mulheres em tempos de guerra, as quais ascendem ao mundo público por conta das ausências e óbitos dos homens em batalhas, mas são compelidas a regressar quando aqueles que voltam retomam seus postos de chefes da família e da sociedade.<sup>13</sup> Muitas dessas mulheres, no entanto, nessa primeira experimentação de ação na vida pública, não mais se deram por satisfeitas em voltar para a entediante esfera doméstica. Uma vez descobertos os lugares a que podiam chegar e as funções que poderiam exercer, a aceitação conformada não era mais uma escolha. Pode-se pensar essa dicotomia esfera privada *versus* esfera pública na qual as mulheres oscilam como uma analogia aos “momentos de não ser e de ser” dos quais fala Woolf (2020), em seu ensaio autobiográfico *Um esboço do passado*. Desse modo, os momentos de não ser, que se caracterizam como ações realizadas em modo automático, seriam aqueles vivenciados na esfera privada e doméstica, enquanto os momentos de ser, espécies de choque e percepção da realidade seriam aqueles nos quais as mulheres, tendo oportunidades na esfera pública e conscientes de si e de suas capacidades, ocupariam o lugar de indivíduos ativos e autônomos.

No ensaio “Pensamentos sobre a paz durante um ataque aéreo”, publicado em 1940, já em meio ao caos da Segunda Guerra Mundial, Woolf prova que suas acepções são em muito similares com as da missivista de *Três Guinéus*. O livro foi publicado antes da Segunda Guerra, em 1938, baseado em guerras anteriores e em andamento e focado em discutir formas de evitar as futuras. Cerca de dois anos depois, Woolf registra em ensaios e nos seus diários os terrores da guerra que vivencia e segue discutindo o papel dos gêneros em relação aos conflitos.

Lá no alto do céu, jovens ingleses e jovens alemães estão se guerreando. Os defensores são homens, os atacantes são homens. Não são dadas armas à mulher inglesa, seja para combater o inimigo, seja para se defender. Ela deve se deitar desarmada esta noite. Mas se ela acredita que a batalha que se desenrola no céu é uma batalha travada pelos ingleses para proteger a liberdade, travada pelos alemães para destruir a liberdade, ela deve lutar, dentro de suas possibilidades, do lado dos ingleses. Até onde pode ela lutar, sem armas de fogo, pela liberdade? Produzindo armas ou roupas ou alimentos. Mas há outra forma de lutar pela liberdade sem armas de fogo; podemos lutar com a mente. Podemos produzir ideias que irão ajudar o jovem inglês que está lutando lá em cima no céu a derrotar o inimigo. (Woolf, 2019c, p. 115-116).

---

<sup>13</sup> Perrot (2005); Quénel (2009b).

Nesse ensaio publicado dois anos após *Três Guinéus*, ela volta a debater a ausência de mulheres na política e em cargos de responsabilidade, nos quais seriam essenciais enquanto “produtoras de ideias”. Ainda que excluídas, Woolf (2019c, p. 116) convoca as mulheres a continuar pensando e não se abater frente às barreiras: “Lutar mentalmente significa pensar contra a corrente, não junto com ela.” Corrente essa, segundo ela, que torna todos prisioneiros; homens sujeitos à guerra, mulheres sujeitas à casa.

Enquanto mulher de classe média, fora do campo de batalha, no papel de *outsider* e, como enfatiza o trecho, dentro de suas possibilidades, a autora defende uma luta contra a guerra, não com armas, o acesso às quais inclusive é barrado a elas, mas com a mente, utilizando sua influência, esta que só pode ser desenvolvida por meio da educação formal e do acesso ao mercado de trabalho e aos assuntos públicos e políticos, pois, enfatiza Woolf (2019a, p. 46),

se essas filhas não forem instruídas, elas não poderão ganhar a própria vida, se não puderem ganhar a própria vida, ficarão, mais uma vez, restritas à instrução da casa privada; e se ficarem restritas à instrução da casa privada, irão, uma vez mais, exercer toda a sua influência, tanto consciente quanto inconscientemente, a favor da guerra.

Em sua retórica, a autora utiliza tom de negociação ao esclarecer que a condição necessária para que as mulheres ajudem a evitar a guerra e não ajam a seu favor devido às circunstâncias é receber os mesmos direitos básicos que seus companheiros homens já detêm. A solução é simples e resultará no objetivo geral da nação: um não às guerras.

A narradora de *Três Guinéus* coloca como possibilidade que, em um ou dois séculos da data da carta, as mulheres teriam mais espaço discursando em púlpitos e mesmo trajando uniformes militares. Esses acontecimentos, entretanto, deram-se muito mais cedo que o premeditado, ainda que pouco conhecidos, inclusive pela autora; e seguem tendo avanços, evidenciados pela crescente participação das mulheres na sociedade e em atividades antes e até hoje classificadas como masculinas, ponto apresentado neste trabalho.

Betty Friedan (2020), em seu livro *A mística feminina*, publicado em 1963, analisa o fenômeno das mulheres estadunidenses que no pós-guerra, por volta dos anos 50, ainda que já livres em partes para decidirem seus destinos, optaram por abandonar as profissões públicas e estudos e retornar à dedicação total ao lar, ao marido e aos serviços domésticos e maternos. Essa decisão seria uma influência coletiva dos efeitos da guerra, da educação, das teorias freudianas sobre feminilidade e da mídia. Segundo a autora, essas mulheres, enquanto prisioneiras das paredes do lar e da própria mente, viviam situações análogas aos prisioneiros

dos campos de concentração, tendo seus comportamentos moldados e personalidades apagadas, vivendo cada dia sem pretensões e com percepções nebulosas sobre o mundo e a realidade. Friedan enfatiza que esse problema seria resolvido a partir de uma luta com a própria mente, na qual foram inculcados falsos valores e a conformidade de sua anatomia como destino. O reconhecimento da individualidade e subjetividades próprias, além dos desejos íntimos de realizações aliados à coragem para ultrapassar os limites cansativamente enfatizados levariam as mulheres a um novo resgate de sua libertação. Friedan (2020, p. 73) declara:

Amor, filhos e lar são coisas boas, mas não são o mundo inteiro, mesmo que a maioria das palavras escritas para as mulheres hoje afirme que sim. Por que as mulheres deveriam aceitar essa imagem de uma vida pela metade, em vez de terem sua participação no destino da humanidade? Por que as mulheres deveriam tentar transformar o trabalho doméstico em “algo mais”, em vez de moverem as fronteiras de seu próprio tempo, como as pioneiras estadunidenses fizeram ao lado dos maridos?

A ativista estadunidense (2020) ainda destaca que, para alcançarem todo seu potencial, as mulheres precisam fazer parte dos principais ramos sociais que, com frequência, são ocupados por homens. Necessitam também de sua independência econômica, assim como insistiu Woolf em *Um teto todo seu*, e um trabalho conjunto para a reestruturação da sociedade e suas regras. Além disso, o trabalho doméstico e a criação dos filhos são funções que devem ser compartilhadas igualmente pelos cônjuges com o propósito de oportunizar uma situação mais cômoda e justa para ambos.

Os homens, conclui Friedan, não são os inimigos, mas também vítimas de um sistema manipulador que, de forma paralela, sofrem com uma mística masculina que impõe os padrões de masculinidade a serem seguidos. A desobediência às regras estipuladas tornaria o homem fraco, inferior e menos viril, características atribuídas a mulher, e por isso ofensivas a eles. Anteriormente Beauvoir (2016a) já havia teorizado a esse respeito destacando a corrosão sofrida pelos homens com a obrigação de se mostrarem machos e seguirem as regras impostas a seu gênero sob a forma de alienação. Também Bourdieu (2020, p. 87) corrobora essa ideia ao afirmar que “ser homem implica um dever-ser” e que este se torna prisioneiro ao ser governado pela honra e nobreza, espécies de “forças superiores”. Woolf (2014), nesse sentido, condena a culpabilização do sexo masculino por seu comportamento, já que este é guiado por instintos que fogem ao seu controle e, de acordo com ela, desagradáveis de se abrigar. Mas deixa claro que esses “instintos” são criados em parte pelas falhas da educação, que também prejudicaram a formação de seu próprio sexo.

### 4.3 QUAIS MULHERES?

Em sua condição para ceder um de seus guinéus para o investimento nas profissões, Woolf (2019a, p. 77) exige:

A senhora deve jurar que fará tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que qualquer mulher que ingressar em qualquer profissão não deverá, de nenhuma maneira, impedir qualquer outro ser humano, homem ou mulher, branco ou negro, desde que ele ou ela tenha as qualificações para exercê-la, de nela ingressar; mas deverá fazer tudo que estiver ao seu alcance para prestar-lhes ajuda.

Em uma sociedade segregada por questões de gênero, raça e classe, é relevante, assim como Woolf fez, continuar a enfatizar na teoria e na prática a importância da consciência de coletividade e da interseccionalidade para os debates e avanços atuais. Assim, é essencial refletir, embora com pouco material factual, as categorias de mulheres e suas vivências distintas em tempos bélicos. Uma vez que os registros acerca da mulher em seu aspecto universal já são escusos, documentações detalhadas sobre a mulher marcada por outras circunstâncias que culminam em sua marginalização são ainda mais raras e omitidas. Obviamente, as questões reivindicadas em *Três Guinéus* pela autora tiveram êxito muito antes para mulheres brancas e de classe elevada. As necessidades de diferentes e específicos grupos exigem diferentes reivindicações, que não necessariamente condizem com aquelas provenientes dos grupos ditos universais, mas com características hegemônicas, como o feminismo branco.

Glória Anzaldúa, escritora e estudiosa chicana, disserta acerca das diferenças perceptíveis entre a vivência de brancas e negras. Em seu ensaio “Falando em Línguas: uma carta para as mulheres do terceiro mundo”, que dialoga com o teto próprio de Woolf e o rebate; Anzaldúa (2000) esclarece que nem sempre é possível ter um teto para escrever, e que esse é um luxo destinado a mulheres privilegiadas. Às mulheres de cor são reservados os deveres de cuidar dos filhos e marido e o trabalho público que, somado ao doméstico, resulta em duplas jornadas de trabalho. Além disso, a incidência de maternidade solo é frequente e a necessidade de sustentar a prole sozinha através de trabalhos e suas condições degradantes é indiscutível.

Em *Um teto todo seu*, Woolf (2014) comenta acerca da “proteção paternal” justificada pela suposta fragilidade feminina que impediu a evolução de mulheres no mundo

público. Sueli Carneiro (2019), filósofa brasileira e feminista negra, em contrapartida, explica que esse mito de fragilidade nunca foi aplicado a mulheres negras, vistas desde sempre como fortes, resistentes e escravas.

É interessante pensar a posição de “estrangeiro/a” também para outras minorias ou mulheres que sofrem duplas ou triplas opressões. Qual seria a situação de uma mulher, pobre, negra e lésbica em relação a seu país? Sua posição de *outsider* é ainda mais evidenciada e pode ser visualizada mais claramente a partir de outro artigo de Glória Anzaldúa (2019), “*La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência*”, publicado em 1987. Como mulher de cor, ao utilizar o termo *mestiza*, que equivaleria à *outsider* de Woolf, mas com o acréscimo do marcador de raça, questiona, ao mesmo modo da narradora de *Três Guinéus*, qual seria seu lugar já que, discriminada e desprovida de direitos, sente-se estrangeira no próprio território. Ecoando o discurso de Woolf com o acréscimo de sua condição de entre-lugar enquanto *mestiza*, Anzaldúa (2019, p. 327, grifo da autora) declara:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica, não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) *Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/a outro/a e ao planeta.*

María Elvira Días-Benítez (2020), em seu ensaio “Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão”, datado de 2019, comenta a discrepância entre mulheres brancas e de cor e seus diferentes contextos de reivindicação. Segundo ela, enquanto as feministas brancas reivindicavam o serviço público com o intuito de sair do lar ao qual estavam confinadas e atingirem suas realizações, as mulheres de cor já haviam saído de casa há muito tempo e ocupavam diversas funções públicas, para sua subsistência e de seus filhos. Não havia escolha. A submissão a situações desgastantes e salários baixos era a condição para a própria sobrevivência. Sueli Carneiro (2019, p. 314) corrobora essa realidade ao afirmar:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar.

Fato que complexifica ainda mais a situação é que parte dessas mulheres em condições desfavorecidas tornaram-se empregadas domésticas e babás, ofícios que exigiam pouca ou nenhuma educação formal, a serviço das mulheres brancas, essas que estavam lutando por trabalhos de prestígio para conquistar sua independência (Díaz-Benítez, 2020). O princípio, com esse debate, não é depreciar nenhuma das lutas, mas tão somente diferenciá-las e evidenciar a importância de movimentos específicos que atendam às demandas de cada grupo. Neste caso, percebe-se a intersecção existente entre marcadores sociais, já que a mulher de cor terá sua situação influenciada não apenas pelo gênero, mas por sua raça e obviamente pela classe.

Relevante para essa discussão e em relação ao tema principal é refletir acerca do grande número de mulheres que ingressaram nas guerras como voluntárias, a exemplo da já citada escritora Louisa May Alcott que, com condições suficientes para seu sustento, foi movida pelo desejo de “extravasar energia acumulada”. Outras mulheres, em situações desprivilegiadas e advindas de famílias pobres, não partilhavam do mesmo ideal. Precisavam de um trabalho remunerado para seu próprio sustento e o dos filhos e não contavam com energia acumulada para outros ofícios.

Nesse sentido, bell hooks<sup>14</sup> (2019), em uma crítica a Betty Friedan e sua *Mística Feminina*, anteriormente citadas, alega, sem desmerecer a obra e seu valor, que esta trata de apenas um grupo seleto de mulheres: as brancas de classe média e alta, donas de casa entediadas no pós-guerra. Essa imagem foi adotada como universal por um feminismo que se descobriu burguês e segregacionista. A postura da autora estadunidense ignorou quaisquer outras mulheres que destoavam do padrão retratado e, por isso, experienciadoras de também outros contextos da época, como a pobreza e condições de trabalho extenuantes. Portanto, é relevante para a discussão salientar que um grande número de mulheres já estava atuando no mercado de trabalho em determinadas condições antes da guerra. Tal evento proporcionou a aceleração desse processo, abrindo portas para outras mulheres em outras funções e circunstâncias.

Importante também notar o papel da própria Virginia Woolf em relação à guerra e o paralelo com mulheres de diferentes condições, não apenas no seu país, mas em outros envolvidos na guerra. Em *Três Guinéus*, ela fala da posição de uma mulher branca, europeia e privilegiada, com perspectivas do seu tempo e seu feminismo apresenta sim alguns

---

<sup>14</sup> A autora Gloria Jean Watkins optou por grafar seu pseudônimo, bell hooks, em minúsculo, como forma de posicionamento político e ênfase em sua obra, não sua pessoa.



problemas. Apesar disso, é possível perceber em sua fala um tom que incentiva o sentimento e a ação coletiva, além das declarações acerca de grupos marginalizados, tema ignorado por outros escritores da época. A escritora adota, em certa altura de seu *Três Guinéus*, a primeira pessoa do plural e fala por todas em um significativo momento em que poucas tinham acesso à voz no mundo público. Além disso, impele as companheiras de classe abastada a contribuir com a causa coletiva.

No ensaio “Memórias de uma União das Trabalhadoras”, Woolf deixa claras as distinções vivenciadas por mulheres de classes opostas. Ao citar aquelas da classe operária, essa consciência se sobressai enquanto ela questiona: “como realizariam seus ideais? Como manifestariam suas necessidades? Já era bastante difícil para as mulheres de classe média que contavam com dinheiro e educação.” (Woolf, 2018b, p. 87). A autora discute os infortúnios experimentados por mulheres operárias que tiveram a infância substituída por trabalho enquanto outras crianças ainda brincavam e a vida adulta abarrotada de tarefas; nas fábricas, em casa, com os filhos e o marido, enquanto mulheres de classe média e alta e detentas de privilégios tinham tempo para si e para outras atividades. Em um comparativo, Woolf (2018b, p. 72-73) destaca que essas mulheres trabalhadoras

Não percorriam a casa e diziam: essa capa precisa lavar, esses lençóis precisa trocar. Mergulhavam os braços dentro da água quente e elas mesmas esfregavam as roupas. Por isso tinham um corpo atarracado e musculoso, mãos grandes, gestos lentos e pesados de gente que fica rígida muito tempo e então se joga exausta numa cadeira de costas duras. [...] Tinham rosto decidido, cheio de rugas e vincado de sulcos. Era como se estivessem com os músculos sempre tesos e no limite.

As atividades excessivas, condições lamentáveis de vida e falta de tempo dessas mulheres seriam um incentivo para que outras, de circunstâncias opostas e instruídas, pudessem criar uma consciência coletiva e reivindicar por todas; é o que visa Woolf e seus discursos direcionados a mulheres de classes média e alta, uma tarefa que encontra barreiras ainda hoje em relação à postura com frequência individualista de um feminismo branco e hétero que se torna por vezes opressor através de um deslumbre e desejo de partilhar o poder do sistema. A parte final do ensaio-ficção de Woolf aqui analisado, ao salientar a participação coletiva na luta contra o que a autora chama de fascismo e por conseguinte contra a guerra, diz respeito a esse aspecto: operar contra o sistema extinguindo primeiramente a parcela opressora existente em cada um de nós, como lembra Audre Lorde (2019), apoiada em Paulo Freire, pois, de acordo com ela: “as ferramentas do senhor jamais desmontarão a casa do senhor.” (Lorde, 2019, p. 248).

É necessário pensar para além do ambiente doméstico quando falamos em mulheres e guerra. Muitas delas, inclusive adolescentes, enquanto prisioneiras, tornaram-se forçosamente “mulheres de consolo” para soldados em bordéis militares em vários países. Essa prática comum, principalmente entre as forças militares japonesas, que escravizou sexualmente um número incontável de mulheres asiáticas, foi registrada pelos historiadores Claude Quétel (2009a), Rodrigo Trespach (2017) e também na literatura, como ilustra o romance *Herdeiras do Mar*, escrito por Mary Lynn Bracht (2018), que retrata essa realidade pouco conhecida vivenciada por coreanas em condições degradantes. Muitas outras mulheres adotaram a prostituição por necessidade, vendendo o corpo para sua sobrevivência num momento em que tal prática tornou-se constante entre militares, instituindo-se inclusive, como aponta Trespach (2018), “Bordéis militares de campanha” no decorrer da Primeira Guerra.

A jornalista Christina Lamb analisa, em seu livro *Nosso corpo, seu campo de batalha*, publicado no Brasil em 2023, como o estupro se tornou uma arma de guerra e um crime negligenciado, perpassando os conflitos da Antiguidade, as atrocidades registradas na Segunda Guerra Mundial, na guerra do Iraque em 2003, até os conflitos em voga, como a invasão da Ucrânia pela Rússia. Seguindo o mesmo método de outras pesquisas e estudos desenvolvidos por mulheres e autoras neste trabalho presentes, Lamb (2023) recolhe testemunhos de mulheres vítimas dessa prática de guerra enraizada ao longo dos séculos, trazendo a experiência de vida destas como objeto de pesquisa legítimo para uma revisão e investigação histórica. Assim descreve Lamb (2023) a prática do estupro na história:

o homem se serve de mulheres desde que começou a participar de lutas armadas, seja para humilhar o inimigo, descarregar seu ódio e satisfazer seus desejos, seja porque simplesmente pode fazê-lo. Na verdade, o estupro é tão comum na guerra que em inglês se diz que uma cidade foi estuprada para descrever sua destruição completa.

A jornalista relembra os sequestros de mulheres por fenícios, gregos e troianos, registrados em clássicos da arte e da literatura, como em Heródoto e Homero, que já consideravam a figura da mulher como prêmio ao homem que luta.

Outras mulheres durante a guerra eram capturadas e enviadas a campos de concentração, alguns deles específicos apenas para mulheres, como o Ravensbrück, onde eram vítimas dos mais abomináveis crimes e torturas. Nesses casos, a reflexão central desta pesquisa, que trata da relação ambivalente entre mulheres e guerra, certamente não se aplica. Mulheres vitimadas por cruéis e inimaginadas formas não teriam outra postura a não ser a oposição aos conflitos e a esperança pelo fim destes.

Há, ainda, aquelas que enfrentaram os campos de batalha e, com eles, um sistema opressor e condições alarmantes. Desse modo, uma importante questão coloca-se sob análise: é fato que as mulheres fizeram parte da guerra e tiveram suas vidas influenciadas por ela, de uma forma ou de outra, mas quais delas participaram efetivamente dos conflitos, vivendo a prática do campo de batalha? E mais: como e por quê?

Os casos analisados em busca de respostas são das participações femininas nas duas guerras e conflitos ocorridos nos séculos XIX e XX, já que esses podem ser vistos de uma perspectiva global. Não se excluem, no entanto, outras batalhas e conflitos internacionais, nacionais e locais de relevância para a discussão proposta.

#### 4.4 GUERRA NA PRÁTICA

Virginia Woolf, ao escrever seu ensaio-ficção focado nos direitos das mulheres e sua relação com a guerra, parece não ter conhecimento, assim como boa parte do mundo, da participação efetiva de mulheres nos campos de batalha. Seu conhecimento demonstrado se limita ao acesso das mulheres às fábricas e outras poucas esferas de trabalho, como a medicina e enfermagem praticadas por elas, funções essenciais nos períodos de batalha. O reforço da mídia em repassar uma imagem majoritariamente masculina contribui para o imaginário comum de que as guerras eram e são até hoje atividades do “sexo mais forte”. A escassez e omissão de registros jornalísticos, fotografias e gêneros cinematográficos, também controlados por homens, foi determinante para o apagamento da destemida e inabalável participação de mulheres de nacionalidades plurais nos conflitos mundiais. Assim como Woolf chama de “gatos sem rabo” as raras mulheres escritoras em *Um teto todo seu*, também dessa forma parecem ser, pelo que se viu e conhecia até então, as mulheres que efetivamente estiveram na guerra.

Este tópico é direcionado ao resgate de registros que comprovam o envolvimento de mulheres em diferentes funções bélicas, motivadas por diversas razões, aqui a serem refletidas. Os fatos históricos que vêm sendo resgatados vão de encontro às teorias defendidas por pensadores e filósofos acerca das características inerentes de cada gênero e demonstram a relação ambivalente entre mulheres e guerras colocada em questão no início deste trabalho.

Da mesma forma que ao adentrar o espaço público mulheres tiveram que enfrentar a oposição masculina, no espaço bélico, em níveis ainda maiores, essa resistência fez-se o primeiro obstáculo a ser combatido.

As motivações que levaram ambos os gêneros à guerra são diversas, mas uma divergência perceptível que chama a atenção é que, enquanto os homens adentravam o campo de batalha para provar tudo aquilo lhes fora condicionado em sua formação; virtudes como virilidade, força e coragem, o que estimulou parte das mulheres na mesma direção foi justamente provar o oposto daquilo que lhes fora inculcado; desmistificar a fragilidade, a delicadeza, a fraqueza e o medo a elas creditado. Participar da guerra foi uma forma de provar ao sexo oposto tudo aquilo de que eram capazes e mais ainda: provar a si mesmas até onde poderiam chegar em suas realizações. Logo, ainda que atuando cada uma por sua nação, estavam acima de tudo, consciente ou inconscientemente, lutando por si mesmas e pela busca de autonomia e identidade. Os argumentos aqui utilizados são baseados em experiências vivenciadas de mulheres comuns, que provaram e seguem provando o contrário daquilo que já foi pregado e teorizado até a contemporaneidade. Além de uma revisão histórica da participação de mulheres nas guerras, os tópicos e obras elencados e analisados a seguir dialogam com as teorias de Woolf ao mesmo tempo em que contrapõem as teorias de determinismo biológico propagadas.

À guisa de esclarecimento, este trabalho evoca fatos históricos que compreendem mulheres em contextos diversos de guerra, inclusive no campo de batalha. Não é, no entanto, objetivo da pesquisa incentivar atividades bélicas ou violência por parte de mulheres, mas tão somente esclarecer, a partir desses fatos e teorias que as discutem, que elas, como os homens, têm a mesma capacidade para atuar em ambientes de guerra, dado que nenhum dos gêneros possui violência ou pacifismo inatos. Ativistas feministas antiguerra costumam reiterar que mulheres seriam menos propensas à violência e guerras utilizando como justificativa os instintos maternos e a capacidade de gerar vidas. bell hooks, entretanto, atenta para o perigo de afirmações do tipo, uma vez que contribuem para a continuidade dos estereótipos de gênero e das teorias biologizantes, em que homens são descritos como violentos e agressores e mulheres como passivas e afirmadoras da vida. Em suas palavras:

se as mulheres que lutam contra o militarismo continuarem a supor, direta ou indiretamente, a existência de uma predisposição natural das mulheres a se contrapor à guerra, correm o risco de reforçar o determinismo biológico, que é o fundamento filosófico por detrás da ideia de supremacia masculina. (hooks, 2019, p. 190).

Logo, segundo a teórica, as mulheres que denunciam a violência e a guerra e se opõem a elas não estão agindo por resultado de um fato biológico, mas por uma escolha política: o pacifismo. O contrário também se aplica: mulheres que são violentas, assim como

homens que também são, foram levados a isso por suas próprias escolhas. Além disso, bell hooks entende que a utilização de argumentos que se baseiam em falácias sobre instintos e biologia contribuem para a visão sexista e distorcida da mulher como indivíduo não responsável pelo sistema de valores da sociedade, quando na verdade seu papel influente, mesmo que não no campo de batalha literal, alimenta o sistema que conseqüentemente alimenta guerras. Compreender a mulher como também responsável ativa no sistema que resulta em guerras tira o peso de único problema/inimigo das costas dos homens, e proporciona vislumbrar a participação conjunta, o primeiro passo para juntos, ambos os gêneros, num sistema justo e igualitário, lutar contra a guerra; a solução que também propõe Woolf no fim de seu *Três Guinéus*. hooks e Woolf, enquanto admitem a participação de mulheres na guerra, de diferentes modos, entendem que essa participação, que por vezes incita a guerra, pode também agir ativamente para evitá-la e incentivar a paz, junto dos homens, com vistas a construir uma cultura de não-violência. É este o objetivo final da retórica da missivista em *Três Guinéus*.

Os casos analisados a seguir evocam também a revolução simbólica da qual falou Bourdieu e a quebra da submissão encantada por parte das mulheres que transgrediram regras e enfrentaram o sistema, cada qual a seu modo. A atmosfera de misticismo comentada por ele e Woolf, que envolve a relação entre os gêneros, é percebida e rompida no momento em que mulheres ultrapassam as linhas imaginárias que antes demarcavam seu lugar determinado pelas convenções.

#### 4.4.1 “Mulheres, a nação precisa de vocês!”

Claude Quétel (2009a, 2009b), historiador francês, reúne em seu livro *As Mulheres na Guerra* (Volumes 1 e 2) a participação feminina e seu contexto na Segunda Guerra Mundial nas grandes potências mundiais envolvidas no conflito, registrada em maior número que na Primeira Guerra Mundial.

O momento inicial e precedente à guerra envolve elementos comuns entre as nações. A valorização da mulher enquanto esposa e reprodutora e a exclusão dela no mundo público é evidente na Itália Fascista, na Alemanha nazista e seu lema *KKK*<sup>15</sup> (cozinha, filhos, igreja) e na França. Com a eclosão da guerra e a partida dos homens para o front, as nações se viram

---

<sup>15</sup> Em alemão: *Küche, Kinder, Kirche*.

obrigadas a convocar o auxílio das mulheres para os substituírem; no serviço público, na indústria e no esforço de guerra.

Quétel descreve a situação de nações como a Grã-Bretanha, a qual, a partir de 1941, iniciou o recrutamento de mulheres e lhes ofereceu a escolha de campo de trabalho: na defesa civil, no auxílio aos exércitos ou nos empregos civis. A maioria optou pelo trabalho nos exércitos, uma vez que as funções nas fábricas de armamentos eram perigosas pelas altas chances de bombardeios. Os cargos em escritórios e vendas foram ocupados por mulheres de classe média, enquanto as fábricas receberam o trabalho daquelas com menos instrução, pagando-lhes salários inferiores e oferecendo também inferiores condições de trabalho. A reação dos homens com a saída das mulheres do espaço doméstico é negativa, uma vez que não são mais esperados em casa com as tarefas domésticas realizadas, além da reprovação de uma maior liberdade experimentada por suas esposas (Quétel, 2009a). Quétel registra o testemunho de uma voluntária das Forças Francesas Livres que chega a Londres e se depara com uma nova realidade vivenciada pela mulher inglesa:

‘O que me impressionou mais ao chegar a este país, vítima de guerra como a França e devastado por bombardeios, é o lugar que as mulheres haviam tomado! [...] Elas se viram sozinhas e os substituíram [os homens] em todos os setores de atividade. [...] As inglesas exerceram todos os ofícios. Foram vistas mulheres pedreiras que reconstruíam as casas destruídas e outras que iam pescar no mar. Mulheres médicas, cirurgiãs, mulheres que limpavam locais públicos, leiteiras, mulheres que enterravam os mortos. A própria filha de Churchill estava em cima dos telhados, operando uma metralhadora na defesa antiaérea. Estávamos estupefatas ao ver tudo o que elas eram capazes de fazer.’ (Quétel, 2009a, p. 100).

Outro testemunho, o de uma recrutadora britânica, descreve a atitude dessas mulheres ativas no mundo público:

‘Vi muitas mulheres se rejubilarem ao se darem conta de que elas podiam fazer tudo aquilo que eram consideradas incapazes e apreciavam muito poder aprender a servir-se de suas mãos. [...] Éramos todas necessárias, precisavam de nós e o país não podia prescindir de nós. De minha parte, minha confiança em mim mesma aumentava à medida que abordava atividades que me eram totalmente novas.’ (Quétel, 2009a, p. 101).

Nos Estados Unidos as mulheres são da mesma forma mobilizadas em diversas funções: enfermeiras, vendedoras, datilógrafas e motoristas. É nesse contexto que surge a figura de *Rosie*, a rebitadora, e seu slogan “*Nós podemos fazer isso!*”<sup>16</sup> Forte e feminina,

---

<sup>16</sup> Em inglês, *Rosie the Riveter* e “*We can do it!*” (Quétel, 2009a).

simboliza a mulher americana no esforço de guerra em contraposição à figura tradicional de esposa e mãe prezada pelas nações alemã, italiana e francesa. Logo percebe-se em sua atuação que “as mulheres têm produtividade no trabalho muitas vezes superior à dos homens, que elas danificam menos o material, que são mais hábeis, que sofrem menos acidentes.” (Quétel, 2009a, p. 87).

A URSS, segundo o historiador, foi a que teve maior participação feminina no esforço de guerra na Segunda Guerra Mundial. A mulher soviética, mesmo antes do período bélico, já possuía maior autonomia que as mulheres de outras nações tornando-se, portanto, com o início da guerra, “mais apta que a dos outros países em guerra para se mobilizar economicamente e até militarmente.” (Quétel, 2009a, p. 88). Elas ocuparam diversos cargos, desde auxiliares, médicas, engenheiras, até combatentes da linha de frente, batedoras, atiradoras, tanquistas e sapadoras. Quétel dialoga com os registros reunidos por Svetlana Aleksiévitich e Ritanna Armeni, explorados nos próximos tópicos, ao descrever a bravura e força demonstradas pelas soviéticas, objeto de espanto aos olhos dos companheiros e superiores masculinos. O coronel do regimento no qual as atiradoras de elite atuavam constatou, “não sem surpresa, que suas atiradoras de elite tinham melhores ‘escores’ que os homens, que elas eram infinitamente mais inventivas e eficazes na arte da camuflagem, indissociável da função de atirador.” (Quétel, 2009b, p. 175).

Há, ainda, as combatentes sem uniforme, *partisans*, clandestinas ou da Resistência lutando contra a ocupação fascista e ideologias do inimigo. Advindas de várias nações: Iugoslávia, Grécia, China, URSS, França, Polônia, Bélgica; algumas atuando em sua própria casa em múltiplas funções, outras deixando marido e filhos para entrar na clandestinidade como espiãs, guias de passagens de fuga e mesmo em funções de datilografia e secretariado (Quétel, 2009b). Ainda, várias delas combateram com arma em punho ao lado dos homens.

As capacidades femininas em meio à guerra ressoam mais uma vez, nas considerações da organizadora de uma rede de resistência francesa, Marie-Madeleine Fourcade, que “recrutou muitas mulheres não porque eram mulheres ou porque ela própria o era, mas porque muitas vezes eram agentes de ligação melhores e davam provas de mais sangue-frio e até maior resistência à tortura, em caso de prisão.” (Quétel, 2009b, p. 212). Essa máxima se reitera no tópico referente à resistência feminina.

#### 4.4.2 Bravas soviéticas

Em seu livro revolucionário para uma nova visão da guerra, *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), a vencedora do Prêmio Nobel de Literatura em 2015, Svetlana Aleksievitch, ecoa os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial pela perspectiva de mulheres que atuaram nos campos de batalha. A obra traz um denso trabalho de pesquisa da realidade dessas mulheres e é formado pelo entrelace de seus testemunhos. Ao dar espaço para a voz dessas que estiveram presentes e ativas no acontecimento da guerra, Aleksievitch proporciona que a história seja recontada por elas próprias.

A Segunda Guerra Mundial é tratada no livro como o “fenômeno feminino”, uma vez que o número de mulheres servindo nas forças armadas de vários países participantes da guerra foi considerável. A autora cita mulheres inglesas, americanas e alemãs, mas o foco de sua pesquisa foi o exército de soviéticas, o maior registrado na época, com aproximadamente um milhão de mulheres. Aleksievitch (2016) destaca que o ineditismo de tantas mulheres em funções de guerra foi o que produziu o “nascimento” do gênero feminino em várias palavras que antes desse contexto eram apenas masculinas.

Percebe-se, em alguns testemunhos, a internalização das características femininas plantadas pela educação e o conflito dessas com a experiência da guerra. O sentimentalismo, a sensibilidade e a experiência da maternidade surgem como impeditivos da ação bélica: “E é ainda mais insuportável e angustiante matar, porque a mulher dá a vida. Presenteia. Carrega-a por muito tempo dentro de si, cria. Entendi que para as mulheres é mais difícil matar.” (Aleksievitch, 2016, p. 21). Outros testemunhos enfatizam a aprendizagem no campo de batalha, estratégias de sobrevivência; física e emocional, esta última mais desafiadora: o aprender a enrijecer o lado emocional em contrapartida ao que lhes fora ensinado.

Testemunhos masculinos também fazem parte da reunião de textos presentes na obra. Um ex-comandante comenta sobre a reação dos oficiais de carreira com a chegada do “sexo frágil” na atividade militar, considerada ocupação masculina: “elas são moças, não podem”; o incômodo era evidente pois, segundo ele: “nem todos conseguem se submeter à disciplina militar, a natureza feminina é oposta à ordem do Exército.” Contudo, o próprio homem rememora o caminho percorrido e admite: “As meninas se transformaram em verdadeiros soldados.” (Aleksievitch, 2016, p. 163).

O questionamento acerca dos “instintos”, os quais também questiona Woolf, vem à tona em testemunhos como o de Klara Semiónovna, primeiro-sargento e operadora de artilharia antiaérea: “Dizem que esse era um desejo masculino: ir lutar. [...] Não! Mil vezes não! Não, era um desejo humano.” (Aleksievitch, 2016, p. 249). As mulheres soviéticas demonstram o quanto a educação das meninas também enfatizou os deveres com a pátria e a



necessidade do patriotismo, ainda que as atividades reservadas a elas fossem diferentes daquelas direcionadas aos homens. A determinação demonstrada por essas mulheres em defender a pátria fica clara em seu desejo de ir para a linha de frente e no número de voluntárias que imploravam para ingressar no exército. Num primeiro momento, com todos os homens enviados para o front, as mulheres tomaram seus lugares na vida pública. Na sequência, com os homens prisioneiros ou mortos em combate, as mulheres os substituíram novamente, agora nas várias funções desfalcadas da linha de frente.

Elena Iákovlena, subtenente e enfermeira, recorda a postura do comandante ao vê-las repetidamente no centro de alistamento:

‘Se vocês tivessem alguma profissão... Se fossem enfermeiras ou motoristas... Mas o que sabem fazer? O que vão fazer na guerra?’ E nós não entendíamos. Essa pergunta não tinha se colocado para nós: o que vamos fazer? Queríamos lutar e pronto. (Aleksiévitch, 2016, p. 68-69).

A falta de instrução das mulheres vista como culpa delas próprias enquanto que, aqueles que as julgavam por isso, eram os mesmos que contribuíram para uma educação limitante e para a continuidade do sistema opressor que as excluía. A nova realidade presenciada, a da guerra, era, num primeiro momento, incompatível com tudo o que haviam vivenciado e aprendido até então: “tínhamos ficado sem casa, sem os afazeres domésticos, e parecia que não éramos nós mesmas.” (Aleksiévitch, 2016, p. 240-241).

Assim, a dificuldade nesse novo ambiente adentrado pelas mulheres é justificada pela educação direcionada a cada gênero: “desde a infância, os homens são preparados para que, talvez, tenham que atirar. Não se ensina isso às mulheres... elas não se aprontaram para fazer esse trabalho...” (Aleksiévitch, 2016, p. 20). A aprendizagem das soviéticas se concretizou na ação dentro do próprio campo de batalha, provando aos céticos terem a mesma capacidade que os homens, ainda que com preparo menor ou nulo: “ainda não nos conhecíamos”, afirma Sófia Vereschak, membro da resistência, sobre o início da guerra, “não sabíamos como éramos fortes.” (Aleksiévitch, 2016, p. 331). O testemunho de Maria Pietróvna Smirnova, enfermeira-instrutora que atuava no front, ilustra o processo de adaptação:

‘Quando vi um ferido pela primeira vez, desmaiei. Depois passou. Quando me arrastei sob balas pela primeira vez para chegar a um soldado, gritei tanto que parecia que superava o barulho da batalha. Depois me acostumei. Dez dias mais tarde, fui ferida, e eu mesma retirei o estilhaço e fiz meu curativo...’ (Aleksiévitch, 2016, p. 106).

Também Klávdia Ivánovna Térekhova, capitã da força aérea, recorda as palavras da comandante Marina Raskova quando da morte de duas tripulações nos primeiros dias de treinamento. Raskova declarou que aquelas eram apenas as primeiras perdas, que haveriam muitas, e que as lágrimas precisavam ser enxugadas. Também esse aprendizado fez parte do processo: o controle das emoções exacerbadas, estimuladas na educação de meninas. Klávdia Térekhova conta que, “depois, na guerra, enterrávamos sem uma lágrima sequer. Paramos de chorar.” (Aleksiévitch, 2016, p. 99).

Essas alegações e as de outras mulheres subvertem a lógica daquilo que se conhecia por guerra como um território exclusivamente masculino. Por isso, além das dificuldades já esperadas pelas mulheres nas novas funções ocupadas na guerra, tiveram que lidar ainda com a reação nociva de homens com sua chegada, que encarnaram os tiranos da vida pública também no front, com julgamentos, preconceitos, desrespeito e abusos.

Para facilitar sua aceitação no início, passaram a adquirir trejeitos e modos masculinos. Alguns foram impostos, como os cabelos raspados e as vestimentas masculinas. A guerra vista como atividade exclusivamente de homens exigia que mulheres deixassem de ser mulheres: “nos transformamos de moças em jovens soldados.” (Aleksiévitch, 2016, p. 266).

Além disso, sentiam a necessidade de provar sua capacidade aos colegas homens. Muitas delas chegaram a demonstrar força e superação quase sobrenaturais em suas funções, ao continuar trabalhando mesmo feridas, retirando estilhaços e fazendo os próprios curativos e carregando homens com duas ou três vezes seu peso. Não era apenas aos homens que estavam provando suas capacidades, mas a todos aqueles que disseminavam estereótipos da fraqueza, fragilidade e incapacidades femininas. Aleksandra Ivánovna Khrámova, uma das testemunhas ouvidas pela autora, declara: “Dizem que o instinto materno é mais forte do que tudo. Não, uma ideia é mais forte!” (Aleksiévitch, 2016, p. 313), ao refletir sobre a determinação e o vigor das mulheres atuantes na guerra. Elas, independentemente das condições, perceberam o contexto bélico também como oportunidade para, além de defender a pátria, aprender outras funções e desenvolver sua autonomia. Foi assim que atingiram cargos de comandantes e capitãs, tornando muitos soldados subordinados.

A guerra se provava até então masculina a cada vez que uma combatente precisava usar vestimentas masculinas, inclusive roupas íntimas; de segunda mão, maiores que seus tamanhos e desconfortáveis, uma vez que os exércitos não se prepararam para a participação feminina. À grande parte delas era reservado o trabalho nos “bastidores da guerra”, que

Aleksiévitch (2016, p. 210) chama de “segundo front”, nas funções de lavadeiras, cozinheiras e mecânicas, as quais, ainda que indispensáveis, não tornavam as trabalhadoras heroínas ou dignas de honrarias.

A determinação das mulheres em participar de guerras provocou indagações e questionamentos acerca de suas motivações. A autora menciona inclusive um comentário de Púchkin, já no século XIX, que discute a participação da cavaleira Nadiéjda Dúrova na guerra napoleônica e seus motivos:

‘Que razões obrigaram uma jovem de uma boa família nobre a deixar a casa do pai, renegar seu sexo, assumir tarefas e obrigações que assustam até os homens e se apresentar no campo de batalha – e que batalhas! As da guerra napoleônica. O que a impeliu? Desgostos secretos do coração? Uma imaginação inflamada? Uma propensão inata e indomável? Amor?’ (Aleksiévitch, 2016, p. 62).

Tais questionamentos permaneceram na mente popular sem uma resposta precisa. No entanto, o registro histórico de guerras entre os séculos XIX e XX e a junção de casos de mulheres atuando em vários países em circunstâncias similares sugerem algumas motivações sob uma perspectiva do século XXI.

Os testemunhos de várias mulheres convergem no tom de lamento em relação à atividade bélica, que envolve violência e morte, e nas consequências futuras para as vidas que a experienciaram, físicas e emocionais. Há, no entanto, o reconhecimento de sua necessidade como dever para com o país e a consciência da contribuição de sua atuação para acelerar o fim dos conflitos.

#### 4.4.3 Bruxas da Noite

As conhecidas como “Bruxas da noite” foram mulheres do Regimento Aéreo Feminino russo que atacavam os inimigos alemães em pequenos aviões durante as noites da Segunda Guerra Mundial. A jornalista Ritanna Armeni (2019) reúne, em seu livro *As Bruxas da noite*, informações e relatos acerca da atuação dessas mulheres na guerra, que dialogam com os testemunhos registrados por Svetlana Aleksiévitch. A escritora apreende, em sua pesquisa, que as mulheres não foram apenas vítimas dos conflitos e da história. O papel ativo que muitas delas assumiram prova isso. O contexto da guerra, como escreveu Woolf em 1938, permitiu que mulheres com poucas oportunidades no mundo público até o momento adentrassem em diversas profissões desfalçadas e aproveitassem o momento para seu próprio

desenvolvimento e independência. Armeni (2019, p. 18-19) ecoa Woolf ao perceber as Bruxas como mulheres que “tinham feito da guerra uma oportunidade de emancipação; tinham aproveitado o conflito para ampliar a própria esfera de liberdade”, elas desejavam mais do que a igualdade pregada, “também haviam pretendido a igualdade trágica e feroz das bombas e da morte” e enfrentaram quem fosse preciso para fazer valer sua escolha.

Parte da pesquisa que compõe o estudo de Armeni se baseia nos relatos da última das Bruxas ainda viva no momento da pesquisa: Irina Rakobolskaja, que descreve a sua vontade e a de suas colegas de participar ativamente também na linha de frente desde a eclosão da guerra, além dos serviços já desenvolvidos nos campos e nas fábricas ao substituírem os camponeses e operários. Entretanto, as tentativas iniciais foram frustradas com inúmeras reações negativas. A igualdade com o homem, segundo a autora (2019, p. 54), “que a pátria socialista havia prometido e na qual acreditaram, parou diante da guerra, que as quer apenas como esposas, mães, irmãs ou, no máximo, enfermeiras e telefonistas.”

Até que o Exército Vermelho, com sua Força Aérea semidestruída pelas mãos dos alemães, se vê obrigado a solicitar, de forma inédita, voluntárias para a linha de frente. Foi a chance para Irina e suas colegas ingressarem na Força Aérea, em um grupo liderado por Marina Raskova, a responsável pela formação de três regimentos exclusivamente femininos com a aprovação de Stálin, em outubro de 1941, uma vez que a convivência nociva com os homens e sua postura discordante poderia se tornar um problema.

Não querem mulheres na Força Aérea pelos motivos mais variados e principalmente porque consideram arriscada ou inconveniente sua presença junto aos homens? Pois bem, então que se constituam grupos apenas femininos, com pilotas, navegadoras, mecânicas e artilheiras. (Armeni, 2019, p. 68).

À maneira da missivista de Virginia Woolf, o Regimento Aéreo Feminino constituiu sua própria Sociedade de *Outsiders*, ao agir, a seu modo, com vistas a defender o país e compartilhando o mesmo objetivo de seus companheiros homens. As condições são, de forma similar, também mais precárias, como o avião rural e velho que recebem para as ações de guerra e as vestimentas de segunda mão, masculinas e grandes, as quais precisam ser cortadas e adaptadas pelas próprias jovens. Assim como as mulheres entrevistadas por Aleksiévitich, as da Força Aérea também se deparam com o comportamento zombeteiro advindo dos militares homens. Os treinamentos são mais duros e, neste caso, inevitável a convivência e a tensão por dias com instrutores homens e seus preconceitos frente à participação delas na Força Aérea e no treinamento militar. O comportamento do tirano se evidencia em sua postura de

insegurança e ameaça. Aos instrutores não são permitidos comportamentos excessivos, devem conter-se em relação às jovens recrutas. A resposta à ordem é uma espécie de vingança. Segundo Armeni (2019, p. 109), “submetem-nas à pressão, mais do que fariam com um homem; não deixam passar o menor erro, ressaltam toda fraqueza, toda a desatenção; as pequenas falhas, quando cometidas pelas meninas da Raskova, logo se tornam graves erros.”

A insistência no discurso de que devem tornar-se homens e lutar como homens é constante. Suas características físicas são alteradas para que pareçam mais másculas, como as tranças que são cortadas.

Ao serem desafiadas, as jovens demonstravam ainda mais força e disciplina. Irina Rakobolskaja, ainda que ecoe em seu relato o tom patriótico soviético, adiciona outro motivo para a determinação e a força demonstrada coletivamente pelas mulheres de seu regimento, denotando as diferenças em relação aos companheiros homens também combatentes. Assim relata a bruxa: “Fizemos um máximo de 325 voos em uma noite e queríamos fazer cada vez mais. Vinte e três mil em toda a guerra. Sim, claro, por patriotismo, mas também porque queríamos superar os homens”, e completa: “Os homens combatiam por dever e, por isso, obedeciam cegamente às ordens. Nós não queríamos ser iguais, queríamos ser melhores; queríamos fazer mais e melhor. [...] As nossas meninas choravam quando eram dispensadas de algum voo.” (Armeni, 2019, p. 168-169). O comentário de Irina sobre a obrigação do alistamento masculino em contraposição ao trabalho voluntário feminino evoca questões discutidas por Woolf, como a questão dos soldados controlados pela máquina patriarcal e bélica, mas ignorantes de suas correntes ao acreditar em uma liberdade ilusória em contraste com as mulheres que tomaram consciência de sua situação e, neste caso, decidiram por si próprias lutar por seu país e por si mesmas. O desejo de provar o contrário daquilo que até então se afirmava, a saber, sua fraqueza e inabilidade para os serviços ditos masculinos, levava-as a posturas rebeldes mas decididas. Ao mesmo tempo em que testavam seus limites, superavam os resultados dos homens e seus próprios, provavam sua capacidade e atuação efetiva a elas mesmas e aos companheiros, provocando sua insatisfação e insegurança e, conseqüentemente, mais inimizades. O orgulho maior era motivado pela exclusividade feminina do regimento: pilotas, navegadoras, armeiras e mecânicas; todas mulheres, unidas e sem nenhuma ajuda masculina, era esse seu pacto (Armeni, 2019).

Armeni (2019, p. 179) registra que, “no início de 1943, as mulheres do [regimento] 588 já não são meninas frágeis, jovens, tímidas e inexperientes que acabaram de sair dos cursos de treinamento.” Desaprendem o condicionamento pelo qual passou sua educação e, conscientes de si e suas aptidões, acumulam experiência e diversas ações bem-sucedidas, com

frequência superando os resultados masculinos. A imagem dessas mulheres se torna então mítica e sobrenatural aos olhos do inimigo (Armeni, 2019), afinal, não seria possível que a mulher “normal” e estereotipada que habita a mente popular fosse capaz de feitos de tal magnitude. Sua perícia na pilotagem, força para carregar bombas e ousadia em ações arriscadas estimulam inclusive a admiração dos companheiros homens do Exército Vermelho e a celebração do regimento feminino que recebeu, devido aos seus êxitos, o título de 46º Regimento da Guarda. (Armeni, 2019, p. 180). As combatentes passam a entoar um hino escrito por uma delas, que exalta na letra, mais do que a Pátria: a atividade conjunta das mulheres do regimento: “Estar na linha de fogo não foi fácil para nós. Meninas, amigas, combatentes, continuem a lutar pela glória do Regimento feminino da Guarda”. (Armeni, 2019, p.181).

O testemunho de Irina acerca da barbárie perpetrada pelos companheiros homens do Exército Vermelho contra as mulheres do inimigo ao utilizar como arma de guerra a violência extrema do estupro demonstra revolta e fúria de alguém que presenciou esses crimes e os viu sendo justificados ou apagados por homens, jornalistas e historiadores. “Comportaram-se como os alemães em terra russa”, declara Armeni (2019, p. 213). Soldados homens sentem-se no direito de tomar não apenas os territórios dos países inimigos e matar sua população, mas possuir também corpos femininos, vistos como território.

Armeni percebe, enquanto recebe o testemunho de Irina,

“palavras e comportamentos que são parte do feminismo radical dos anos 1970. Porque – talvez Irina não saiba – seu regimento praticou o que outras mulheres teorizaram e exerceram quarenta anos depois, embora em situações menos trágicas: a separação dos homens para reencontrarem a si próprias e enfrentarem melhor um mundo que sentiam ser hostil a elas.” (Armeni, 2019, p. 112).

A postura feminista das bruxas, ainda que não fosse assim denominada, provocou significativas transformações, em sua época e nas vindouras.

#### 4.4.4 Mulheres na Resistência

Outra das formas de participação feminina nas guerras minimizada e pouco registrada na História foi a resistência feminina em diversos países, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. A historiadora Judy Batalion, em seu livro *A luz dos dias: a história não contada da resistência feminina nos guetos de Hitler* (2023), recorre ao passado

para resgatar a história desconhecida das mulheres resistentes judias na Polônia, que lutaram de diversas formas em oposição à ocupação nazista. A pesquisa inclui registros documentais esquecidos de fatos, entrevistas e testemunhos das combatentes, além de contato com seus familiares.

Ocupando diversos cargos: enfermeiras, contrabandistas, mensageiras e espiãs, as judias como comunidade agiram em defesa de seu povo, inclusive pegando em armas e combatendo lado a lado aos homens contra os nazistas, que, por vezes pegos de surpresa, exclamavam: “Uma mulher está lutando” ou “Olhem, uma mulher! Uma mulher combatente!” (Batalion, 2023, p. 233). Muitas das atuantes da resistência feminina tornaram-se símbolos míticos, chamadas de “Joanas d’Arc da resistência” (Batalion, 2023, p. 245), referências de coragem, força e determinação, entre elas Renia Kukielka, Zivia Lubetkin, Frumka Plotnicka, Tosia Altman, Vitka Kempner e Chajka Klinger.

Além dos cargos já mencionados, mulheres judias ocupavam ainda outras funções, colocando-se em risco em diversos momentos. Serviam como “agentes de inteligência, batedoras de reconhecimento, capturadoras de suprimentos, transportadoras de armas, sabotadoras, localizadoras de prisioneiros de guerra fugitivos e combatentes efetivas na floresta.” (Batalion, 2023, p. 280-281). Batalion (2023, p. 281) destaca que “os camponeses ficavam chocados quando elas apareciam armadas, com armas e às vezes crianças amarradas às costas.” As judias, assim como as outras mulheres relatadas, provaram sua força e resistência em cada cargo ocupado motivadas por vingança, sentimento de comunidade, salvação própria e dos seus e/ou desejo de provar seu valor enquanto competentes para o trabalho; a desistência não era uma opção para elas. Batalion (2023, p. 294) registra a postura de Vitka Kempner após uma missão bem sucedida: “‘Conseguimos. Os rapazes, não’, disse Vitka, ‘porque eles estavam cansados, e nós também, mas as mulheres são mais fortes do que os homens.’” Segundo a historiadora (2023, p. 294), Vitka achava que as mulheres “eram guiadas por um código moral. Não só eram combatentes tão capazes quanto os homens, como também não desistiam, corriam riscos e raramente inventavam desculpas para fugir das coisas.” O testemunho impressionado do comandante nazista Jürgen Stroop confirma a postura indômita das judias: “Não eram humanas, talvez demônios ou deusas. Frias. Ágeis como artistas de circo. Muitas vezes, atiravam simultaneamente com pistolas em ambas as mãos. Ferozes no combate, até o fim.” (Batalion, 2023, p. 190).

Os testemunhos registrados na pesquisa de Batalion (2023, p. 183) denotam que as combatentes viam na guerra e nos serviços prestados uma “razão para viver”. Foi nesse cenário que muitas delas adquiriram independência, aprenderam a desenvolver funções

inimaginadas para seu gênero antes da guerra e se adaptar a ambientes hostis e uma nova realidade que começara a partir dali. A irmandade e camaradagem entre elas servia de apoio e incentivo para cada tarefa, por mais arriscada que fosse. Aquelas que foram presas em campos de trabalho em sinal de revolta sabotavam ou prejudicavam a produtividade nazista. (Batalion, 2023). Outras, mensageiras ou contrabandistas em funções arriscadas, precisavam esconder sua identidade judia e por vezes disfarçar-se de homens para obter sucesso.

Contudo, o esforço empenhado pelas mulheres resistentes durante o período do conflito foi esquecido e desvalorizado na posteridade, por razões políticas e pessoais. As próprias combatentes, seguindo inconscientemente os preceitos da “sociedade de *outsiders*”, não enfatizavam seu heroísmo como os companheiros homens o faziam, nem recebiam honrarias ou homenagens, não obstante sua contribuição na luta contra os nazistas e no resgate e proteção de inúmeras vidas de judeus. Elas sabiam que não seriam lembradas por seus feitos. Segundo um registro em diário de Odette de Balignières, participante da Resistência: “Nem glória, nem recompensa, nem reconhecimento.” (Quétel, 2009b, p. 205). Outras, de modo divergente e visando transformar a lógica masculina de guerra, exigiam reconhecimento, uma vez que contribuía com a nação da mesma forma que os companheiros homens, mas nem sempre encontravam êxito (Batalion, 2023).

Inúmeras semelhanças são encontradas no livro *As Mulheres do Dia D*, baseado em documentos e escrito pela autora Sarah Rose (2022), a qual narra a atuação das resistentes britânicas e francesas também durante a Segunda Guerra Mundial. Similarmente a outros países em meio a guerra, o recrutamento de mulheres se deu devido à falta de homens na força de trabalho, na indústria de guerra e, neste caso, em operações secretas, como tarefas clandestinas envolvendo espionagem e sabotagem. A aprendizagem se dava por meio da própria ação, uma vez que as mulheres não tinham experiência prévia no cenário bélico. Como destaca Rose (2022, p. 51), ecoando as teorias do condicionamento de meninos e meninas na educação,

enquanto a maioria dos recrutas [...] tinha pelo menos algum conhecimento prévio de guerra e estratégia – que garotinho nunca enfileirou soldadinhos de chumbo sobre um tapete em uma noite fria de inverno ou jogou xadrez com um tio doente? –, as mulheres precisavam aprender todas as noções básicas de movimentos de tropas, sistemas de abastecimento e estratégia de batalha.

Além do despreparo, em alguns casos as mulheres recebiam uma educação superficial no treinamento militar, ficando por sua conta a preparação e adaptação. Contudo, a



disposição de cada uma em provar suas habilidades e capacidades aos colegas e superiores era notável. De acordo com a autora, baseada em registros,

notou-se que as mulheres do curso eram todas atiradoras de primeira. ‘Curiosamente, elas dominaram o tiro com pistola com grande habilidade’, disse o capitão Jepson. Ele viu recrutas mulheres absorverem o coice de uma 45, caírem de costas, ‘se levantarem, atirarem novamente e caírem de costas. Era esse o grau de determinação delas.’ (Rose, 2022, p. 50-51).

O sentimento de irmandade era presente também nesses grupos de mulheres. Rose (2022, p. 226) registra que,

por mais singulares que fossem suas vidas e histórias, o que impressionou Odette [uma das protagonistas do relato da autora] foram as semelhanças, os motivos pelos quais haviam mergulhado na espionagem. ‘Todas nós tínhamos a sensação, no começo, de que seríamos... úteis.’

Tal perspectiva, a de que seriam úteis, é partilhada por muitos dos grupos de mulheres que participaram da guerra, segundo os testemunhos registrados. As mulheres da resistência atuaram em paralelo à Sociedade de *Outsiders* de Woolf. Ao utilizar os próprios meios e possibilidades e negar honrarias, em contraste aos seus correspondentes masculinos, contribuíram para o fim da guerra.

#### 4.4.5 Mulheres Livres e a Guerra Civil Espanhola

Mulheres Livres foi o nome dado à organização de mulheres espanholas anarquistas que, não satisfeitas com as ações excludentes do movimento anarquista espanhol, decidiram criar seu próprio movimento e reivindicações, no contexto iminente da Segunda Guerra Mundial e em meio à Guerra Civil Espanhola, à qual Virginia Woolf faz referência mais explícita em *Três Guinéus*. Para este tópico do trabalho, a base é a pesquisa da cientista política americana Martha A. Ackelsberg (2019) publicada em livro e denominada *Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola*.

A organização foi criada em 1936 por grupos de mulheres de Madri e Barcelona reivindicando a libertação das mulheres do que elas chamavam de tripla escravidão, ecoando muitas das percepções de Woolf: “a escravidão da ignorância, a escravidão como mulher e a escravidão como trabalhadoras.” (Ackelsberg, 2019, p. 31). Logo, as reivindicações eram em torno da educação de mulheres e de condições dignas de trabalho. As mulheres do grupo não

se definiam como feministas, por considerar o movimento, assim como Woolf, limitado e fechado e, também em concordância com a escritora inglesa, viam a importância de a luta por uma revolução social ser trilhada junto aos homens, mas por meio de uma organização própria para elas.

O termo “empoderamento”, bastante enfatizado e que atualmente é alvo de interpretações errôneas e desgaste semântico – assim como o termo “feminismo” na visão de Woolf –, era visto, aos olhos da Mulheres Livres como um movimento da coletividade, do qual dependeria a evolução individual e, por consequência, a libertação das mulheres. Dessa forma, a militância em prol de oportunidades e condições melhores de educação e trabalho era prioridade para a organização. O movimento propunha a importância da criação de uma nova sociedade por meio de uma nova realidade (Ackelsberg, 2019, p. 95), assemelhando-se à conclusão de Virginia Woolf em *Três Guinéus*: a transformação social como um todo para que haja a emancipação de ambos os gêneros.

O empenho do movimento em instituir programas de formação educacional e técnica para mulheres não instruídas contribuiu para a capacitação e inserção delas na força de trabalho em diversos cargos. De acordo com Ackelsberg (2019, p. 268),

a vergonha que sentiam de seu ‘atraso cultural’ impedia que muitas mulheres se comprometessem ativamente com a luta pela transformação revolucionária. A alfabetização seria um instrumento para desenvolver a confiança em si mesmas e para ampliar sua participação.

A capacitação delas, portanto, além de servir como meio de independência e libertação próprias, contribuiria de maneira positiva para ganhar a guerra e para o fim desta, pois, como pregou Woolf em todo seu ensaio, mulheres instruídas poderiam se tornar participativas em assuntos políticos e influenciar ativamente a guerra. A libertação da tripla escravidão mencionada também as capacitaria para uma ordem social mais justa. (Ackelsberg, 2019, p. 268).

Percebe-se, assim, que o acontecimento da Guerra Civil trouxe consigo transformações no meio social e oportunidades novas às mulheres, junto, previsivelmente, de limitações às suas realizações. Ocupação de cargos vagos na força de trabalho com a ida dos homens ao front, mas com salários baixos e condições precárias, obstáculos em sua inserção social, preconceito e hostilidade do gênero oposto frente à sua ascensão social. O tirano do mundo público que a hostiliza no trabalho se personifica também no homem que deve servir na volta para casa: o marido que exige as tarefas domésticas cumpridas e o jantar pronto.

(Ackelsberg, 2019, p. 142). A autora disserta acerca desse desafio adicional no processo de empoderamento e independência das mulheres: o enfrentar e confrontar a oposição masculina frente a qualquer avanço delas - ou a fixação infantil, como discorreu Woolf -, presente em qualquer esfera, seja pública ou privada. O “pertencer a si mesmas”, defendido pela organização Mulheres Livres, seria a solução para esse problema, pois só com autoconsciência, livre-arbítrio e igualdade de direitos as mulheres seriam plenamente livres em uma sociedade livre a ser construída lado a lado com os homens.

Com o início do conflito que se tornaria a Guerra Civil, em julho de 1936, o povo tomou as ruas em rebelião e também mulheres participantes de milícias populares empunharam armas e participaram ativamente da luta. Testemunhos femininos declaram a consciência social e política como motivadora para lutar pela revolução. Ainda que no início as atividades ocupadas eram aquelas de apoio e tradicionalmente femininas, houve mulheres lutando no front ao lado dos homens. Contudo, segundo a autora, baseada nos testemunhos e em estudos sobre o período, as milicianas não eram encorajadas a pegar em armas e nunca foram de fato aceitas pela sociedade uma vez que, para a nação, a mulher que representava a resistência feminina na guerra era aquela que havia permanecido no front doméstico. As mulheres soldados eram ainda alvo de zombarias e desvalorização, acusadas de prostituição por terem ido ao front majoritariamente masculino (Ackelsberg, 2019).

Ackelsberg (2019, p. 226-227) enfatiza a perspectiva considerada neste trabalho ao comentar a falácia de que mulheres seriam mais pacíficas do que os homens e, por isso, incompatíveis com a atividade bélica: “as mulheres não eram por natureza mais afeitas à paz do que os homens, assim como os homens não eram mais agressivos por natureza. Ambos os temperamentos eram produtos de um condicionamento social”, imposto pela dominação masculina. A autora acrescenta: “o único modo de acabar com a dominação masculina sobre as mulheres era considerá-la parte da luta mais ampla para acabar com todas as formas de dominação.” Ackelsberg evoca, assim, também a luta de classes, ao levar em consideração as vivências opostas entre mulheres ricas e pobres.

Outro aspecto destacado pela cientista política é que as mulheres que foram mobilizadas para o trabalho em fábricas no período da Guerra Civil não estavam, em um primeiro momento, desafiando a tradição e a divisão sexual do trabalho, mas labutando em troca de um salário para seu sustento e de sua família, momentânea ou permanentemente sem os membros masculinos. O trabalho conjunto e compartilhado com outras mulheres nas fábricas, no entanto, em circunstâncias similares, produziu efeitos positivos para seu progresso (Ackelsberg, 2019). O movimento de transformação do coletivo em uma

comunidade proporciona o desenvolvimento da consciência crítica e de mudanças sociais, fórmula comum na história do feminismo e nos movimentos feministas atuais.

#### 4.4.6 Nazistas temidas

O caso das mulheres nazistas constitui um exemplo divergente dos demais aqui utilizados. A base para a discussão é a obra *As Mulheres do Nazismo*, da professora e pesquisadora Wendy Lower (2014), que traz à tona, por meio de seus estudos em arquivos de guerra (do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos), a participação das mulheres alemãs na Segunda Guerra Mundial, que vai além da inocência da esposa e mãe. Parte das mulheres alemãs não são caracterizadas como heroínas ou “boas moças”, mas entendidas como carrascas que cometeram atrocidades junto dos homens. Não há, com essa menção, o objetivo de justificar as ações e crimes atrozes cometidos por tais mulheres, mas tão somente refletir acerca de seu contexto de atuação em paralelo com os casos de outras mulheres e as teorias defendidas por Virginia Woolf.

Uma das alegações mais recorrentes entre as alemãs nos arquivos de interrogatórios colhidos após a guerra foi a justificativa de sua participação ao responder seus desejos interiores de provar seu valor para os homens. A autora comenta como o despertar racial incitado por Hitler foi também um despertar político para as mulheres, que passaram a esperar mais da própria vida, querendo ser alguém além de esposas e mães, algo revolucionário para o contexto de meados do século XX.

No período de guerra, os limites entre frente doméstica e de batalha anuviaram-se, permitindo que as mulheres fossem inseridas em diversas funções, desde servidoras da Cruz Vermelha (640 mil mulheres treinadas) até outras funções de apoio, servindo ao Exército alemão (500 mil mulheres treinadas) (Lower, 2014, p. 18-19). Assim, elas alternavam seus papéis entre um front e outro. Muitas já eram esposas de homens em posição de poder.

A força de trabalho feminina foi requisitada, visto que a masculina estava majoritariamente nos campos de batalha. As mulheres passaram a ocupar indústrias, escritórios e hospitais; eram uma força de trabalho barata, a quem pagavam menos. Ainda que exploradas pelo sistema, as jovens, em grande número solteiras, perceberam as novas oportunidades de trabalho como uma fuga das ocupações tradicionais e domésticas. Sua inserção no mundo público foi recebida de forma negativa por parte dos tiranos que as dominavam, sob argumentos de que as mulheres estariam “roubando os empregos dos

homens, enfraquecendo as tradições da família e ‘deixando de cumprir suas obrigações de mães da nação’”. (Lower, 2014, p. 74). Percebe-se, nesse contexto, aquele “sentimento exacerbado” do qual falou Virginia Woolf, que surge frente à admissão das mulheres no mundo público: a fixação infantil e sua conversão em tabus.

A educação alemã condicionava as meninas ao sentimento de dever patriótico e nacionalista da mesma forma que condicionava os meninos. O dever delas tradicionalmente, no entanto, refletia no papel doméstico e materno da mulher, tão prezado e reconhecido por Hitler. Enquanto os homens eram os heróis do campo de batalha, as mulheres era igualmente heroínas no “front doméstico” concebendo filhos alemães. Quanto maior o número de filhos, maior sua contribuição para a “higiene racial” proposta por Hitler. Logo, as carreiras disponíveis para as mulheres eram limitadas pelo Partido Nazista, até o verão de 1941, no qual serviços femininos foram requeridos devido à escassez de homens na força de trabalho. Ainda assim, a elas não era permitido o ingresso em profissões de prestígio, como no setor Judiciário e no de Direito, independentemente de seu nível de escolaridade e desempenho (Lower, 2014). Sobravam então as funções subalternas e auxiliares.

Lower disserta acerca da metodologia do que ela chama de regimes do terror, que utilizam o idealismo de pessoas jovens transformando-as “em obedientes células de movimentos de massa, forças paramilitares e até perpetradoras de genocídio.” (Lower, 2014, p. 27). A perspectiva da pesquisadora ao descrever os jovens alemães como “deformados” por esse sistema ressoa a forma como Woolf os descreveu no momento em que passam pela máquina patriarcal: monstros. Lower acrescenta, no entanto, que esse efeito também é provocado nas jovens mulheres que possuem ideais semelhantes aos homens. Em paralelo à imagem do soldado como herói, a função de enfermeira, uma das principais ocupadas por mulheres, era exaltada para maior mobilização das jovens, e as virtudes esperadas, as mesmas dos soldados: sacrifício, disciplina e lealdade (Lower, 2014, p. 56-57). A idealização da mulher e suas virtudes enquanto cuidadora refletiam na figura de enfermeiras, professoras e parteiras.

O anjo do lar, do qual falava Woolf em seu ensaio *Um teto todo seu*, reaparece no cenário de guerra, na profissão de enfermeira, agora sob novo apelido. Nas palavras de Lower (2014, p. 56),

Na cultura militarista da Alemanha, esperava-se que o “anjo da casa” abrisse suas asas na guerra para trazer ordem, higiene e cuidados maternos aos soldados doentes nos hospitais de campo. De fato, os soldados apelidaram essas enfermeiras, com longos vestidos brancos e toucas com abas pulando de leito em leito, de “anjos do front”.

Independentemente das circunstâncias e dos cargos ocupados, a guerra foi vista como “oportunidade profissional e experiência libertadora” (Lower, 2014, p. 21) para jovens alemães em busca de ascensão e fuga das atividades tradicionais. Em diálogo com as afirmações de Woolf acerca das diferenças entre irmãs e irmãos, Lower descreve duas enfermeiras jovens vindas de fazendas que, ao perceberem que não seriam herdeiras das propriedades da família, uma vez que estas seriam herdadas apenas pelo irmão mais velho, decidiram partir em busca de uma profissão para garantir seu futuro (Lower, 2014, p. 58).

A questão que permeia toda a reflexão retorna mais uma vez: o que as teria motivado? A autora elenca que “algumas iam atrás de parceiros convenientes para uma escalada social, outras desejavam realizar seus objetivos ideológicos recém-descobertos, e algumas queriam viver uma aventura libertadora. Muitas desejavam tudo isso.” (Lower, 2014, p. 74). Mais uma vez o discurso de Woolf (2019a, p. 148) ecoa ao tentar expressar aquilo que mulheres de forma geral cerceadas desde tempos remotos desejavam. Segundo ela: “Todas desejavam... mas que palavra pode resumir, sozinha, a variedade de coisas que elas desejavam, e tinham desejado, consciente e inconscientemente, por tanto tempo?” Lower (2014, p. 91) destaca ainda que, enquanto para algumas a ida para a ocupação nazista no Leste foi árdua e difícil, para outras “era uma entusiástica passagem para a fase adulta, que lhes dava liberdade de autorrealização.” Segundo relatos de uma enfermeira que teve a oportunidade de atuar como soldado: “o Leste foi seu lugar de Libertação.” (Lower, 2014, p. 92). Erna Petri, perpetradora de crimes de guerra, na ocasião de seu testemunho, “atribuiu suas ações às circunstâncias da época.” Justificou que, enquanto uma jovem inexperiente e esposa de um oficial da SS (Schutzstaffel), “não queria ficar atrás dos homens da SS. Eu queria mostrar a eles que eu, como mulher, podia me conduzir como um homem. Então matei quatro judeus e seis crianças judias.” (Lower, 2014, p. 169). As voluntárias ao trabalho como guardas<sup>17</sup> dos campos femininos de concentração viam “os locais de extermínio em massa como lugares de emprego e oportunidade.” (Lower, 2014, p. 33). Um oficial alemão chegou a reclamar que muitas das mulheres que iam para o Leste, não iam “a serviço do Reich, mas a serviço de si mesmas.” (Lower, 2014, p. 249). Apesar das funções ocupadas ou de suas motivações, um mesmo fato as ligava: faziam todas parte do regime nazista, não de um grupo

---

<sup>17</sup> Segundo Lower (2014), pelo menos 35 mil mulheres foram treinadas para a função de guardas dos campos de concentração; a maior parte delas em Ravensbrück, o maior campo exclusivamente feminino da Alemanha.

vitimado e totalmente inocente; a mobilidade social ocasionada pela guerra trouxe consigo um preço caro: a participação na barbárie perpetrada. (Lower, 2014, p. 112-113).

Baseada em estudos recentes, também Wendy Lower em seu estudo desmistifica a ideia de que a violência aparentemente menos visível na mulher do que no homem se deve a características biológicas e reitera o papel do condicionamento gerado em cada um. Segundo ela (2014, p. 174),

homens e mulheres podem ter igual medida de traços emocionais e potencialmente causadores de comportamentos violentos, como impulsividade e falta de empatia, mas as mulheres em geral são condicionadas para ser socialmente menos agressivas. A expressão de traços que podem pressupor violência é influenciada por outras experiências socioculturais de um determinado tempo e lugar, como a educação e a criação.

Vale destacar, como lembra a autora, que a “empatia resulta de uma educação com socialização moral”, não com disciplinas rígidas e autoritárias, baseadas em punição. A era nazista educou e doutrinou suas crianças e jovens em lares autoritários, o que, por consequência, não incitou sentimentos empáticos. O resultado disso pode ser um “pensamento estereotipado, submissão à autoridade e agressão a estranhos e diferentes.” (Lower, 2014, p. 174).

Logo, a educação alemã e o ambiente bélico despertaram emoções e comportamentos violentos que, na vida adulta, foram colocados em prática por homens, tradicionalmente, mas também por mulheres, aqui destacadas. A educação autoritária alemã para jovens moças evidencia aqueles que Woolf nomeia de ditadores; no mundo público oprimidas pelo déspota Führer, enquanto que no mundo privado a opressão advém do pai e do marido; as figuras autoritárias que, como descreve Lower (2014, p. 175), “modelaram a vida delas em diferentes estágios.” Quando Woolf defende a educação como uma ferramenta que formará pessoas dispostas a evitar a guerra, seu receio é justamente que a forma como essa educação seja aplicada, como comumente foi aos rapazes, incentive o oposto. A educação autoritária alemã aqui citada é o exemplo mais vívido do tipo de educação que Woolf aconselha a evitar, pois esta incita a superioridade, a fome de poder e a competição, que por sua vez, estimulam a postura favorável frente à guerra.

Lower (2014, p. 150) destaca ainda que o crescimento da violência de mulheres durante o Reich e a revolução sexual se entrecruzam, em um contexto que questionou as definições de casamento, procriação e feminilidade. A autora dialoga com o pensamento de

bell hooks acerca do que comumente se prega relacionado à violência feminina. De acordo com ela:

Supor que a violência não é uma característica feminina, e que as mulheres não são capazes de assassinato em massa, tem um apelo óbvio: dá esperança de que pelo menos uma metade da raça humana não vai devorar a outra, que vai proteger crianças e, assim, salvaguardar o futuro. Mas minimizar o comportamento violento das mulheres cria um falso escudo contra uma confrontação mais direta com o genocídio e suas desconcertantes realidades. (Lower, 2014, p. 172).

O registro da presença ativa de mulheres alemãs na atividade bélica e barbárie nela envolvida contradiz a falácia do pacifismo como uma característica inerentemente feminina. Lower (2014, p. 174) dialoga ainda com Hannah Arendt ao mencionar a violência como instrumento essencial para movimentos totalitários e a obtenção do poder. O fascínio do poder pode atingir os gêneros por igual. As alemãs trabalhadoras na guerra, cúmplices ou perpetradoras, ao vivenciar momentos de poder e superioridade frente a outras pessoas e raças, agiam de modo a manter sua posição. Apesar de todo o treinamento que tiveram no regime nazista, esperava-se que, fora da guerra, as mulheres não fossem violentas ou assassinas. Segundo a pesquisadora, “aquelas que mataram aproveitaram a ‘oportunidade’ para fazer isso dentro de um ambiente sociopolítico fértil, na expectativa de recompensas e afirmação.” (Lower, 2014, p. 65).

Outras, no papel de leais esposas, funcionavam aos seus maridos exatamente como detalhado por Woolf em sua analogia do espelho. Lower (2014, p. 185) esclarece: “como espelhos, as mulheres ampliavam os sentimentos de poder e superioridade dos homens ao mesmo tempo que defletiam a face do mal.” Inclínadas a contribuir para a constância do lugar de poder de seu cônjuge, e por conseguinte, do seu, apoiavam-no incondicionalmente, incentivavam crimes, acobertavam ações imorais e tornavam-se cúmplices de todo o sistema. Muitas esposas de alemães, de acordo com a pesquisadora, não viam outras possibilidades além de continuarem casadas e eram “frequentemente gratas só por *ter* um marido, dada a luta de tantas viúvas de guerra para alimentar os filhos.” (Lower, 2014, p. 185, grifo da autora).

Wendy Lower ressalta as características masculinas adotadas por mulheres do exército, que funcionavam como uma explicação de seus atos atroz; posturas e vestimentas masculinas no cenário de guerra, bem como a utilização de armas e chicotes pareciam condicioná-las ao “serviço de homem”. A maleabilidade com que entravam nesse papel e saíam dele para retornar ao de mãe e esposa é sugerida pela autora como uma espécie de mutação (Lower, 2014), similar ao processo de homens se tornando monstros, como teoriza



Woolf. Muitas das alemãs compreenderam os objetivos de aniquilação do inimigo pelo partido nazista somente depois de ingressarem em suas funções. Parte delas optou por se distanciar, outras prosseguiram motivadas por suas ambições.

Seguindo a lógica de Woolf, no caso dessas mulheres nazistas, cúmplices e perpetradoras, se muitas delas tivessem hipoteticamente tido maior acesso às mais variadas profissões e cargos antes do contexto da guerra, além de uma educação formadora para a vida pública, sua participação e colaboração com a guerra possivelmente não teria a mesma incidência que na realidade teve. Ainda, pode-se perceber, de acordo com os relatos apresentados, que a ocasião da guerra como uma oportunidade para encontrar oportunidades, até então escassas, induziu muitas delas ao cenário bélico, independentemente das consequências morais e éticas e da fatalidade advinda de várias de suas ações a terceiros.

A mídia, como nos casos anteriores, escondeu ou distorceu a realidade da atuação feminina alemã. As alegações nos julgamentos dessas mulheres por seus crimes de guerra no pós-guerra incluíam o dever, as obrigações nacionalistas, a falta de oportunidades, o fato de não haver outra escolha e o desejo de provar suas capacidades aliado à juventude como momento de ambições, ingenuidade e influenciabilidade, propício para o condicionamento fascista. Lower destaca, além disso, a forma deturpada como elas foram apresentadas no cinema ou pela imprensa; seu comportamento justificado por desvios sexuais e emoções irracionais, não por suas aspirações pessoais, como de fato revelam a maioria dos casos (Lower, 2014).

#### 4.5 PÓS-GUERRAS

Por mais diversas que tenham sido as circunstâncias para as mulheres que atuaram em guerras, um fato comum em suas experiências é o momento posterior a elas. Claude Quétel (2009a, 2009b) traça um histórico das mulheres na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais em sua obra *As Mulheres na Guerra*. De acordo com ele, ainda que a Primeira Guerra já houvesse mobilizado mulheres para o mundo público por necessidade, seu fim e o período entreguerras resultou no retorno delas ao lar. O historiador brasileiro Rodrigo Trespach reitera essa informação ao discorrer acerca do “Ato de Restituição das Práticas de Pré-guerra” no Reino Unido, que demitiu em massa as mulheres que ocuparam cargos masculinos durante a guerra ou as transferiu para funções menores e mal pagas em fábricas para que os soldados pudessem retornar aos seus cargos e lugares de prestígio. Na Alemanha,

em situação similar, elas precisaram assinar um contrato comprometendo-se a abandonar os cargos tão logo os homens retornassem. (Trespach, 2018, p. 164). A Segunda Guerra Mundial mobilizou um número ainda maior de mulheres para as funções públicas e cargos no meio bélico. O fim desta, no entanto, teve efeito semelhante.

Quétel detalha o retorno dos homens literal e figurativamente; retornam para seus cargos e para o poder. As mulheres que em larga escala haviam ocupado vários círculos sociais além da chefia da casa agora não mais são necessárias e se veem na aflição de também retornar para seus papéis passivos de mãe, esposa e dona do lar, sob os argumentos tradicionais de sua natureza materna e frágil. Aquelas que personificaram a figura de *Rosie* nas fábricas também são destituídas de seus cargos. Michelle Perrot (2005, p. 314) salienta como “estas mulheres que se encontraram têm dificuldade em voltar pura e simplesmente para casa.”

Além de enfrentar o retorno à realidade anterior, havia ainda a hostilidade masculina frente à nova postura adotada por parte das mulheres: a de resistência, competitividade e insistência em prosseguir de alguma forma na esfera pública, fato que representaria uma ameaça aos postos ocupados por eles e a seus salários. Essa ocorrência é registrada por vários dos pesquisadores de guerra evocados nesta pesquisa, a saber: Friedan (2020), Armeni (2019) e Rose (2022). Mais uma vez, agora no pós-guerra, a fixação infantil vem à tona e, junto dela, aquele animal feio e perigoso do qual falou Woolf (2019a, p. 63), “erguendo sua horrível cabeça, cuspidando seu veneno”: o ditador. “E não é a mulher que tem que respirar esse veneno e combater esse inseto, secretamente e sem armas, em seu escritório, combatendo os fascistas e os nazistas tanto quanto aqueles que o combatem com armas, sob os holofotes da atenção pública?”, acrescenta a autora, ao descrever a posição da mulher e a outra guerra que ela precisa enfrentar.

As mulheres que atuaram no cenário bélico são esquecidas na volta para casa. São abraçadas e incluídas nos festejos apenas como espectadoras da jornada heroica masculina. Ignora-se que agiram e lutaram ao lado dos homens. A glória é masculina. De acordo com Quétel (2009b, p. 219), as resistentes francesas, por exemplo,

participam de seu próprio esquecimento, minimizando muitas vezes seu papel: ‘Eu não tenho nada de heroína’, ‘Eu só desempenhei um papel muito modesto’. Sempre que as mulheres dizem ‘eu’, na realidade, dizem ‘nós’. Elas não se institucionalizam (...). Elas não se empenham, como o fazem, pelo contrário, seus companheiros homens, em construir memória.

Condicionadas pela educação tradicional a priorizar a modéstia, o recato e a despretensão, agem como *outsiders* que não deveriam atuar visando honrarias e reconhecimento e, possivelmente dessa forma, negando a cooptação pelo sistema a que estariam sujeitas. Paradoxal é que, minimizando seu próprio papel como coadjuvantes, contribuem para seu apagamento e, conseqüentemente, cooperam de outra forma com o sistema.

A mídia, além disso, também contribuiu para o apagamento de seu papel na guerra. A imagem do marido e pai heroico e protagonista se sobrepõe à da esposa passiva que permanece no lar. “Assim, a mulher, que teve e soube tomar o lugar do homem durante a guerra, retorna no cinema como na vida real, ao ponto de partida de antes da guerra.”, conclui Quétel (2009b, p. 219).

Em toda parte, mulheres de uniforme são desmobilizadas e obrigadas a voltar ao lar e à vivência opressiva do passado. Uma espécie de lamentação delas frente ao fim da guerra é percebida em diversos dos casos pesquisados, o que não significa literalmente uma postura a favor da guerra, mas sim das circunstâncias e possibilidades encontradas em seu contexto e o posterior descontentamento em retornar a uma vida cerceada depois de conhecer certa liberdade e o nível de suas próprias capacidades. Acerca das canadenses, Quétel (2009b, p. 220) comenta sobre o lamento com o fim da camaradagem criado entre elas,

são também da opinião de ‘terem sido jogadas fora depois de usadas’. ‘A libertação me deprimiu muito, pois todos se preocupavam comigo durante tantos anos. Era triste voltar ao país e ouvir dizer que não tinham mais necessidade de mim’, testemunha Lorna Stanger, fotógrafa militar. ‘Tive dificuldade em me readaptar à vida civil’, diz por sua vez Edna Dunlop, ‘e tinha saudades do meio militar, que realmente me fazia falta; gostava muito de estar em uma multidão de gente, de fazer parte de um grupo.’

A anarquista espanhola Concha Pérez, que esteve no front atuando na Guerra Civil, relata como a vida civil parecia vazia depois de ter vivenciado a intensidade no campo de batalha e decidiu voltar para o front enquanto ainda era possível. (Ackelsberg, 2019, p. 180).

Nos Estados Unidos, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ainda que a maioria das mulheres tenha voltado para casa em uma espécie de recolhimento pessoal, causada pelo que Betty Friedan (2020) chamou de “mística feminina”, outras insistiram em uma garantia de reemprego. A data histórica de 17 de junho de 1948 marcou como lei o “ato de integração das mulheres nas forças armadas”. (Quétel, 2009b, p. 221).

Além do constante preconceito de que foram alvo, as mulheres que participaram do esforço de guerra foram acusadas de “mães desleixadas”, que rejeitaram seus filhos e o lar

para lutar na guerra. Foram responsabilizadas ainda por atos de adolescentes delinquentes, adultérios e divórcios, como se o momento bélico conturbado em nada influenciasse as circunstâncias.

Svetlana Aleksiévitich registra, a partir dos testemunhos do pós-guerra, que muitos dos companheiros de front das jovens soviéticas chegaram a reconhecer a competência delas e admirá-las durante o período da guerra. Entretanto, no pós-guerra, mostraram-se indiferentes. Valentina Tchudáieva, comandante de canhão antiaéreo, comenta sobre a postura masculina: “Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; já para nós, olhavam com outros olhos. Era completamente diferente... [...] tomaram a vitória de nós. [...] não dividiram a vitória conosco.” (Aleksiévitch, 2016, p. 156). A sociedade apresentou uma postura negativa e hostil em relação àquelas que participaram da guerra. Essa recepção destoava daquela oferecida aos homens, enaltecidos como heróis e dignos de honrarias. Além do não reconhecimento, foram rejeitadas de várias maneiras, inclusive por outras mulheres, que as condenaram como imorais e acusaram-nas de ir para o front com o objetivo de seduzir seus maridos. A visão de que não eram mulheres “para casar” ou que eram masculinas, visto que sua atuação na guerra descaracterizou seu gênero, pois não seria essa uma atividade feminina, influenciou o futuro de muitas delas. “Depois da guerra ainda tivemos mais uma guerra” (Aleksiévitch, 2016, p. 388); é assim que Tamara Umniáguina descreve como o horror comum, físico e psicológico na vida daqueles que retornam da guerra era sentido em dobro pelas jovens frente à reação da sociedade.

Também as Bruxas da noite, assim como as mulheres que atuaram em terra firme em diversas funções, partilharam experiências similares no pós-guerra. Uma espécie de “desmobilização” das combatentes iniciou-se logo após o fim da guerra. A elas foi sugerido esquecer tudo o que haviam experienciado, além de outros conselhos das autoridades: “não se vangloriem em seu futuro trabalho, não falem dos serviços prestados; deixem que sejam os outros a fazê-lo por vocês. Será melhor.” (Armeni, 2019, p. 226). O incentivo do “esquecimento” foi direcionado a toda a população pelo presidente da República dos Soviéticos: precisavam apagar da memória

aquilo que a nação havia sido forçada a aceitar durante o conflito: famílias abandonadas por mães e esposas que não puderam ocupar-se do marido e dos filhos, homens obrigados a dividir com as mulheres os perigos e as glórias de uma guerra que, até então, havia sido apenas deles. (Armeni, 2019, p. 226-227).

As mulheres que combateram não poderiam ser lembradas ou reconhecidas por seus atos de bravura como historicamente ocorrera com os homens. Sua participação, não obstante seus resultados efetivos, tornou-se alvo de desvalorização e uma ameaça àqueles que sempre figuraram no papel de protagonistas. O argumento da falta de capacidade ou fraqueza não mais podia ser empregado depois de tudo o que fora demonstrado pelas jovens nos campos de batalhas. Logo, o apelo era para a normalização da sociedade: elas deveriam retornar a servir à pátria em seu papel tradicional: mães e esposas e não mais se sujeitar aos trabalhos exaustivos que eram destinados aos homens, uma vez que já tinham se dedicado o suficiente. Foram tratadas afetivamente para atenuar e mascarar o óbvio: os homens não precisavam mais delas ali. Poderiam voltar a servi-los no lar e devolver a eles o papel exclusivo de soldados e heróis da pátria. Poderiam ser esquecidas, por eles, pelo restante da população e pela história.

Armeni (2019, p. 235), debruçada em sua pesquisa nas memórias de Irina, relata que esta, quando recorda o passado, percebe um paradoxo sobre o qual também o presente trabalho se dedica a refletir: “o tempo de guerra foi duro e terrível, mas, no fim das contas, foi mais fácil. Naqueles anos tivera tudo ou quase tudo. Alimentos, roupas, horários, tarefas, amigas, superiores e, principalmente, uma função e um projeto ao qual se dedicar.” O cenário da guerra propiciou diferentes perspectivas para homens e mulheres, e seu fim do mesmo modo. Irina declara: “O retorno à paz me causa medo” (Armeni, 2019, p. 236), porque paz entre as nações no contexto do pós-guerra não significou que também a paz entre os gêneros tenha se firmado. Foi o contrário que se mostrou real.

Na Alemanha Nazista, o argumento do esquecimento também foi aplicado à participação feminina. “Uma mulher ter se comportado como homem, atirando com a pistola, estalando o chicote, cavalgando pelos campos de morte da Polônia e Ucrânia e usando calça comprida e cabelos curtos, era algo impensável para a maioria.”, disserta Lower (2014, p. 190). As mulheres atuantes no sistema nazista eram um lembrete odioso do fracasso do regime e, por isso, a restauração de sua figura feminina e maternal tão prezada no país fez-se urgente no pós-guerra. Lower (2014, p. 162) destaca ainda como a derrota e o retorno à normalidade significaram para as alemãs “ambições frustradas, sonhos irrealizados e futuro incerto.”

Judy Batalion (2023) contribui para essa discussão ao abordar o porquê do esquecimento também das resistentes judias na Polônia e a exclusão de sua participação nas narrativas de guerra, que incluía, além da morte de parte delas e a não possibilidade de testemunhar suas versões, razões políticas e sexistas. Garotas que atuavam na clandestinidade minimizavam suas próprias funções e conquistas. Em outros casos, foram silenciadas ou

tiveram seus escritos e testemunhos censurados, julgadas de mentirosas e insanas e alvo de desprezo de parentes próximos, que “as acusavam de terem fugido para lutar em vez de ficar para cuidar dos pais; outras foram acusadas de ‘pagar na cama pela própria segurança’.” (Batalion, 2023, p. 488). Essa reação colaborou para que as resistentes reprimissem suas emoções e escondessem suas experiências de guerra para evitar julgamentos opressores. Não havia reconhecimento da população após sua volta, e elas tampouco o buscavam. Havia ainda aquelas atormentadas pelo que Batalion chama de culpa da sobrevivente, já que tiveram que lidar com mortes de tantos conhecidos e familiares. O momento de libertação se mostrou um dos mais difíceis para as jovens guerrilheiras. A historiadora (2023, p. 490) detalha:

Essas jovens mulheres eram adultas de 20 e poucos anos que não tinham casa e haviam perdido a infância, que não tiveram a chance de estudar e de se preparar para uma carreira, que não tinham redes familiares normais e cujo desenvolvimento sexual fora muitas vezes inexistente, traumático ou profundamente intensificado. Muitas dessas mulheres – sobretudo as que não aderiram a filosofias políticas fortemente instituídas – simplesmente não sabiam para onde ir, o que fazer, quem ser, como amar.

Batalion cita como exemplo a jovem Faye Schulman, que registrou, após a libertação, que esta não funcionou como símbolo de vitória e alegria como ocorreu com a maioria. Para ela e suas companheiras, foram a tristeza, a solidão e o medo que as dominaram nesse período. O fim da guerra esperado por todos tinha significados opostos para Faye. Segundo ela,

Quando a guerra acabasse, eu teria um lugar ao qual sentisse que pertencia? Quem esperaria por mim na estação de trem? Quem celebraria comigo? Para mim, não haveria desfile de boas-vindas, nem tempo de chorar os mortos. Se eu sobrevivesse, para onde voltaria? Minha casa e minha cidade tinham sido reduzidas a cinzas, as pessoas, assassinadas. Eu não estava na mesma situação que os camaradas à minha volta. Eu era judia e mulher. (Schulman, 1995, p. 188-189 *apud* Batalion, 2023, p. 490-491).<sup>18</sup>

Esse mesmo tom é captado por Sarah Rose (2022, p. 260) em seu similar estudo da resistência feminina francesa ao citar o testemunho de Lise de Baissac: “‘Eu estava voltando rumo ao nada. Não tinha uma casa, não sabia o que [...] ia fazer no futuro.’” Também a experiência de Odette Samsom é descrita, esta que “chegou à França numa maré de descontentamento; nenhuma parte de seu treinamento a havia preparado para a indignidade do retorno ao lar.” (Rose, 2022, p. 107).

---

<sup>18</sup> SCHULMAN, Faye. **A Partisan's Memoir: Woman of the Holocaust.** Toronto: Second Story Press, 1995.

Ao fim da guerra, a diferença de tratamento dos gêneros acentuou-se ainda mais. As resistentes que haviam ocupado funções iguais às dos homens não recebiam o devido reconhecimento. A justificativa era a de que elas não eram “tecnicamente soldados”, por isso não deveriam receber honrarias militares, apenas condecorações simbólicas. Além disso, a desigualdade era assegurada por seus cargos e funções mais baixos, assim como as pensões de guerra recebidas. Em síntese, as mulheres “não eram elegíveis para o reconhecimento militar.” (Rose, 2022, p. 257). Contudo, sua participação na guerra ultrapassou as linhas imaginárias que demarcavam seus limites e contribuiu para a quebra de tabus em relação a seu gênero. Rose (2022, p. 259) conclui que “a ‘guerra total’ de 1939-1945 foi uma força modernizadora na história das mulheres em todos os níveis da sociedade [...]. Foi um motor de mudança social.” Observa, no entanto, que parte das mudanças econômicas e sociais não representaram uma transformação permanente, uma vez que o retorno dos homens à normalidade correspondeu também ao retorno das mulheres às funções anteriores, domésticas ou em cargos menores.

Ackelsberg (2019) também percebe como a guerra e a revolução ofereceram oportunidades para mulheres na participação social, mas também restringiram ou minaram muitas de suas conquistas. Apesar disso, Quéstel (2009b) constata que – e este é o ponto chave –, mesmo com o retorno imposto pelas guerras e, apesar delas, uma nova percepção agora se fazia presente, decorrente das novas experiências vivenciadas. A impossibilidade de um retorno total à passividade anterior à guerra é percebida na postura daquelas que voltaram. O autor observa, quanto às americanas, por exemplo, que mesmo que

em sua maioria continuem a definir-se como mães e esposas, quase todas que contribuíram no esforço de guerra julgarão, quando forem interrogadas nas sondagens de opinião, que o resultado imprevisto dessa mudança de vida foi de transformar sua visão de si próprias, de ter mais confiança em si, de ‘sentir-se menos pequenas.’ (Quéstel, 2009b, p. 222).

Uma vez que os papéis ocupados por mulheres na guerra foram aqueles anteriormente masculinos, é indiscutível, como aponta o historiador, que a guerra remodelou os papéis dos gêneros, e que, ainda que um persistente retorno às tradições impostas tenha sido enfatizado, algumas coisas não voltariam a ser como antes. “Um lento processo de mudança”, como descreve Quéstel, foi instigado com a guerra, e dali em diante não poderia mais ser detido. Michelle Perrot detém a mesma percepção a respeito do momento histórico e sua contribuição. Ainda que a guerra tenha gerado mudanças de início apenas provisórias, o retorno à normalidade acarretou sentimentos de revolta naquelas que tinham como objetivo

seguir na vida pública, estimulando dessa forma a percepção da injustiça perante os direitos de cada uma e a luta entre os gêneros. Nas palavras da historiadora (2005, p. 446):

A guerra é, em suma, geradora de frustrações, na medida em que ela fecha as saídas-que se entreabriam ou que ela mesma abriira. Assim, ela contribui para aumentar a tensão entre os sexos, a consciência que cada um deles tem de si mesmo. A longo prazo, ela estimula o feminismo futuro.

A reunião de testemunhos, escritos e orais, das próprias mulheres que experienciaram períodos de guerra, como enfermeiras, guerrilheiras, soldados, resistentes e outras inúmeras funções é o que possibilita ao mundo de hoje o conhecimento, ainda que vago mas crescente, de sua participação, visto que a História relegou sua existência às sombras. A experiência dessas mulheres funciona como objeto de pesquisa para outras que, mesmo com as complexidades que envolvem a busca por essas informações escondidas e mulheres silenciadas, contribuem para a reescrita de períodos históricos tão significativos para os rumos da sociedade e, conseqüentemente, para a continuidade do registro de uma História das Mulheres.



FIGURA 6 - UMA OPERÁRIA



Fonte: Quéstel (2009a)

FIGURA 7 - "ROSIES"



Fonte: Quéstel (2009a)

FIGURA 8 - UM GRUPO DE VOLUNTÁRIAS



Fonte: Quétel (2009b)

FIGURA 9 - UMA ENFERMEIRA



Fonte: Quétel (2009b)

FIGURA 10 - AVIADORAS BRUXAS



Fonte: Adaptada de BRITES (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a revisão histórica que vem sendo construída, é perceptível que a participação das mulheres na guerra, direta ou indiretamente, foi maior do que alguém jamais imaginou. Mulheres lutando com papel e caneta, como se identifica Woolf, lutando pela sobrevivência na escravidão da domesticidade e, como prova a História das Mulheres, lutando também a guerra literal, não obstante todas as barreiras.

Os grupos de mulheres pesquisados e evocados neste trabalho reúnem traços em comum entre si e com a Sociedade das *Outsiders* de Virginia Woolf. A autora, apesar da exaustiva pesquisa para a escrita de seu livro, parece não ter conhecimento dessas mulheres atuantes efetivamente na guerra, em muito, obviamente, pela escassez de registros e proposital apagamento da participação feminina na história das guerras. Observa-se, no entanto, que Woolf parece descrever o processo compartilhado vivenciado por essas mulheres, que veio à tona com mais destaque apenas na contemporaneidade e seus esforços para reescrever uma História das Mulheres.

Aquela “força de poder extraordinário que arrombou as portas da casa privada” – que Woolf evita chamar de feminismo - também no período de guerras e pós-guerras dominou as mulheres, estas que combateram a fixação infantil e todos os preconceitos geradores de tabus e teorias determinantes de seu gênero. As linhas imaginárias e místicas que as confinavam e limitavam seus caminhos são ultrapassadas nesse momento de tomada de consciência e revolução simbólica, quebrando a submissão encantada da qual falou Bourdieu. A maioria delas segue a premissa principal da Sociedade das *Outsiders*: trabalhar “segundo seus próprios métodos, em prol da liberdade, da igualdade e [finalmente] da paz.” Os deveres da Sociedade são ora inconscientemente obedecidos, ora contrariados, porque, ainda que estejam lutando pelo país, como visto, também estão lutando por si mesmas. Woolf (2019a, p. 119) observa que, mesmo com o sentimento de estrangeiras infligido pela nação, é possível haver vestígios de amor pelo país, e se assim for, a mulher “fará com que essa gota de puro, ainda que irracional, sentimento lhe sirva para dar, em primeiro lugar, à Inglaterra [e outras nações] o que ela deseja de paz e liberdade para o mundo inteiro.”

Assim, as motivações de mulheres para ingressar no cenário bélico, como visto, foram diversas: necessidades econômicas, ambições, vingança e patriotismo. Percebe-se, entretanto, que a motivação mais forte que conecta os casos analisados foram as realizações

pessoais conquistadas, fato que define a ambiguidade percebida na perspectiva e postura diante da guerra e testemunho sobre ela.

É lamentável que tenha sido a guerra a abrir portas para as mulheres, enquanto a sociedade, por livre e espontânea vontade, ignorando tabus e preconceitos, poderia antes tê-lo feito. É lamentável que a vida de ambos os sexos tenha sido cruelmente construída por uma educação que, de acordo com Woolf (2019a), primava pela futilidade, mesquinhez, maldade, tirania, hipocrisia e imoralidade.

Virginia Woolf foi, sem dúvidas, pacifista, e utilizou sua literatura como ferramenta em resposta à guerra. Ela percebe o que esta significou para mulheres em situação diferente da sua e explicita em sua retórica o que deveria ter sido diferente ou ainda poderia ser transformado dali em diante para que a atuação delas fosse/seja diferente. Naomi Black (2019) percebe que de acordo com as argumentações de Woolf, apenas as mulheres são pacifistas, mas o fato é que estariam sendo pelas razões e métodos errados. Por isso as soluções para dar um fim à atividade bélica em seu ensaio incluíam, primeiramente, lutar contra a sociedade em voga e seu sistema de regras e restrições. Em sua peroração, no último capítulo, a autora enfatiza aquilo que parece um sonho, a capacidade do ser humano em destruir fronteiras e agir em uma “unidade que elimina divisões.” (Woolf, 2019a, p. 153).

Wendy Lower (2014, p. 126), a pesquisadora que estudou a fundo as atrocidades nazistas e os papéis das jovens alemãs, declara que

Não se exigia, nem de homens, nem de mulheres, que cometessem genocídio, e no entanto o Holocausto não teria acontecido se o senso de dever não tivesse prevalecido sobre o senso moral. Ao acatar o senso de dever em detrimento da moral, homens e mulheres eram mais iguais do que diferentes.

A educação autoritária alemã cegou e moldou jovens alemães de ambos os gêneros para atuarem na guerra da forma que hoje conhecemos. A transformação social e educacional que Woolf defende é aquela que agirá, em cada corpo e mente, incitando justamente o contrário: o desejo e trabalho em conjunto pela igualdade, liberdade e só então possível, pela paz.

Em tempo, bell hooks comenta acerca do poder que as mulheres têm de descrever daquilo que lhes foi imposto como regra e rejeitar tais definições. De acordo com ela, “o sexismo nunca retirou o poder das mulheres. Nem suprimiu sua força ou a explorou. Reconhecer essa força, esse poder, é um passo que as mulheres podem dar juntas no sentido de sua libertação.” (hooks, p. 2019, p. 145). A consciência aliada à ação de resistência à

opressão quebra a submissão encantada e quaisquer linhas místicas que algum dia impediram o progresso de seu gênero.

É possível aplicar as reflexões de Woolf acerca de como a educação forma pessoas e conseqüentemente uma sociedade predisposta a guerrear visualizando os conflitos mundiais em voga neste século. As guerras de hoje como outrora, literais ou metafóricas, em geral abrangem poderosos *versus* grupos minorizados. É sensato lembrar que os direitos conquistados no decorrer das décadas não são garantidos permanentemente. Há avanços e recuos nas pautas tratadas e por isso a necessidade da continuidade de uma postura revolucionária.

Malala Yousafzai (2013), a jovem paquistanesa que foi vítima de um atentado do Talibã em 2012 e, portanto, presenciou os efeitos da guerra e de uma educação limitadora, prega pelo direito a uma educação transformadora e libertadora em especial para mulheres, enfatizando que livros e canetas são suas armas mais poderosas. As circunstâncias da jovem ganhadora do Nobel nos levam a refletir acerca da vida de mulheres em países nos quais as tradições culturais e religiosas ainda são rigorosamente seguidas e determinantes para as restrições a que as mulheres são submetidas. Logo, há guerras combatidas das quais não temos pleno conhecimento – inclusive atualmente – por não receberem foco da mídia. Susan Sontag (2003, p. 53) comenta acerca dessas ocorrências que, por conta da baixa incidência de registros, parecem remotas:

o extermínio total do povo hereró na Namíbia, decretado pela administração colonial alemã, em 1904; o ataque japonês contra a China, em especial o massacre de quase 400 mil pessoas e o estupro de 80 mil chinesas em dezembro de 1937, o chamado Estupro de Nanquim; o estupro de cerca de 130 mil mulheres ou meninas (das quais 10 mil cometeram suicídio) pelos soldados soviéticos vitoriosos, deixados à solta por seus oficiais comandantes, em Berlim, em 1945.

Essas são lembranças que, segundo Sontag (2003, p. 53) “poucos se deram ao trabalho de reivindicar.” A experiência de atrocidades por grupos minorizados é com frequência irrelevante aos olhos daqueles que detém o poder sobre a mídia e o que é registrado e disseminado como única verdade. Apesar disso, a autora afirma que “recordar é um ato ético, tem um valor ético em si mesmo e por si mesmo. A memória é, de forma dolorosa, a única relação que podemos ter com os mortos.” (Sontag, 2003, p. 71).

A revisão histórica desenvolvida por estudos recentes, assim como por este trabalho, resgata essa memória como ato de resistência e proporciona a visão da postura revolucionária de mulheres em contexto bélico, conduta essa também atualmente constatada. Os movimentos

feministas de hoje, em sua pluralidade, caracterizam-se do mesmo modo como uma espécie de sociedades de *outsiders*, lutando, a seu modo e a partir de seus termos, por suas pautas, direitos e lugares ainda não conquistados, como direito sobre seus corpos, direito ao aborto, direitos reprodutivos, trabalhos materno e doméstico reconhecidos e assalariados, cargos de autoridade, em especial dentro de áreas ainda majoritariamente masculinas, como política e economia. A necessidade de combater o tirano, o monstro, o ditador do qual falava Woolf, mais de oitenta anos atrás, ainda é real; a fixação infantil ainda acomete inúmeros pais e maridos da sociedade patriarcal; ainda há uma guerra – entre gêneros – a ser combatida. No entanto, a consciência de uma luta em unidade, não contra si, mas contra o sistema, vem sendo reiterada e atingindo progressivamente mais pessoas. Hannah Arendt (2022, p. 40) lembra que “todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las.” A vida da felicidade natural com a qual tanto sonhou Virginia, isto é, a coexistência em igualdade, liberdade e paz é também a nossa linha de chegada pretendida.

## REFERÊNCIAS

- ACKELSBERG, Martha A. **Mulheres Livres: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola**. Tradução: Júlia Rabahie. São Paulo: Elefante, 2019.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução: Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em Línguas: uma carta para as mulheres do terceiro mundo. **Revistas Estudos Feministas**. Tradução: Édna de Marco. Santa Catarina, v. 8, n. 1, 2000. 229-236. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880> Acesso em 20 jan. 2023.
- ANZALDÚA, Glória. *La conciencia de la mestiza/ Rumo a uma nova consciência*. Tradução: Ana Cecília Acioli Lima. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 323-339.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. (Recurso digital).
- ARISTÓFANES. **A greve do sexo (Lisístrata)**. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996. (Recurso digital).
- ARMENI, Ritanna. **As bruxas da noite: a história não contada do Regimento Aéreo Feminino Russo durante a Segunda Guerra Mundial**. Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Seoman, 2019.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. Tradução Carol Chiovatto. Rio de Janeiro: Antofágica, 2021.
- BATALION, Judy. **A luz dos dias: a história não contada da resistência feminina nos guetos de Hitler**. Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023. (Recurso digital).
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BLACK, Naomi. A vida da felicidade natural: o feminismo de Virginia Woolf. Tradução: Lúcia Leão. In: WOOLF, Virginia. **Três Guinéus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, pp. 235-256.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.



BRACHT, Mary Lynn. **Herdeiras do mar**. Tradução: Julia de Souza. São Paulo: Editora Paralela, 2018.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **Bruxas da Noite**: as aviadoras soviéticas que derrotaram o Nazismo. Revista Intertelas. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2019/08/04/bruxas-da-noite-as-aviadoras-sovieticas-que-derrotaram-o-nazismo/> Acesso em 23 abr. 24.

BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**: uma autobiografia. Tradução: Adriana Lisboa. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 313-321.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 141-153.

CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf> Acesso em 15 nov. 23.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução: Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. (Recurso digital).

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 261-283.

DURAS, Marguerite. **A dor**. Tradução: Luciene Guimarães de Oliveira e Tatiane França. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. (Recurso digital).

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução: Leandro Konder. São Paulo: Boitempo, 2019. (Recurso digital).

EURÍPEDES. **Medeia**. Tradução: Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. **Pesquisa Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 4ªed. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf> Acesso em 15 nov. 2023

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FREUD, Sigmund. Por que a guerra? (Carta a Einstein, 1932). In: FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1930-1936)**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 197-208. (Recurso digital).

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução: Carla Bitelli e Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Terra das mulheres**. Tradução: Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Mria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Rideel, 2005. (Recurso digital).

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**. Da Margem ao Centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JAFFE, Noemi. Posfácio. In: Woolf, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LAMB, Christina. **Nosso corpo, seu campo de batalha: A guerra e as mulheres**. Tradução: Lígia Azevedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. Tradução: Susana Bornéo Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 121-155.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução: Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. Tradução: Léa Sússekind Viveiros de Castro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 239-249.

LOURO, Guacira Lopes. Patriarcado e Militarismo: pensamentos de paz em tempos de guerra. In: WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, pp. 126-143. (Recurso digital).

LOWER, Wendy. **As mulheres do nazismo**. Tradução: Ângela Lobo. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tradução: Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 53-83.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **A representação feminina na obra de Virginia Woolf: Um diálogo entre o projeto político e o estético**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. Three Guineas e a crítica literária feminista: revisão e releitura. **Estação Literária**, Londrina, v. 9, pp. 204-219, jun. 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL9Art15.pdf> Acesso em 25 ago. 2023.

Oxford Committee for Famine Relief (Oxfam). **Tempo de Cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Oxfam: Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo-1.pdf](https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf) Acesso em 25 ago. 2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Pay transparency legislation: Implications for employers and workers' organizations**. Geneva: ILO, 2022. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_849209.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_849209.pdf) Acesso em: 25 ago. 2023.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PATOU-MATHIS. Marylène. **O homem pré-histórico também é mulher: uma história da invisibilidade das mulheres**. Tradução: Julia da Rosa Simões. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. (Recurso digital).

PICASSO, Pablo. **Guernica**. 1937. Óleo sobre tela, 649 x 776 cm. Museo Reina Sofia, Madri.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na guerra: 1939-1945**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009a. v.1.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na guerra: 1939-1945**. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009b. v.2.

ROSE, Sarah. **As mulheres do Dia D**. Tradução: Bruno Fiúza e Roberta Clapp. Rio de Janeiro: Sextante, 2022 (Recurso digital).

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017 (Recurso digital).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-81.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (Recurso digital).

STUART MILL, John. **A sujeição das mulheres**. Tradução: Débora Ginza. São Paulo: Lafonte, 2019.

TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018. (Recurso digital).

TRESPACH, Rodrigo. **Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017. (Recurso digital).

WITTIG, Monique. **As guerrilheiras**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2019. (Recurso digital).

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016. (Recurso digital).

WOOLF, Virginia. **Ao farol**. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

WOOLF, Virginia. As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra. Tradução: Tomaz Tadeu. In: WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019e, pp. 66-113. (Recurso digital).

WOOLF, Virginia. Pensamentos sobre a paz durante um ataque aéreo. Tradução: Tomaz Tadeu. In: WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019c, pp. 115-121. (Recurso digital).

WOOLF, Virginia. Uma sociedade. Tradução: Tomaz Tadeu. In: WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019b, pp. 7-26. (Recurso digital).

WOOLF, Virginia. **Mrs. Dalloway**. Tradução: Mario Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018a.

WOOLF, Virginia. **Mulheres e Ficção**. Tradução: Leonardo Fróes. São Paulo: Penguin Companhia, 2019d.

WOOLF, Virginia. **Os diários de Virginia Woolf**: Uma seleção [1897 – 1941]. Tradução: Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Rocco, 2021a.

WOOLF, Virginia. **Pensamentos de paz durante um ataque aéreo**. Tradução: Ana Carolina Mesquita. São Paulo: Editora Nós, 2021b.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Tradução: Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2018b.

WOOLF, Virginia. **Três Guinéus**. Tradução: Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

WOOLF, Virginia. **Um esboço do passado**. Tradução: Ana Carolina Mesquita. São Paulo: Editora Nós, 2020.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução: Bia Nunes de Sousa. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

YOUSAFZAI, Malala. **Eu sou Malala**. Tradução: Caroline Chang, Denise Bottmann, George Schlesinger e Luciano Vieira Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.